



2004
RELATÓRIO & CONTAS







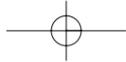
2004
RELATÓRIO & CONTAS





	4
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	9
Apresentação da Empresa	13
Envolvente Macroeconómica em 2004	15
Área de Negócio de Produção e Transporte	19
Área de Negócio de Distribuição	23
Áreas de Suporte	25
Investimentos	27
Recursos Humanos	31
Situação Económica e Financeira	37
Qualidade	43
Imagem, Comunicação e Cultura	45
Proposta de Aplicação de Resultados	47
Perspectivas para o Futuro	49
Considerações Finais	51
Contas	59
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	75
Relatório e Parecer do Fiscal Único	79
Certificação Legal das Contas	81
Relatório do Revisor Oficial de Contas	85
Relatório dos Auditores Externos	





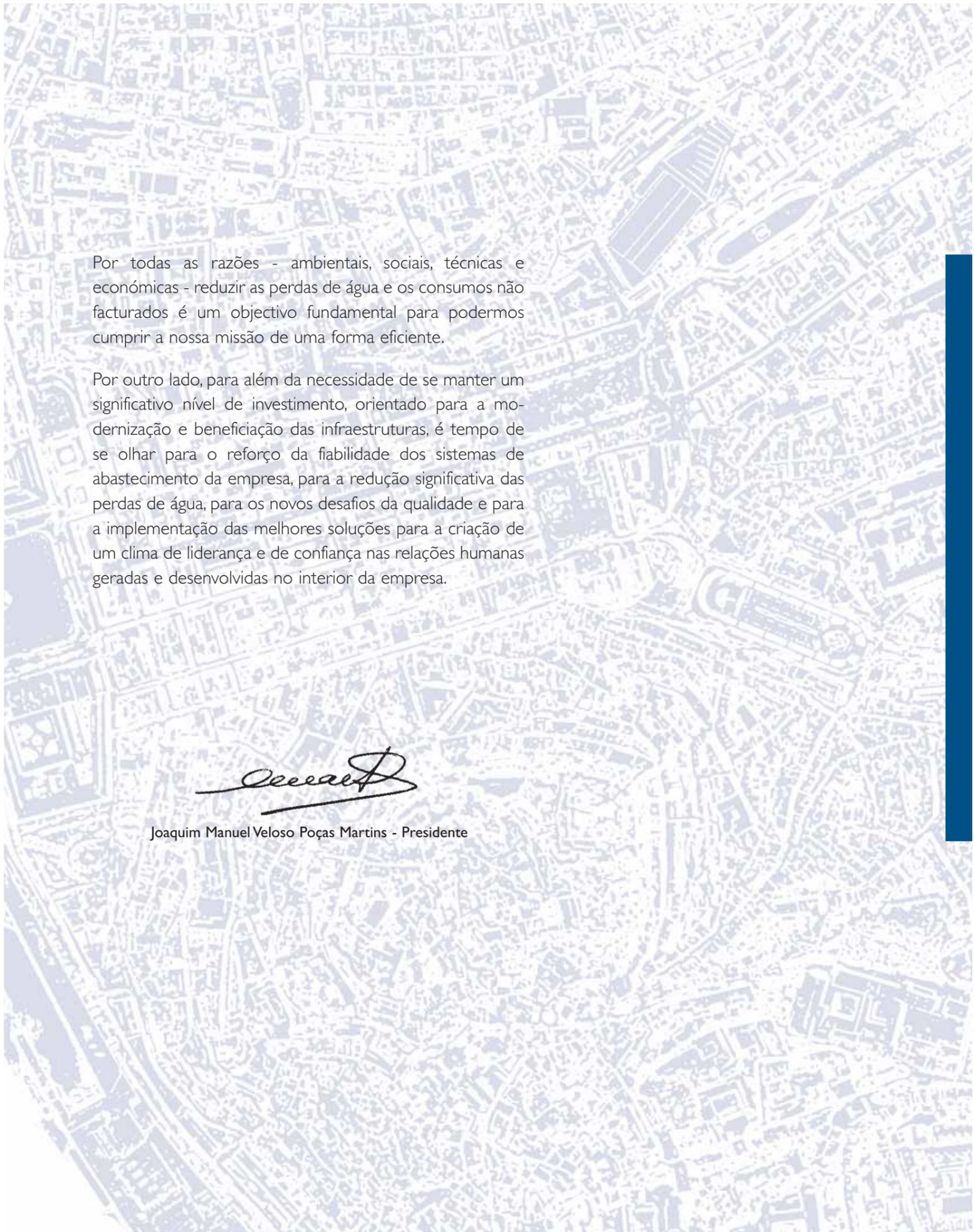


O ano de 2004 foi, certamente, um dos melhores da história da EPAL. Com efeito, também este ano, foram vencidos os desafios de fornecimento fiável de água com qualidade e na quantidade necessárias a cerca de 2,5 milhões de pessoas e de consolidação da situação económica e financeira da empresa.

Dos múltiplos aspectos considerados ao longo deste relatório, merecem destaque a evolução conseguida nos principais indicadores, o excelente nível dos resultados obtidos, o volume dos investimentos realizados, a capacidade de resposta a situações críticas e o clima vivido de paz social, nomeadamente no contexto da aproximação conseguida, com a participação empenhada de todas as partes envolvidas, do Acordo da Empresa à nova legislação laboral.

No entanto, a melhor atitude perante desafios vencidos é ser-se capaz de, a partir dos novos patamares alcançados, manter a motivação, o entusiasmo e a capacidade de tomar consciência dos novos desafios que se nos deparam.

A necessidade de satisfazer clientes cada vez mais exigentes obriga a uma cultura de melhoria contínua e de excelência. E o caminho de excelência na EPAL, passa hoje pela eficiência e pela fiabilidade do serviço.



Por todas as razões - ambientais, sociais, técnicas e económicas - reduzir as perdas de água e os consumos não facturados é um objectivo fundamental para podermos cumprir a nossa missão de uma forma eficiente.

Por outro lado, para além da necessidade de se manter um significativo nível de investimento, orientado para a modernização e beneficiação das infraestruturas, é tempo de se olhar para o reforço da fiabilidade dos sistemas de abastecimento da empresa, para a redução significativa das perdas de água, para os novos desafios da qualidade e para a implementação das melhores soluções para a criação de um clima de liderança e de confiança nas relações humanas geradas e desenvolvidas no interior da empresa.

Joaquim Manuel Veloso Poças Martins - Presidente



RELATÓRIO





DE

GESTÃO





Apresentação da Empresa

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pela Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., e integrada no Grupo Águas de Portugal.

A EPAL tem por Missão o abastecimento de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental e a colocação das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Os estatutos da Empresa foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, e parcialmente alterados nas Assembleias-Gerais de 14 de Setembro de 1999 e de 27 de Fevereiro de 2002.

A área geográfica de intervenção da EPAL compreende 35 municípios a norte do rio Tejo. Para além da distribuição directa, em Baixa, no Município de Lisboa, em regime de exclusivo, a EPAL abastece, em Alta, mais 25 municípios, a saber Alcanena, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Loures, Odivelas, Oeiras, Ourém, Mafra, Porto de Mós, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.



Por contrato celebrado com a Águas do Oeste, S.A., em 19 de Dezembro de 2003, esta empresa do Grupo AdP passou a ser cliente, em Alta, da EPAL. A partir de Outubro de 2004, os municípios de Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos passaram a ser abastecidos pela Águas do Oeste e a partir de Novembro o

mesmo aconteceu com Azambuja e Alenquer. Em Janeiro de 2005, também o concelho de Torres Vedras deixa de ser cliente da empresa e passa a integrar a responsabilidade de abastecimento da Águas do Oeste, a qual compreende, ainda, mais 9 concelhos. Em função das disposições contratuais vigentes e dos compromissos assumidos, prevê-se que, até 2007, a EPAL venha a abastecer, indirectamente, através da Águas do Oeste, estes últimos municípios.

A composição dos Órgãos Sociais da EPAL é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral:

AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, Presidente

Dr. Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vice-Presidente

Dr.ª. Carla da Conceição Afonso Correia, Secretária

Conselho de Administração

Prof. Engenheiro Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, Presidente

Dr. Armino Carlos Cortez de Azevedo, Vogal

Eng. Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal

Eng. Valdemiro Falcão Líbano Monteiro, Vogal

Dr. João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único)

Dr. António Dias Nabais

Dr. Joaquim Manuel da Silva Neves, Suplente

Conselho de Impacte Ambiental

Eng.ª. Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre, Presidente

Prof. Doutora Maria Paula Batista Antunes

Prof. Doutor António Bento Franco

Realizou-se uma Assembleia-Geral ordinária a 25 de Março de 2004, na qual foram aprovados o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2003.

O Conselho de Administração funcionou regularmente ao longo de todo o exercício, sendo de registar o pedido de renúncia ao cargo de presidente, apresentado pelo Eng. Luis de Carvalho Machado, na sequência do qual se procedeu à cooptação, para preenchimento da vaga, do Prof. Engenheiro Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, em 25 de Junho de 2004.

No dia 2 de Dezembro, o Conselho de Administração reuniu com o Conselho de Impacte Ambiental, tendo-se, assim, reactivado o funcionamento deste órgão consultivo do CA.

Evolução dos Principais Indicadores no último Triénio

	2002	2003	2004
CAPITAL SOCIAL (10 ³ EUR)	150 000	150 000	150 000
CAPITAL PRÓPRIO (10 ³ EUR)	322 452	334 548	343 093
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL (10 ³ EUR)	604 887	650 580	675 369
INVESTIMENTO (10 ³ EUR)	45 301	39 950	59 520
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (10 ³ EUR)	127 839	134 063	139 556
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS, ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA) (10 ³ EUR)	48 032	61 825	69 002
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT) (10 ³ EUR)	21 770	34 604	42 041
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (10 ³ EUR)	13 484	29 529	36 665
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (10 ³ EUR)	9 378	20 436	26 024
CASH-FLOW (10 ³ EUR)	44 911	54 851	60 689
NÚMERO DE TRABALHADORES EM 31 DEZ	873	850	806
NÚMERO DE CLIENTES	334 671	336 564	339 111
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ABASTECIDOS	24	26	26
POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA ABASTECIDA	2 500 204 (a)	2 556 955 (b)	2 557 629 (c)
ÁREA TOTAL ABASTECIDA (Km ²)	5 292	5 443	5 406
ÁGUA TOTAL FORNECIDA (m ³)	219 422 927	221 650 618	223 116 145
CAPACIDADE NOMINAL DE CAPTAÇÃO (m ³ /dia)	1 047 000	1 047 000	1 047 000
CAPACIDADE NOMINAL DE PRODUÇÃO (m ³ /dia)	1 017 000	1 017 000	1 047 000

a) Estimativa da população residente para 31 DEZ 2001 (INE)

b) Estimativa da população residente para 31 DEZ 2002 (INE)

c) Estimativa da população residente para 31 DEZ 2003 (INE)



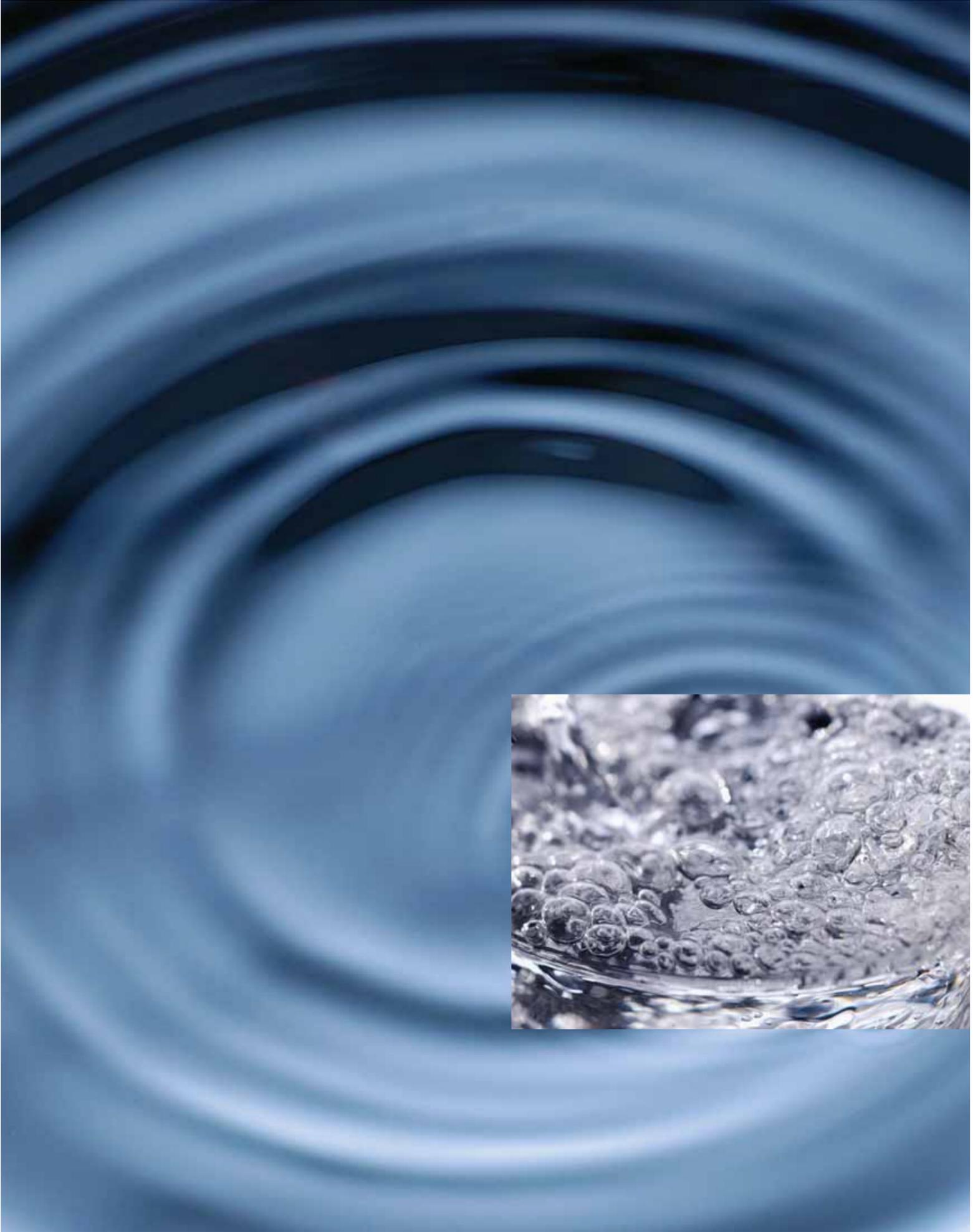
Dr. João Frederico Ludovice Lança Tamm
Vogal

Eng. Valdemiro Falcão Libano Monteiro
Vogal

Dr. Armindo Carlos Cortez de Azevedo
Vogal

Prof. Engenheiro Joaquim Manuel Veloso Poças Martins
Presidente

Eng. Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro
Vogal



Envolvente Macroeconómica em 2004

Economia Mundial

No contexto das maiores potências económicas mundiais, a União Europeia registou, em 2004, um crescimento absolutamente excepcional, passando a compreender cerca de 450 milhões de consumidores, na sequência do seu maior alargamento de sempre, com a entrada, no dia 1 de Maio, de dez novos estados membros (Polónia, Eslovénia, Lituânia, Letónia, Estónia, Hungria, Eslováquia, República Checa, Malta e Chipre). Tratou-se de um alargamento a países do leste europeu, tendo integrado oito países ex-membros do bloco comunista.

Contrariamente às expectativas, a economia da Zona Euro registou um crescimento moderado ao longo do ano, com crescimentos do PIB de 0,7%, 0,5% e 0,3%, respectivamente, no primeiro, segundo e terceiro trimestres, prevendo-se para o quarto trimestre um crescimento mais moderado, o que, em termos anuais, se poderá traduzir numa taxa compreendida entre os 1,6% e 2,0%.

O crescimento dos preços do petróleo, entre Abril e finais de Outubro, em cerca de 70%, com o valor do barril a ultrapassar os 50 dólares, foi um obstáculo à retoma da economia mundial, que cresceu moderadamente, abaixo das expectativas, além de se ter visto confrontada com o correspondente factor de pressão inflacionista.

O Banco Central Europeu (BCE), a fim de estimular as economias da Zona Euro e de controlar a inflação, manteve inalterada a taxa de juro de referência de refinanciamento do Eurosistema, nos 2%, valor que havia sido estabelecido em Junho de 2003.

Em 2004, o euro continuou a valorizar-se face ao dólar, tendo atingido o valor máximo histórico de 1,3666 dólares, no dia 30 de Dezembro, mais 8% que o valor registado no início do ano. Desde que iniciou a sua circulação, a moeda única europeia já teve uma valorização de cerca de 55% face ao dólar.

O mercado accionista mundial, contrariamente às expectativas, teve um desempenho modesto, com o índice Dow Jones a registar uma valorização de 3,3% e o índice de Nasdaq de 8,9%. As principais bolsas mundiais ressentiram-se da escalada do preço do petróleo e da valorização do euro, bem como do receio da ocorrência de novos atentados terroristas, sendo ponto marcante o atentado de Atocha, em Madrid, no dia 11 de Março, que refreou a euforia da recuperação das bolsas iniciada em 2003.

Para 2005, prevê-se a continuação de um crescimento moderado da economia mundial, devido ao impacto negativo dos preços do petróleo, num contexto de recuperação progressiva da actividade, prevendo-se um crescimento do PIB, entre os 1,4% e 2,4%, para a economia europeia da Zona Euro e de 3% a 4,5% para a economia americana.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou, em 2004, um fraco crescimento, prevendo-se uma taxa de crescimento anual do PIB, de 1%. De acordo com as Contas Nacionais do INE, o PIB cresceu 0,8%, em termos reais, no terceiro trimestre, face ao período homólogo, o que corresponde a uma acentuada desaceleração face ao crescimento registado no segundo trimestre, de 2,8%, tendência que se prevê venha a manter-se no quarto trimestre.

O indicador coincidente mensal para a evolução homóloga da actividade económica, do Banco de Portugal, publicado em Novembro, evidencia uma desaceleração da actividade económica desde meados do ano.

Também o índice de produção industrial apresentou uma evolução negativa em Novembro, com uma queda de 3,8%, em termos homólogos, sendo a quinta descida mensal consecutiva. Salienda-se, todavia, que a variação média dos últimos doze meses, terminados em Novembro, regista uma evolução ascendente do indicador, de 1,4%.

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor, baixou para 2,4%, em 2004, evidenciando uma desaceleração dos preços face ao ano anterior, em que a taxa de inflação foi de 3,3%.

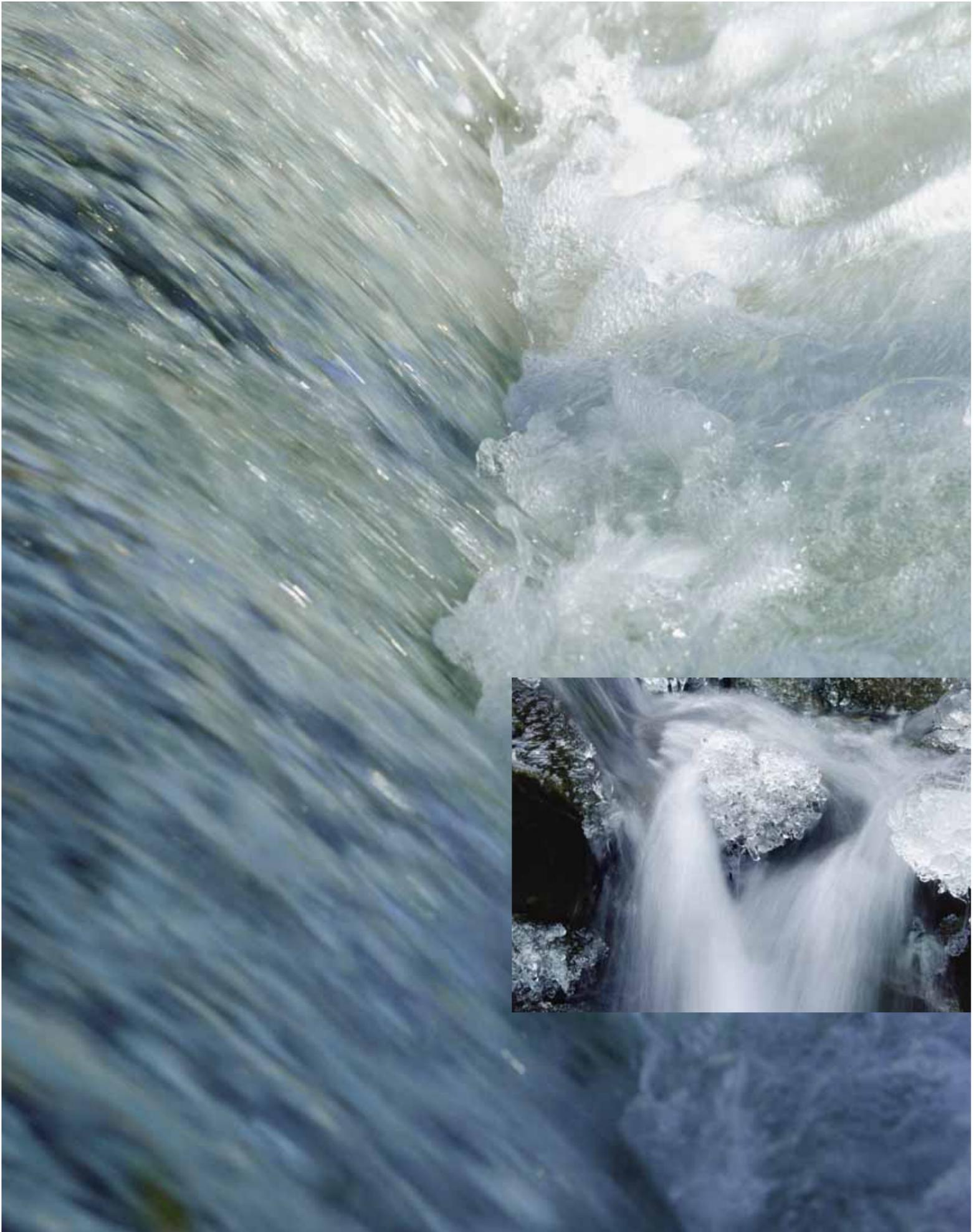
O desemprego continuou a aumentar em 2004, mantendo a taxa de desemprego a curva ascendente iniciada em 2001, tendo atingido os 6,8%, no 3.º trimestre (cerca de 375 mil desempregados).

A realização do Euro 2004 teve um efeito expansionista na economia portuguesa, embora não tenha gerado o efeito multiplicador correspondente nas actividades económicas, como evidenciam os indicadores acima referenciados.

As contas públicas continuaram a apresentar um desequilíbrio estrutural, prevendo-se um défice de 2,9%, tendo, mais uma vez, sido necessária a obtenção de receitas extraordinárias para que não fosse ultrapassado o limite dos 3% imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). A solução encontrada pelo Governo foi a transferência de activos do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, para a Caixa Geral de Aposentações, no valor de 2,4 mil milhões de Euros.

O mercado accionista português, contrariamente ao verificado nas principais bolsas mundiais, teve um desempenho muito favorável, em 2004, tendo o índice PSI-20 registado uma valorização anual de 12,64%.

Para 2005, prevê-se um crescimento moderado da economia portuguesa, à semelhança da economia mundial. Não obstante, o Orçamento de Estado prevê um crescimento do PIB de 2,4%, sustentado pelas expectativas de aceleração da procura interna. O défice público previsto é de 2,8% do PIB, baseado em previsões de 1,4% de receitas extraordinárias.



Área de Negócio de Produção e Transporte

Água Captada e Produzida

As captações utilizadas pela empresa, em 2004, foram de águas superficiais – rios Zêzere e Tejo, de Nascente – Olhos d'Água, no rio Alviela e de águas subterrâneas – Lezírias e Valadas, Ota e Alenquer. O volume total das águas captadas atingiu os 268,815 milhões de metros cúbicos, assim distribuído pelos diferentes tipos de captação:

Origem	Volumes em m ³
Superficiais	226 167 541
De Nascente	10 473 136
Subterrâneas	32 174 414
Total	268 815 091

A comparação dos volumes totais captados em 2003 e 2004, revela alguma estabilização, na medida em que o crescimento registado



do primeiro para o segundo ano representa, apenas, 0,8%. Por outro lado, a distribuição dos volumes captados pelos diferentes tipos de captação acentua a tendência verificada, nos últimos anos, de cada vez maior dependência das águas superficiais por parte da EPAL e, dentro destas, das águas do rio Zêzere.

As águas superficiais captadas foram tratadas nas Estações de Tratamento da Asseiceira e de Vale da Pedra. O volume de água gasto nas operações de tratamento, considerado como águas de processo, foi, em 2004, de 672 630 m³. Este registo pode e deve considerar-se histórico, na medida em que, nos anos anteriores, os volumes das águas de processo atingiam valores da ordem dos 6 ou 6,5 milhões de metros cúbicos. Esta redução, tão significativa, foi possível graças à construção e entrada em exploração de um sistema de desidratação das lamas produzidas na ETA de Vale da Pedra que permite o quase total reaproveitamento das águas respectivas.

Água Fornecida e Perdas

O volume de água fornecida neste exercício foi de 223,116 milhões de metros cúbicos, apenas mais 0,58% que no ano anterior. Mantém-se, assim, a tendência verificada, nos últimos anos, de desaceleração do crescimento dos fornecimentos anuais de água.

Deduzindo a água fornecida à água produzida, encontra-se o volume das perdas. Em 2004, as perdas atingiram os 45,026 milhões de metros cúbicos, representando 16,79% da água produzida, o que, face ao valor de 2003, de 14,9%, traduz um agravamento.

Uma vez que as perdas da Área de Distribuição registaram uma ligeira redução, na ordem dos 0,43%, face ao ano anterior, tem de concluir-se que foram as perdas na Área de Produção e Transporte as únicas responsáveis pelo agravamento verificado. Porém, a não ocorrência de roturas ou de grandes intervenções susceptíveis de gerarem o aumento significativo das perdas de água, permite concluir que o agravamento registado não corresponde ao aumento das perdas físicas.

Na realidade, o que sucedeu foi que, paralelamente à entrada em exploração do sistema de desidratação das lamas produzidas em Vale da Pedra, em finais de 2003, procedeu-se à calibração dos medidores de caudal instalados à saída da estação. Desta actuação resultou um acréscimo na avaliação dos caudais, na ordem dos 6,0%, facto que justifica integralmente o agravamento apurado nas perdas. Entretanto, já no fim do ano, foram instalados novos medidores electromagnéticos, em ordem a obter-se uma maior fiabilidade na medição.

Esta realidade veio corroborar o interesse da introdução no Plano Anual de Investimentos, de dotações adequadas à modernização e melhoria das condições de medição das águas captadas e produzidas nos vários subsistemas da empresa. Os investimentos já realizados e a realizar neste domínio trarão, seguramente, no futuro próximo, maior rigor e mais certeza na quantificação das perdas, embora possam trazer, também, algumas surpresas.

Em Novembro de 2004, foi decidida a implementação de um projecto para a redução significativa de perdas e fugas, liderado pelo Conselho de Administração, no qual estão envolvidos todos os responsáveis e se pretende envolver todos os trabalhadores da empresa. Numa primeira fase, foi constituído um grupo de trabalho para tratamento específico e dedicado de uma matriz de abordagem à resolução das perdas e para definição de indicadores e instrumentos de medida do sucesso do projecto.

Água Facturada

Registaram-se alterações significativas no número de clientes servidos pela Área de Produção e Transporte. Com efeito, entre Outubro e Dezembro de 2004, a Águas do Oeste passa a ser, contratualmente, cliente em Alta da empresa, e os municípios de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer e Azambuja passaram a ser directamente abastecidos pela AdO. A partir de 1 de Janeiro de 2005, o mesmo sucedeu com Torres Vedras e, parcialmente, com Mafra.

A água facturada em "Alta" no ano de 2004, atingiu o volume de 158,887 milhões de m³, dos quais 157,496 a Clientes Municipais e à Águas do Oeste, e 1,391 aos Clientes Directos localizados na área de jurisdição dos Municípios. No quadro seguinte pode observar-se a comparação entre os volumes e os valores facturados em 2003 e 2004.

No ano de 2004 verificou-se um acréscimo de consumos face ao ano de 2003 nos municípios de Cartaxo, Cascais, Entroncamento, Loures,

Mafra, Ourém, Santarém, Sintra, Tomar, Torres Vedras, Porto de Mós e Batalha, tendo os restantes municípios registado um decréscimo nos volumes consumidos. O município de Sintra foi o Cliente Municipal que registou um acréscimo mais significativo dos volumes consumidos face ao ano de 2003 (860 690 m³) e os de Oeiras/Amadora os que registaram um decréscimo mais acentuado (-1 474 536 m³).

Do total facturado aos Clientes Municipais, cerca de 82.48% resultou dos volumes fornecidos a Sintra, Oeiras/Amadora, Loures/Odivelas, Cascais e Vila Franca de Xira.

"Alta"	Volumes facturados (m ³)			Valores facturados (€)		
	em 2003	em 2004	▲% 04/03	em 2003	em 2004	▲% 04/03
Clientes Municipais	156 353 764	157 496 067	0.73%	64 284 112	66 369 472	3,24%
Clientes Directos	1 527 893	1 391 280	-8.94%	1 402 226	1 333 839	(4,87%)
	157 881 657	158 887 347	0.64%	65 686 338	67 703 311	3,07%

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos volumes e valores facturados em "Alta" em 2004.

Cliente	Facturação 2004 (EUR)	Volumes 2004 (m3)
Clientes Municipais		
Sintra	14 173 242.73	33 818 530
Oeiras/Amadora	13 234 530.12	31 581 004
Loures/Odivelas	13 044 300.47	31 127 339
Cascais	8 705 630.88	20 752 260
Vila Franca de Xira	5 290 620.69	12 627 836
Mafra	2 706 278.09	5 589 020
Torres Vedras	2 447 710.20	5 195 782
Alenquer	1 428 326.77	3 829 669
Ourém	607 255.93	1 449 033
Tomar	608 567.00	1 448 650
Torres Novas	585 522.83	1 395 100
Entroncamento	520 646.50	1 241 020
Azambuja	421 129.64	1 175 790
Alcanena	319 850.81	1 064 802
Arruda dos Vinhos	548 825.54	1 001 493
Sobral de Monte Agraço	480 941.54	878 031
Águas do Oeste	226 495.57	750 980
Vila Nova da Barquinha	269 876.60	643 838
Porto de Mós	201 224.68	479 732
Constância	160 813.23	383 650
Leiria	133 060.38	317 000
Santarém	68 026.29	269 901
Batalha	110 908.02	264 637
Cartaxo	75 687.70	210 970
Clientes Directos em Alta	1 333 839.20	1 391 280
Total	67 703 311.41	158 887 347

Dos valores facturados aos Clientes Directos fora de Lisboa 1 294 214.05 Euros respeitam a água e 39 625.15 a quota de serviço.

Foram, ainda, facturadas, em 2004, trezentas prestações de serviços de natureza diversa, compreendendo análises laboratoriais, reparações de redes e assistência técnica. O valor dos serviços prestados foi de 279 323,05 Euros.

O valor dos débitos de água vencidos em 31 de Dezembro era de 792 773.08 EUR, cerca de 40% inferior ao de 2003. O prazo médio de recebimento dos Clientes Municipais em 2004 foi de 42 dias, menos 4 que no ano anterior.

Relacionamento Comercial

O relacionamento comercial com os Clientes Municipais pautou-se pela realização de frequentes contactos personalizados e de reuniões sempre que julgado necessário, tendo-se verificado uma redução de mais de 50% no número de reclamações registadas e resolvidas em 2004 (19 reclamações).

Relativamente à avaliação da qualidade do serviço prestado aos Clientes Municipais da empresa, foi, pela primeira vez, efectuado convite a empresa especializada no sentido de esta assegurar a preparação de um inquérito de satisfação, a ser lançado no mês de Janeiro de 2005.



Área de Negócio de Distribuição

Água Disponível, Água Fornecida e Perdas

O volume total de água disponível na Área de Negócio de Distribuição, em 2004, foi de 127,215 milhões de metros cúbicos, tendo sido fornecidos 63,618 milhões. Assim, o volume de perdas nesta área de negócio fixou-se nos 30,416 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a 23,9% da água disponível e representa menos 0,43% que a água perdida em 2003. A situação neste domínio poderia ser ainda melhor, se não tivessem ocorrido algumas roturas na rede de distribuição, de impacte muito significativo, nomeadamente três em condutas de DN 800 na Av.ª Infante D. Henrique e na Estrada da Correia, na Pontinha.

Água Facturada

O volume de água facturada aos Clientes do Município de Lisboa foi de 63,765 milhões de metros cúbicos, marginalmente acima do valor registado no ano anterior, o que corresponde à manutenção da tendência de estabilização deste indicador.

Clientes	m ³	% Total	Valor Água (EUR)	Valor QS (EUR)	Total (EUR)
Doméstico	30.869.442	48%	11.682.195	14.372.181	26.054.376
Doméstico Especial	18.434	0%	15.956	3.530	19.486
Comércio/Indústria	14.265.540	22%	16.909.582	5.822.439	22.732.021
Inst. Interesse Público	2.315.054	4%	2.040.336	499.204	2.539.540
Embaixadas	127.342	0%	149.428	38.162	187.590
Estado e Pess. Dir. Públ.	7.011.712	11%	8.237.093	958.723	9.195.817
C. Municipal de Lisboa	9.157.758	14%	6.742.190	690.948	7.433.139
Total	63.765.281	100%	45.776.781	22.385.188	68.161.969

A evolução do valor global facturado pela Área de Negócio de Distribuição, entre 2003 e 2004, foi positiva, na ordem dos 3,7%, resultante da conjugação dos factores de ligeiro crescimento dos volumes com a actualização tarifária. A Convenção relativa à revisão tarifária foi assinada em Junho, um mês mais tarde que em 2003, e o aumento global acordado foi de 3,43%.

Regista-se a introdução, no tarifário da empresa, de uma tarifa especial aplicável às famílias cujo agregado compreenda cinco ou mais pessoas.

A evolução da situação devedora dos clientes de ADS foi a seguinte:

	Débitos vencidos (€)		
	2003	2004	D 04/03
Clientes de áreas	3.424.479	2.770.577	-19,1%
Grandes Clientes	566.602	551.342	-2,7%
Estado	650.397	1.078.084	65,8%
C. M. de Lisboa	1.390.799	2.233.275	60,6%
Total	6.032.277	6.633.278	10,0%

Apesar da melhoria observada na situação devedora dos clientes particulares, esta não foi suficiente para compensar o agravamento verificado no sector público, pelo que, em termos finais, se registou um crescimento de 10% no montante em dívida. Concomitantemente, o prazo médio de recebimentos agravou-se de 46 dias, em Dezembro de 2003, para 47,6 dias em Dezembro de 2004.

Gestão da Rede de Distribuição

Em 2004, instalaram-se 63 km de tubagem na rede de distribuição, sendo 7 em obras de ampliação e os restantes 56 em obras de substituição. Foram continuados os procedimentos de substituição sistemática de ramais e de bocas-de-incêndio e de redução de extremos nas empreitadas de beneficiação da rede. Entre 2002 e 2004, foram já substituídos cerca de 140 km de tubagem da rede, a maioria dos quais concentrada nas Zonas Baixa e Média de Abastecimento, consideradas como área de intervenção prioritária.

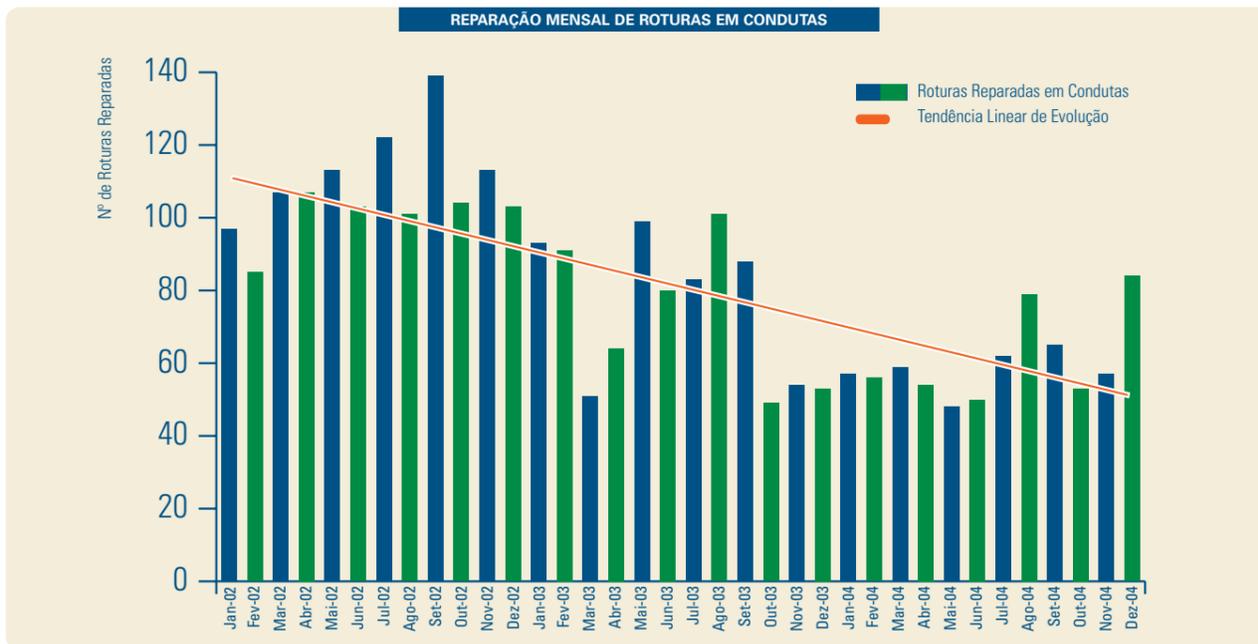
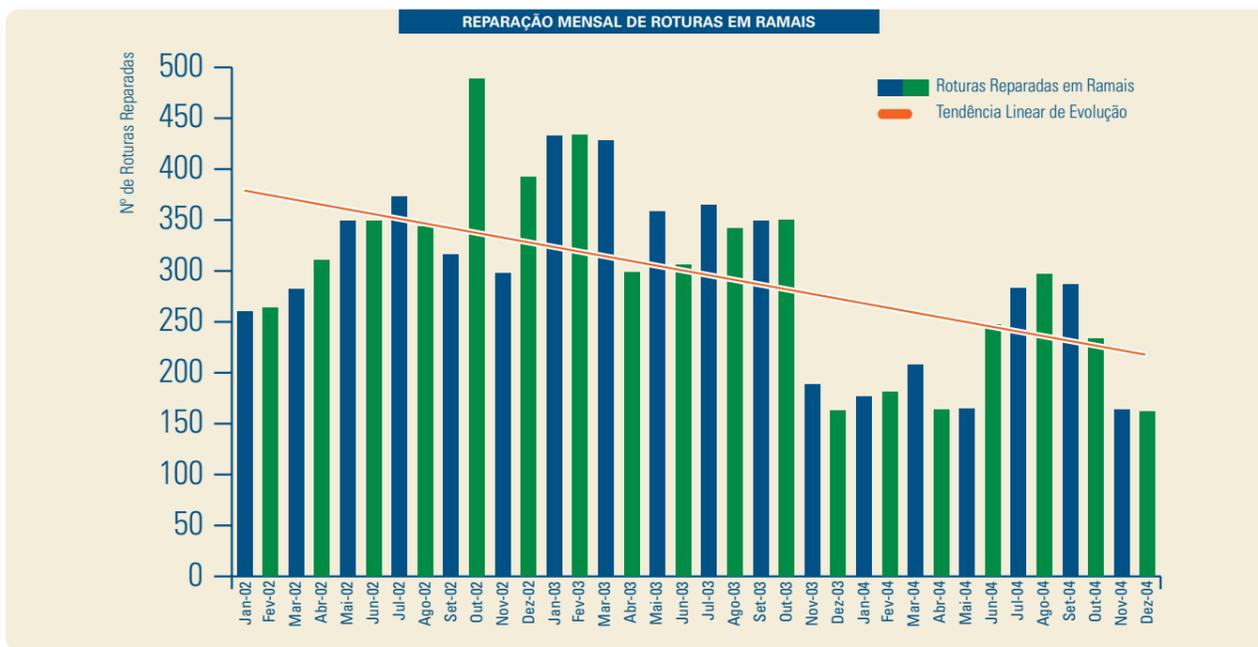
Continuam a testar-se novas técnicas de reabilitação de condutas sem abertura de vala, dado o interesse da sua aplicação nas condutas cuja reabilitação se venha a revelar mais vantajosa do que a sua substituição, ou nos casos em que a Câmara Municipal de Lisboa não autorize intervenções de substituição total devido ao impacto das obras na vivência da Cidade.

Desenvolveram-se esforços na eliminação de usos clandestinos, na análise dos grandes espaços verdes e urbanos e respectivas redes, na redução dos tempos de intervenção para reparação de roturas.

As realizações conseguidas, nos últimos anos, nos domínios da beneficiação/substituição da rede de distribuição, não serão estranhas à redução, uma vez mais verificada, do número de roturas em ramais e em condutas da rede, número esse que foi de 3 293, inferior em

cerca de 33% ao de 2003. Apesar deste facto, registaram-se quatro roturas de grande impacto, não só pelos volumes perdidos, mas também pelos danos causados. Merece especial destaque, a rotura

verificada na Avenida Infante D. Henrique, numa conduta de DN 800, no mês de Novembro. A evolução das roturas em ramais e condutas no último triénio foi a seguinte:



Foram estabilizados os sistemas de telemetria de 67 ZMC's – Zonas de Medição e Controlo, instalados na rede de distribuição e realizaram-se 36 campanhas de controlo e monitorização de volumes movimentados, da evolução diária dos níveis de pressão e da eficiência da rede. Procedeu-se, ainda, à operacionalização de sistemas de telemetria em pontos de entrega a Clientes Chave (285 Clientes Chave), para acompanhamento do fornecimento de grandes consumos e controlo da eficiência e eficácia do serviço.

Relações com Clientes

O número de contratos continuou a crescer moderadamente, tendo-se atingido no final do ano o número de 338 948 Clientes, mais 2 547 que em 2003. Os únicos segmentos que registaram decréscimos foram o Doméstico Especial e o Comércio/Indústria.

Nº de Contratos/Clientes	2002	2003	2004	% Total	▲% 04/03
Doméstico	280.514	282.821	285.569	84,25%	0,97%
Doméstico Especial	72	58	54	0,02%	-6,90%
Comércio/Indústria	46.367	46.038	45.672	13,47%	-0,79%
Inst. Interesse Público	2.374	2.453	2.547	0,75%	3,83%
Estado e Pess. Direito Público	3.036	2.972	2.974	0,88%	0,07%
Câmara Municipal de Lisboa	2.022	2.059	2.132	0,63%	3,55%
Total	334.385	336.401	338.948	100%	0,76%

Confirmando e mantendo a tendência verificada desde 2002, o Índice de Satisfação de Clientes registou, em 2004, um aumento face aos indicadores obtidos em 2003. Os atributos que mais contribuíram para esta subida estiveram relacionados com as características organolépticas da água, designadamente a cor, o cheiro e o sabor.

A este respeito importa referir que, no dia 25 de Dezembro de 2003, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 243/2001 que estabeleceu valores paramétricos mais exigentes que a legislação anterior e impõe a recolha de amostras de água para análise na torneira do Cliente. As iniciativas realizadas pela empresa nos aspectos da divulgação das novas exigências legais, bem assim como as actividades desenvolvidas em domicílios com vista ao cumprimento das normas legais em vigor, poderão ter contribuído para o aumento da satisfação com a qualidade da água.

Nas áreas de atendimento presencial da EPAL – Sede e Loja do Cidadão – registou-se um crescimento significativo do número de pessoas atendidas, mais 14 280 que no ano anterior. A utilização de novo modelo de factura e a implementação do sistema de débitos directos, da tarifa familiar e do IVR (fornecimento de leituras) foram factos que justificaram tal crescimento.

Tais factos fizeram-se sentir, igualmente, no atendimento telefónico – Contact Center - que viu significativamente penalizado o tempo médio de espera, o qual regrediu dos 24 para os 78 segundos.

Pese embora, em termos globais, os números sejam pouco significativos, aumentaram expressivamente os contactos de Clientes através da Internet e da Epalnet.

Quanto à actividade de controlo de locais com possível consumo fraudulento, promoveu-se a realização de 16 560 visitas a diferentes locais, resultando em 1 025 contratos, 1 410 fechos de água decorrente de águas abertas, 518 retiradas de contadores e 1 210 fechos especiais.

Na área de projectos de redes prediais deram entrada na empresa 1 378 processos, o que corresponde a um acréscimo de 15 % relativamente ao ano de 2003, tendo sido analisados 2741 processos e aprovados 1 255.



Áreas de Suporte

As actividades desenvolvidas pelos serviços de suporte orientaram-se por princípios e objectivos de eficiência na obtenção das respostas às necessidades sentidas pelas áreas de negócio da empresa.

Na área de planeamento e controlo de gestão trabalhou-se na actualização dos instrumentos provisionais de gestão para o curto e médio prazos e desenvolveram-se projectos conducentes à operacionalização do "Balanced Scorecard", com o qual se pretende assegurar, já em 2005, uma gestão por objectivos integrada pelas vertentes estratégica, de médio e de curto prazos e articulada nas dimensões empresarial, dos serviços e pessoal.

Deu-se continuidade aos projectos de análise da estratégia de investimento na Rede de Distribuição de Lisboa e no sistema de Produção e Transporte, com o apoio do Laboratório Nacional de



Engenharia Civil e do Instituto Superior Técnico, prevendo-se a sua conclusão em 2005. Das actividades a desenvolver na sequência destes projectos conta-se com a revisão do Plano Geral da Rede de Distribuição de Lisboa e do Plano Director da EPAL.

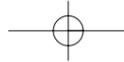
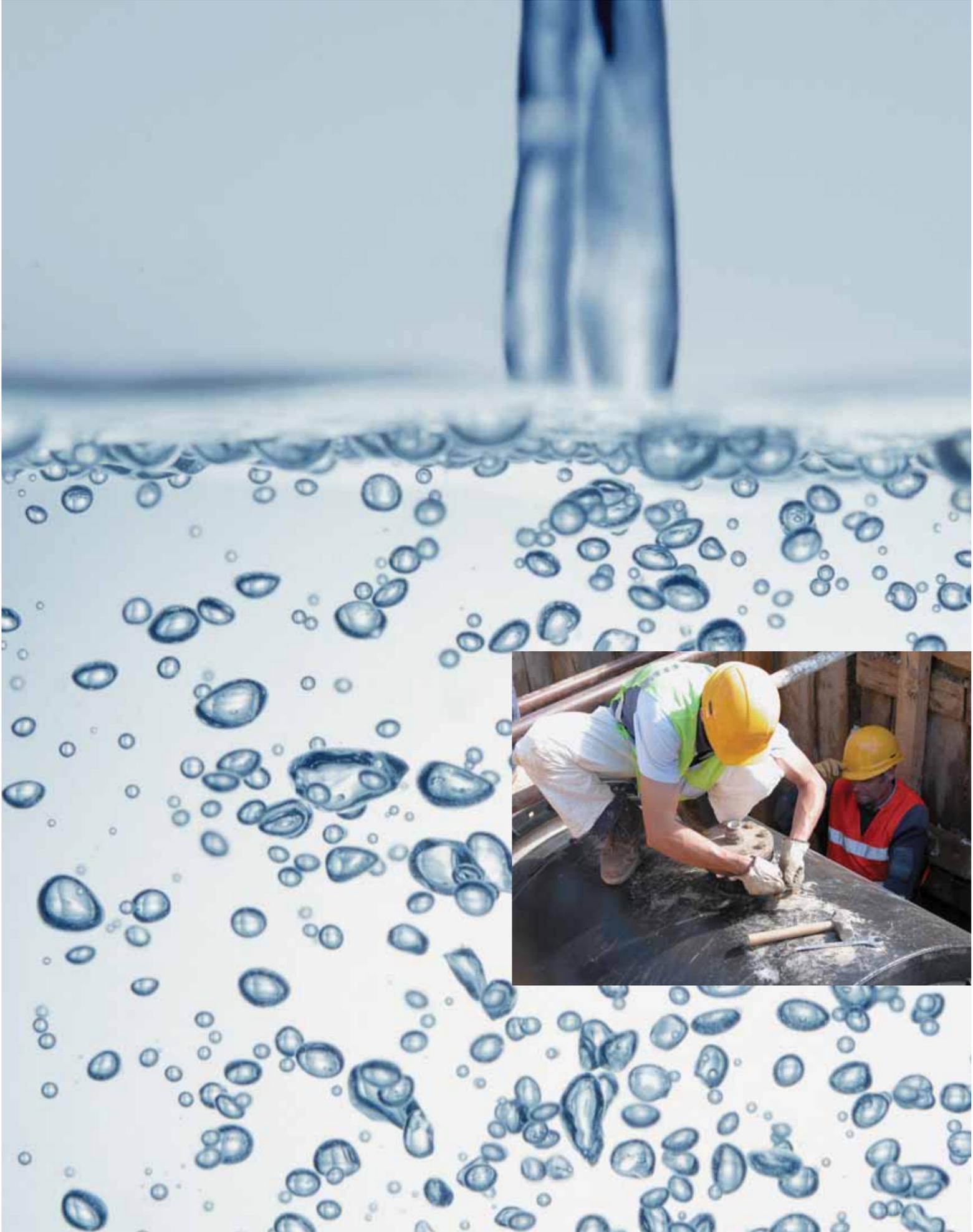
No domínio dos sistemas de informação, entre outras acções, foi feita a renovação tecnológica dos Servidores Unix, instalaram-se novas ferramentas de monitorização e segurança de sistemas, redimensionou-se e modernizou-se o Sistema de Gestão Documental, converteu-se o Sistema Integrado de Gestão de Clientes para uma nova plataforma tecnológica e colocou-se em exploração a "Epalnet", área reservada no site da EPAL para os clientes solicitarem serviços e introduzirem ou consultarem informação relevante. Procedeu-se, ainda, à negociação de novo contrato de comunicações fixas e móveis, com significativas vantagens para a empresa.

A renovação realizada, no decurso de 2004, na frota automóvel da empresa é digna de realce. Com efeito, foram adquiridas 104 viaturas, em regime de aluguer operacional, o que representa uma renovação de cerca de 38% da frota. Os contratos negociados, as opções feitas ao nível de modelos e de tipos de combustíveis utilizados permitiram obter ganhos muito significativos nos custos de manutenção e assistência e nos combustíveis consumidos.

Prosseguiu-se, pelo terceiro ano consecutivo, com a instalação de câmaras de detecção de intrusões e movimentos nos recintos operacionais da empresa. As câmaras instaladas estão permanentemente ligadas às centrais de vigilância que funcionam 24 sobre 24 horas por dia. Em fins de Dezembro de 2004, encontravam-se instalados e a funcionar 28 sistemas de CCTV.

O funcionamento, em pleno, do sistema de e-procurement, assente na plataforma do SAP R/3, desenvolvido no âmbito do Grupo Águas de Portugal com a colaboração da EPAL, revelou-se, como era esperado, um factor de agilização e racionalização das compras de reagentes, consumíveis de informática e material de escritório, de que resultou uma considerável redução de custos.

A alteração do sistema de débitos de Clientes em conta bancária para o sistema de débitos directos, promovida a partir do mês de Maio, além de permitir benefícios operacionais, com evidentes ganhos de tempo, trouxe uma redução dos custos directos de cada transacção e facilitou a gestão dos movimentos por parte dos Clientes através das ATM.



Investimentos

O valor total dos investimentos realizados, em 2004, foi de 59,5 milhões de Euros, correspondente a 87% da previsão actualizada em Setembro (68,3 milhões EUR). Este valor foi superior ao do ano anterior em cerca de 19,6 milhões de Euros.

A repartição do investimento realizado pelas duas áreas de negócio e pelos serviços de suporte da EPAL pode apreender-se no quadro seguinte:

Utente	2004
Área de Negócio de Produção e Transporte	46 792
Área de Negócio de Distribuição	11 299
Serviços de Suporte e Outros	1 429
Total	59 520

Parte significativa do investimento realizado na Área de Produção e Transporte respeitou ao projecto de ampliação da capacidade de produção do Sistema do Castelo do Bode. Durante o ano, continuaram os trabalhos de construção da nova estação elevatória, com



uma capacidade de elevação de 125 mil m³/dia, mas com reserva de espaço para 250 000 m³/dia, estando a sua conclusão prevista para o primeiro semestre de 2005, e arrancaram as seguintes obras.

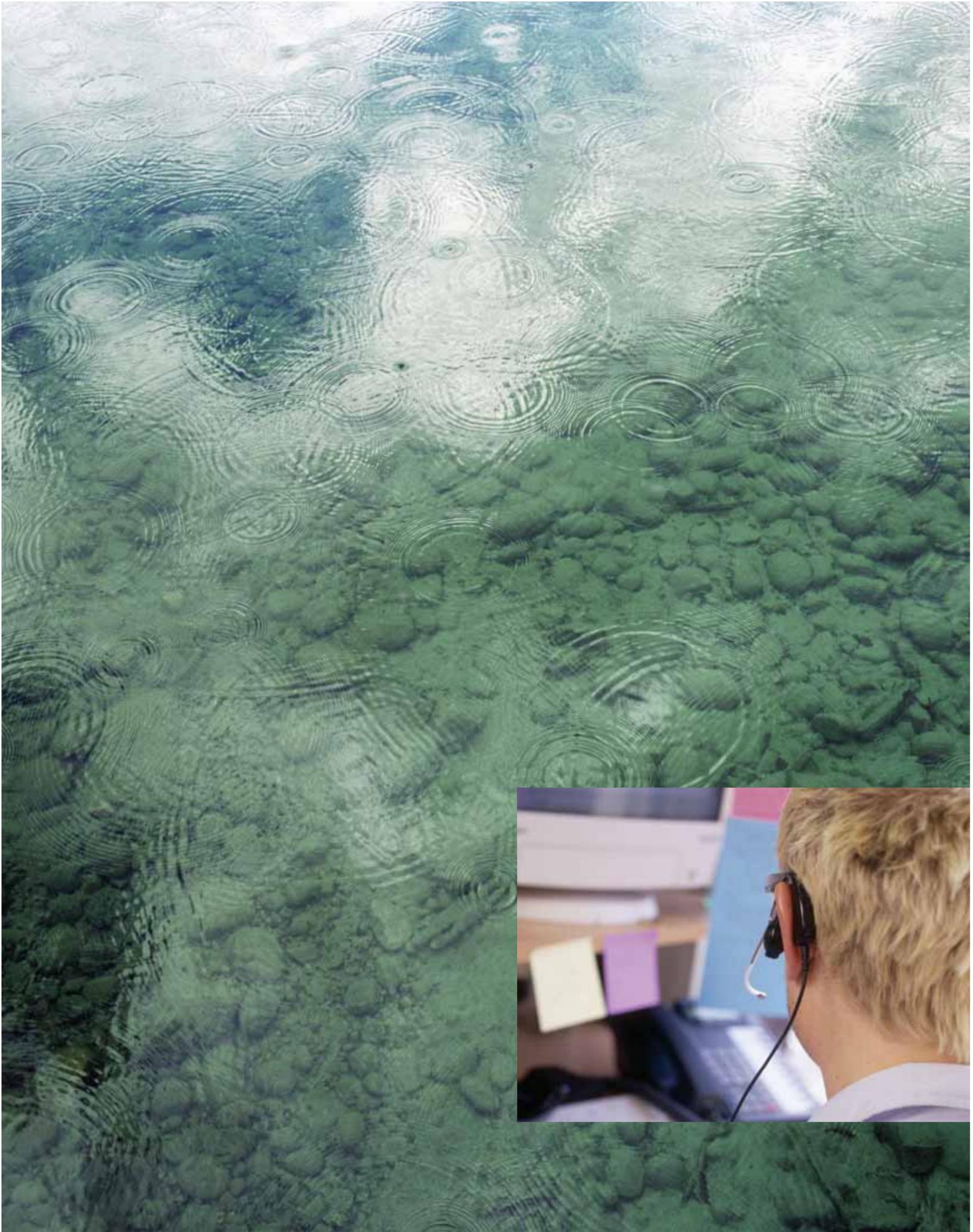
- Duplicação da conduta elevatória entre a nova Estação Elevatória e a ETA da Asseiceira, com conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2005. Com esta duplicação aumentar-se-á a actual capacidade de transporte deste troço, de 500 mil para 1 milhão de m³/dia.
- Duplicação do troço Asseiceira-Alcanhões, que integra a duplicação de dois troços, o da Meia Via e o de Brogueira, permitindo o aumento da capacidade de transporte do adutor de 500 mil para 625 mil m³/dia, com conclusão igualmente prevista para o terceiro trimestre de 2005.
- Ampliação da ETA da Asseiceira, compreendendo a reformulação da linha de tratamento existente e a ampliação da capacidade de tratamento de 500 mil para 625 mil m³/dia, com a construção de uma nova linha. Prevê-se a conclusão desta obra em 2007.
- Duplicação da cisterna de água tratada, com conclusão prevista para 2006. A capacidade de armazenamento de água tratada passará, com esta duplicação, de 40 000 para 80 000 m³.

Outros investimentos dignos de registo na Área de Produção e Transporte foram a recuperação da capacidade de produção das captações das Lezírias II e III, com abertura e activação de quatro novos furos e cimentação dos quatro desactivados, e a recuperação do troço Alcanhões-Alcoentre, do Aqueduto do Alviela, numa extensão de 1 727 metros.

Na Área de Negócio de Distribuição destaca-se o valor investido na substituição de 56 km de condutas da rede, correspondente a 76% do total investido na área, expressão do esforço da empresa, mantido nos últimos três anos, na beneficiação da rede. Regista-se, ainda, a alteração da conduta de DN 1000 junto ao túnel do Marquês de Pombal, bem como as várias obras de ampliação da rede numa extensão total de 6,9 km.

Relativamente aos investimentos realizados nos domínios dos serviços de suporte, embora de mais reduzida expressão, destacam-se, na área da Informática de Processo a reformulação das Redes Locais de Vila Franca de Xira, Vale da Pedra e Asseiceira, a renovação tecnológica da Telegestão em Vale da Pedra e a continuação do projecto de "Disaster Recovery" para a área de Telegestão, tanto da "Alta" como da "Baixa". No domínio dos sistemas de informação, refere-se a migração do Sistema Integrado de Gestão de Clientes para uma nova plataforma tecnológica suportada em Microsoft.Net, aumentando deste modo a "usabilidade" e a capacidade de integração com outras aplicações da EPAL.

Finalmente, importa referir a aquisição de ferramentas para monitorização dos sistemas informáticos de suporte, de modo a garantir-se a operacionalidade de todos os sistemas, de sistemas de detecção de intrusões nos servidores, a implementação do service desk mobile, a renovação de alguns equipamentos laboratoriais e a instalação de CCTV's em sete recintos operacionais da empresa, com o objectivo de melhorar as respectivas condições de segurança.



Recursos Humanos

Em termos de quadro de efectivos, no ano de 2004, manteve-se a tendência de redução, embora moderada, que tem vindo a registar-se nos últimos anos. Na relação saídas/entradas foi possível, mercê da concretização de um processo abrangente de pré-reformas, implementado no segundo semestre do ano, acentuar a dominância das primeiras, de modo que, em 31 de Dezembro, o número de efectivos registava 806 trabalhadores, quantitativo este que traduz uma redução de 44 unidades, quando comparado com o de igual data do ano anterior. Podem observar-se nos quadros seguintes os movimentos de entradas e saídas.

SAÍDAS			
Motivo	Homens	Mulheres	Total
Reformas	10		10
Demissões	1	2	3
Falecimento	5		5
Pré-Reformas	24	6	30
Ingresso Cont Susp	2		2
TOTAL	42	8	50

ENTRADAS			
Motivo	Homens	Mulheres	Total
Admissões (*)	3	3	6
TOTAL	3	3	6

* Inclui 2 trabalhadores admitidos com Contrato a Termo



A amplitude dos movimentos verificados e a evolução da idade e da antiguidade médias dos trabalhadores não reflectem o natural decurso do tempo, que se encontra atenuado relativamente ao ano de 2003 pelas saídas de trabalhadores com um nível etário e de antiguidade mais elevados. A antiguidade média na Empresa, em 2004, foi de 19,3 anos (19,03 no ano anterior), e a idade média de 44,95 (44,57 em 2003).

Os quadros seguintes reflectem estas realidades:

ANTIGUIDADE			
Nível de Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0-5 anos	75	42	117
6-10 anos	44	25	69
11-15 anos	54	15	69
16-20 anos	123	36	159
21-25 anos	75	22	97
26-30 anos	201	30	231
31-35 anos	35	19	54
36-40 anos	9	1	10
TOTAL	616	190	806
MÉDIA	20,08	16,74	19,3

NÍVEL ETÁRIO			
Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
18-24 anos	3	3	6
25-29 anos	45	27	72
30-34 anos	47	26	73
35-39 anos	45	11	56
40-44 anos	101	29	130
45-49 anos	112	33	145
50-54 anos	180	47	227
55-59 anos	73	13	86
60-64 anos	7		7
65 e mais	3	1	4
TOTAL	616	190	806
MÉDIA	45,7	42,53	44,95

O absentismo em 2004 registou uma taxa de 4,53%. Comparado com o ano anterior (5,5%), constata-se uma redução de 0,97%. A taxa apresentada reflecte as acções de acompanhamento e controlo do absentismo crónico implementadas no decurso do ano.

Os fluxos de entradas e saídas ao longo dos últimos três anos geraram uma evolução favorável no domínio das qualificações dos trabalhadores efectivos. No quadro seguinte apresenta-se a expressão dos resultados obtidos.

Nível de Qualificação	2001		2004	
	Total	%	Total	%
Quadros Superiores	86	9,2	84	10,5
Quadros Médios	121	12,8	105	13,0
Enc., Mestres e Contra-mestres	53	5,6	54	6,7
Altamente Qualificados	104	11,5	132	16,4
Qualificados	489	52,2	394	48,9
Semi-qualificados	82	8,7	37	4,5
TOTAL	935	100	806	100

Relativamente ao ano de 2003, as actividades de formação em 2004 registaram um incremento significativo, decorrente, sobretudo, da participação da EPAL no Programa de Formação Financiada desenvolvido no âmbito da AdP Formação.

Nos quadros seguintes evidenciam-se os dados inerentes à Formação:

2004	Act. Interna	Act. Externa	Total
Participantes	237	389	626
Formandos	287	847	1134
Acções	20	205	225
Horas de Formação	948	21650	22598
Custos (€)			196 239

Níveis de Enquadramento	nº de Formandos	nº de Participantes	Horas de formação
Dirigentes e Quadros Superiores	262	89	4951,5
Quadros Médios	237	118	5192
Encarregados e Mestres	132	60	1599
Profissionais Altam. Qualificados	170	102	3277,5
Profissionais Qualificados	316	242	7323
Profissionais Semi-Qualificados	17	15	255
Totais	1134	626	22598

Os valores apresentados para o número de acções, de horas e dos custos da formação representam acréscimos muito significativos relativamente ao ano anterior.

Em matéria de segurança e higiene no trabalho, prosseguiram-se as acções de avaliação e controlo de riscos profissionais, de optimiza-

ção das condições de trabalho, de informação, formação e treino, de atribuição de equipamentos de protecção colectiva e individual, de análise casuística e estatística da sinistralidade de trabalho e de reavaliação e complementação da sinalização de segurança, entre outras. Relativamente aos trabalhadores admitidos, incluindo os cedidos por empresas de trabalho temporário, quando do respectivo acolhimento, foram sistematicamente identificados os riscos das actividades que iriam desempenhar e apresentadas as adequadas medidas de prevenção e protecção.

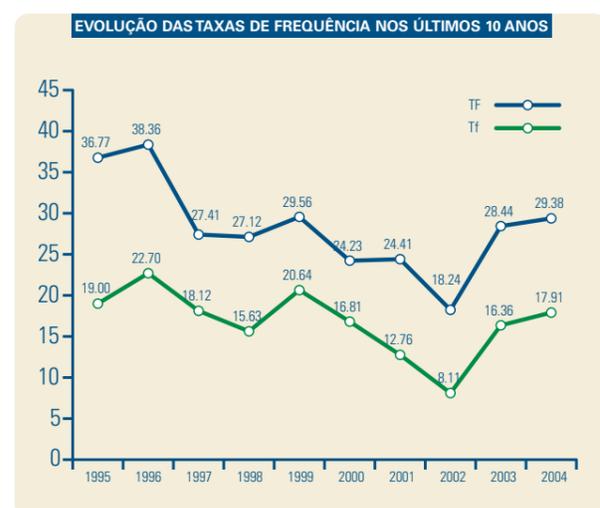
Os indicadores de segurança tiveram, em 2004, a seguinte evolução:

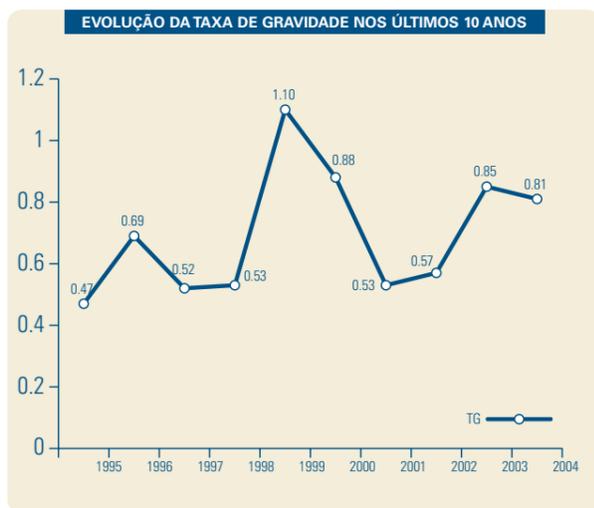
Indicadores	2003	2004
TF - Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	28,44	29,38
Tf - Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	16,36	17,91
Tg - Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,58	0,53
TG - Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	0,85	0,81

TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de anos anteriores) X 10⁶ : horas de exposição ao risco;
Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 10⁶ : horas de exposição ao risco

Como se pode constatar, as taxas de frequência tiveram um ligeiro agravamento, resultante do facto de, no período em análise, se ter verificado mais um acidente que no ano anterior, 41 contra 40 acidentes, enquanto que as taxas de gravidade registaram ligeiras melhorias.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a evolução das taxas de frequência e das taxas de gravidade nos últimos dez anos.





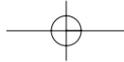
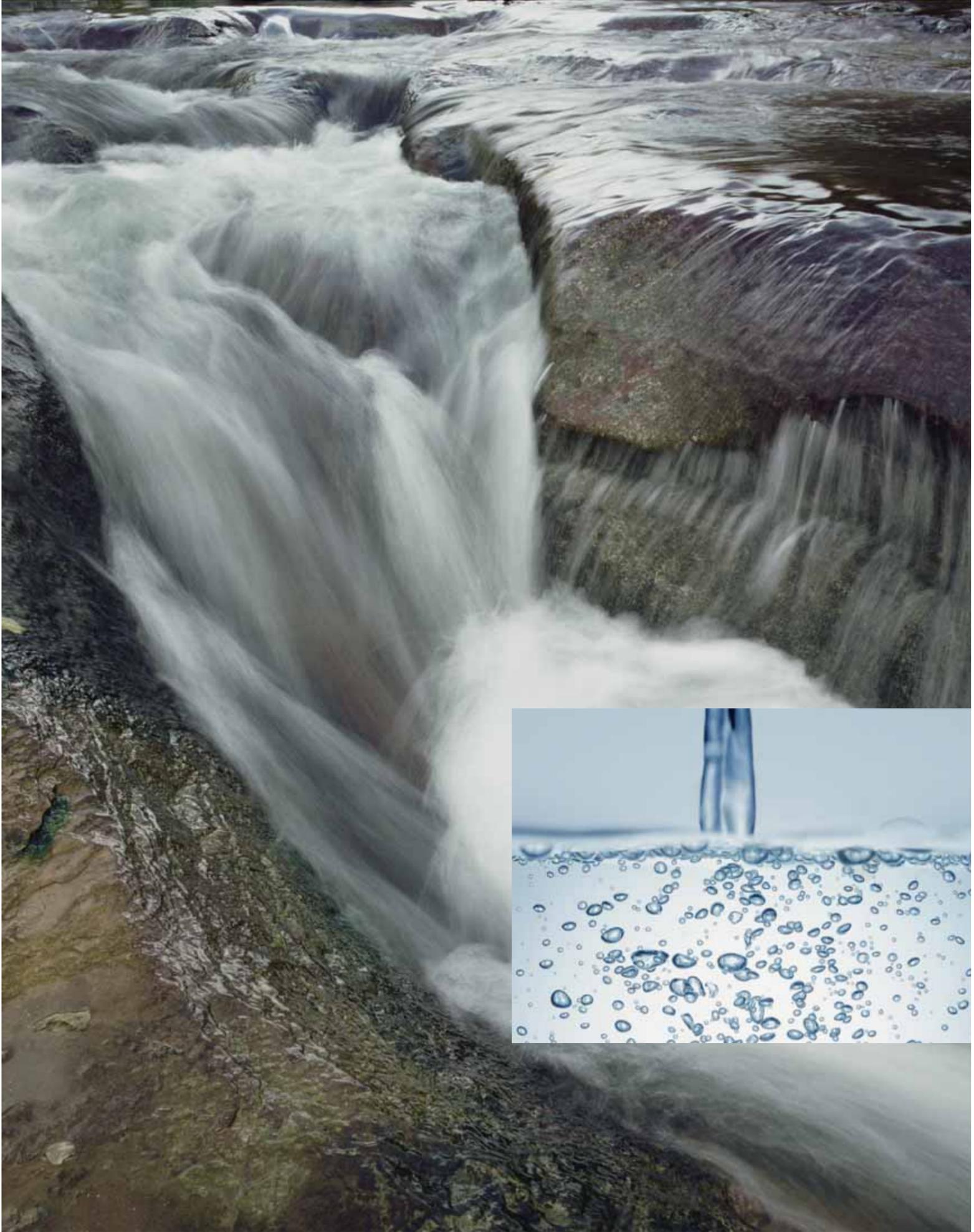
No domínio dos procedimentos em emergência, concluíram-se o Plano de emergência para o Recinto dos Barbadinhos e o estudo prévio para o Recinto de Telheiras e realizaram-se exercícios de simulacro de acidente químico no Recinto de Vale da Pedra e de incêndio, com evacuação parcial, no Recinto dos Olivais.

As actividades de Medicina do Trabalho desenvolvidas em 2004 compreenderam a realização de 1012 exames médicos, dos quais 592 periódicos e 420 ocasionais e complementares. Promoveram-se campanhas de colheitas de sangue e de vacinação anti-gripal, tendo aderido a esta última 380 trabalhadores.

No conjunto dos seis refeitórios da Empresa foram servidos 92 007 almoços, cujo custo directo ascendeu a 543 379,7 Euros, tendo sido realizadas 125 inspecções às condições de funcionamento. Procedeu-se, como habitualmente, à distribuição da tradicional ceia de Natal a todos os trabalhadores que se encontravam ao serviço na noite de 24 para 25 de Dezembro.

Realizaram-se dois programas ocupacionais para os filhos dos trabalhadores, nas faixas etárias dos 6 aos 17 e dos 18 aos 25 anos. O primeiro consistiu na frequência de Campos de Férias, em regime de internato. No segundo foi proporcionado o contacto directo com o meio laboral, através da integração dos jovens nos diversos serviços da empresa. Estes programas acolheram, respectivamente, 55 e 48 jovens.

Por fim, assegurou-se a gestão do Seguro de Doença que, em Dezembro de 2004, abrangia 1065 titulares, 550 cônjuges e 504 dependentes, num total de 2119 pessoas seguras.



Situação Económica e Financeira

Situação Económica

A situação económica da EPAL no termo do exercício de 2004, apresenta-se significativamente reforçada, como se pode constatar pela observação do quadro de resultados do último triénio.

Resultados	2002	2003	2004	VARIACÃO 04/03	
				Valor	%
Resultados operacionais	26.741	31.390	36.336	4.946	15,8
Resultados financeiros	(8.031)	(4.782)	(4.926)	(144)	(3,0)
Resultados correntes	18.710	26.608	31.410	4.802	18,0
Resultados extraordinários	(5.226)	2.921	5.255	2.334	(79,9)
Resultados antes de impostos	13.484	29.529	36.665	7.136	24,2
Imposto sobre o rendimento	4.106	9.093	10.641	1.548	17,0
Resultado líquido do exercício	9.378	20.436	26.024	5.588	27,3

Com a obtenção de 26 milhões de Euros de resultados líquidos, resulta evidente uma significativa melhoria da rentabilidade económica da empresa.



Os resultados operacionais atingiram o valor de 36,3 milhões de Euros, mais 15,8% que no ano anterior, reflectindo, igualmente, a melhoria da rentabilidade operacional, fruto do aumento dos

proveitos operacionais, que atingiram 142,1 milhões de Euros, mais 4,4% que no ano anterior, e da contenção dos custos operacionais, que com o valor alcançado de 105,7 milhões de Euros, apenas aumentaram 0,9% face a 2003.

Os resultados financeiros tiveram um agravamento de 3% face a 2003, tendo atingido o valor de 4,9 milhões de Euros negativos, fruto, fundamentalmente, da constituição de uma provisão de 0,4 milhões de Euros para cobertura da participação financeira na Prolagos. Expurgando o efeito daquela provisão, os resultados financeiros teriam melhorado cerca de 6% face ao ano anterior, atendendo a que os empréstimos líquidos do BEI apenas aumentaram 0,9 milhões de Euros no ano e a taxa média de juro dos empréstimos desceu 20 p.b., para 3,155%.

A evolução favorável nos resultados extraordinários, que aumentaram 2,3 milhões de Euros face a 2003 (79,9%), deve-se basicamente à redução de provisões ocorrida no exercício, no valor de 2,1 milhões de Euros.

Os resultados antes de impostos atingiram os 36,7 milhões de Euros, representando uma melhoria de 7,1 milhões de Euros (24,2%) face ao ano anterior, pondo em evidência a excelente performance dos resultados no exercício em análise. Contribuiu ainda favoravelmente para a constituição dos resultados líquidos a contabilização de 0,9 milhões de Euros relativos ao efeito favorável dos impostos diferidos, activos e passivos.

Os proveitos totais tiveram um aumento de 6,1% face a 2003, tendo atingido 148,3 milhões de Euros. No quadro seguinte apresentam-se os valores de proveitos no último triénio.

Proveitos	2002	2003	2004	VARIACÃO 04/03	
				Valor	%
Vendas	125.023	131.146	136.464	5.318	4,1
Prestações de serviços	2.817	2.917	3.092	175	6,0
Proveitos suplementares	1.665	1.864	2.411	547	29,3
Trabalhos para a própria empresa	256	208	95	(113)	(54,3)
Outros proveitos operacionais	25	5	0	(5)	(100,0)
Proveitos Operacionais	129.786	136.140	142.062	5.922	4,3
Proveitos e ganhos financeiros	255	293	450	157	53,6
Proveitos e ganhos extraordinários	3.388	3.331	5.828	2.497	75,0
Total	133.429	139.764	148.340	8.576	6,1

As vendas, incluindo a venda de água e quota de serviço, atingiram os 136,5 milhões de Euros, sendo responsáveis pelo maior incremento dos proveitos face ao ano transacto, no montante de 5,3 milhões de Euros (4,1%). Salienta-se que o volume de água facturada atingiu, no exercício em apreço, 222,7 milhões de metros cúbicos, o que representa um crescimento de 0,5% face a 2003.

As prestações de serviços e os proveitos suplementares, respectivamente com 3,1 milhões de Euros e 2,4 milhões de Euros, registaram também evoluções favoráveis, com crescimentos de 6,0% e 29,3% face a 2003, contribuindo, assim, para a boa performance dos proveitos operacionais verificada no exercício.

Relativamente aos proveitos e ganhos financeiros, salienta-se um aumento de 53,6% face a 2003, tendo atingido os 450 mil Euros. Esta evolução favorável resultou, fundamentalmente, dos excedentes pontuais de tesouraria ao longo do ano, representando os juros das aplicações financeiras cerca de metade do total dos proveitos financeiros.

Os proveitos extraordinários atingiram 5,8 milhões de Euros, o que constitui o valor mais favorável do triénio analisado. Este incremento deve-se fundamentalmente à anulação de provisões neste exercício, no valor de 2,1 milhões de Euros.

Os custos totais atingiram os 111,7 milhões de Euros, tendo aumentado 1,3% face a 2003, o que representa um decréscimo em termos reais, atendendo à inflação registada no ano, na ordem dos 2,4%. A evolução dos custos no último triénio foi a seguinte:

Custos	2002	2003	2004	VARIAÇÃO 04/03	
				Valor	%
Custo das matérias consumidas	3.394	2.825	2.774	(51)	(1,8)
Fornecim. e serviços externos	36.164	36.096	34.514	(1.582)	(4,4)
Impostos	607	639	804	165	25,8
Custos com o pessoal	33.551	32.317	32.076	(241)	(0,7)
Outros custos operacionais	872	586	14	(572)	(97,6)
Amortizações	26.262	27.221	26.961	(260)	(1,0)
Provisões	2.194	5.066	8.583	3.517	69,4
Custos Operacionais	103.044	104.750	105.726	976	0,9
Custos e perdas financeiros	8.286	5.075	5.376	301	5,9
Custos e perdas extraordinários	8.615	410	573	163	39,8
Total	119.945	110.235	111.675	1.440	1,3

Pelo segundo ano consecutivo, os custos totais registam decréscimos reais face ao ano que o antecede, pondo em evidência os efeitos das políticas de contenção e de racionalização de custos prosseguidas pela EPAL, apesar do acréscimo da actividade operacional, nomeadamente no que respeita às matérias consumidas e especialmente aos fornecimentos e serviços externos.

As três principais rubricas - fornecimentos e serviços externos, pessoal e amortizações - que no cômputo geral representaram 84% do total de custos atingido no

ano, registaram decréscimos, respectivamente de 1,6, de 0,2 e 0,3 milhões de Euros.

Salienta-se, ainda, a redução apurada nos outros custos operacionais, de 0,6 milhões de Euros (97,6%), decorrente da amortização final ocorrida em 2003, de custos pluriénais capitalizados em exercícios anteriores.

No que respeita às amortizações, a redução registada no ano deve-se ao facto de alguns bens do activo imobilizado terem atingido o limite da sua vida útil, não sendo o seu valor compensado pelas amortizações dos bens que entraram em funcionamento no exercício. Importa reter, ainda, que uma grande parte do investimento efectuado durante o ano se encontrava em curso no final deste.

As provisões do exercício, no valor de 8,6 milhões de Euros, registaram um aumento de 3,5 milhões de Euros (69,4%) face ao ano anterior. Estas provisões destinam-se, essencialmente, a fazer face a riscos existentes, decorrentes de novos contenciosos e litígios, bem como da evolução ocorrida no exercício relativamente a processos de contencioso já existentes, alguns dos quais originaram, inclusivamente, a anulação/redução de provisões constituídas anteriormente.

Os custos e perdas financeiros atingiram o valor de 5,4 milhões de Euros, mais 5,9% que em 2003. Este valor está influenciado pela provisão de 0,4 milhões de Euros para cobertura da participação financeira na Prolagos. Expurgando o efeito desta provisão, os encargos financeiros teriam uma redução de 2,6%, devido ao impacto favorável da redução da taxa média de juro dos empréstimos (de 3,363%, em 2003 para 3,155%, em 2004), que, aliado à amortização de empréstimos ocorrida no exercício, de 4,1 milhões de Euros, absorveu a totalidade do aumento dos encargos financeiros inerentes aos novos empréstimos do BEI (10,0 milhões de Euros, em Agosto de 2003 e 5,0 milhões de Euros, em Julho de 2004).

Os indicadores económicos constantes do quadro seguinte, registam uma evolução favorável na rentabilidade da Empresa, ao longo dos últimos três anos, pondo em evidência a consolidação da sua estrutura económica.

Indicadores Económicos	2002	2003	2004	VARIAÇÃO 04/03
Rendibilidade do Activo Total	1,55	3,14	3,85	22,7
ROE	2,91	6,11	7,59	24,2
Rendibilidade das Vendas e Serviços Prestados	7,34	15,24	18,65	22,3
Cash-Flow (10 ³ euros)	44.911	54.851	60.689	10,6

Os indicadores de rentabilidade do activo total, dos capitais próprios e das vendas, atingiram, respectivamente, 3,85%, 7,59% e 18,65%, tendo aumentado, em média, cerca de 23% face ao ano anterior.

Salienta-se a boa performance da rentabilidade dos capitais próprios (ROE), sendo a taxa alcançada, de 7,59%, a mais alta desde 1991, data em que a EPAL se transformou em sociedade anónima de capitais públicos.

O cash-flow apresenta também uma evolução favorável, tendo atingido 60,7 milhões de Euros, mais 10,6% que o valor alcançado em 2003. Aquele valor apresenta-se, também, como o mais alto desde o início da década de 90.

Situação Financeira

A situação patrimonial da EPAL, como espelham os balanços do último triénio, foi reforçada no exercício de 2004, tendo o activo líquido aumentado para 675,4 milhões de Euros, mais 3,8% que o ano anterior.

Balanço	2002	2003	2004	Variação 04/03	
				Valor	%
Activo					
Activo Fixo	552.343	565.215	599.396	34.181	6,0
Activo Circulante	34.153	67.445	56.602	(10.843)	(16,1)
Acréscimos e Diferimentos	18.391	17.919	19.371	1.452	8,1
Total	119.945	110.235	111.675	1.440	1,3
Capital Próprio e Passivo					
Capital Próprio	322.452	334.548	343.093	8.545	2,6
Passivo de M/L prazo	140.412	150.334	156.812	6.478	4,3
Passivo de Curto prazo	47.870	75.048	86.713	11.665	15,5
Acréscimos e Diferimentos	94.153	90.649	88.751	(1.898)	(2,1)
Total	604.887	650.579	675.369	24.790	3,8

O activo fixo atingiu 599,4 milhões de Euros, mais 6% que o valor do ano anterior; resultado dos investimentos corpóreos realizados, de 59,5 milhões de Euros e do efeito das amortizações do ano.

O activo circulante, por seu lado, sofreu uma redução de 16,1% face ao ano anterior; atingindo 56,6 milhões de Euros, evidenciando a pressão crescente sobre a tesouraria e a consequente redução dos meios de pagamento disponíveis.

O capital próprio atingiu o valor de 343,1 milhões de Euros, mais 2,6% que o de 2003 e mais 6,4% que o valor de 2002. Este crescimento diminuto deve-se, em grande parte, ao facto dos resultados retidos na Empresa terem assumido valores reduzidos ao longo do triénio, contrapondo com os dividendos ao accionista, que são pagos no ano seguinte, e que representaram 80% dos resultados líquidos de 2003 e de 2002 e 70% em 2001, respectivamente, 16,3 milhões de Euros, 7,5 milhões de Euros e 5,3 milhões de Euros.

O endividamento a médio e longo prazo atingiu, no final do ano, o valor de 143,6 milhões de Euros, tendo sofrido um aumento líquido de 0,2 milhões de Euros face a 2003, em resultado da contratação de um novo empréstimo do BEI, em Julho, no valor de 5,0 milhões de Euros e da transferência para empréstimos a curto prazo do valor a amortizar em 2005.

A EPAL assinou com o BEI um Contrato de Financiamento, em Janeiro de 2002, destinado ao financiamento do seu programa de investimentos, num valor total de 185,0 milhões de Euros. No exercício de 2004, com o empréstimo referido, foi esgotada a primeira linha de crédito de 30,0 milhões de Euros.

A evolução desfavorável do passivo de curto prazo, com um aumento de 11,7 milhões de Euros (15,5%), resultou, fundamentalmente, do aumento do saldo de fornecedores do imobilizado, que passou de 6,1 milhões de Euros em 2003, para 24,5 milhões de Euros em 2004 (mais 18,4 milhões de Euros), na sequência de um maior esforço de investimento realizado no último trimestre do ano, nomeadamente nas obras de ampliação do subsistema de Castelo do Bode. Este aumento foi compensado parcialmente pela redução das dívidas ao Estado, em cerca de 4,6 milhões de Euros, fruto da redução do saldo de IRC a pagar relativo ao exercício.

Os indicadores financeiros apresentam uma evolução desfavorável face aos anos anteriores, resultante da redução da liquidez verificada no final do ano, continuando, todavia, a evidenciar uma estrutura financeira equilibrada.

Indicadores Financeiros	2002	2003	2004	VARIACÃO 04/03 (%)	
Liquidez Geral	0,71	0,90	0,65	(27,4)	
Solvabilidade	1,14	1,06	1,03	(2,5)	
Fundo de Maneio (10 ³ EUR)	(13.717)	(7.603)	(30.111)	(296,0)	
Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	1,01	1,02	0,98	(3,6)	

A reduzida retenção de resultados na Empresa, conjugada com o forte investimento que se tem vindo a realizar provocou o incremento de passivos financeiros e outros. Tal situação contribuiu não só para a evolução desfavorável do fundo de maneio, como também para o decréscimo dos indicadores de estrutura financeira apresentados (redução do peso relativo dos capitais próprios no total dos capitais alheios e no activo total), e consequentemente, redução de solvabilidade e de autonomia financeira.

O fundo de maneio atingiu 30,1 milhões de Euros negativos, o que corresponde a um agravamento significativo face aos anos anteriores. Porém, o seu valor não põe em causa a capacidade de solvência dos compromissos financeiros a curto, médio e longo prazos.

Seguros

A EPAL mantém uma carteira de seguros que cobre a generalidade dos riscos em que incorre no desenvolvimento da sua actividade,

nomeadamente pessoais, patrimoniais e de responsabilidade civil, acidentes de trabalho, acidentes pessoais/viagem, doença grupo e assistência em viagem, multi-riscos comerciais, industriais e automóvel; responsabilidade civil de exploração, profissional e poluição.

Em Junho ocorreram as negociações para a renovação das anuidades, das quais resultaram algumas actualizações nos capitais e nos prémios dos seguros, salientando-se:

- Aumento dos capitais do seguro multi-riscos, de 1,045 milhões de Euros para 1,082 milhões de Euros (mais 3,5%);
- No seguro de doença, para além do ajustamento do prémio, decorrente da sinistralidade crónica deste seguro, procedeu-se a alguns ajustamentos nas comparticipações no regime de prestação directa e no regime de prestação de reembolso, tendo em vista a contenção da sinistralidade;
- No seguro de responsabilidade civil de exploração, dada a sinistralidade existente, a renovação só foi possível com um agravamento do prémio comercial, tendo ainda aumentado a franquia para 25 mil Euros, por sinistro.

Os custos da carteira de seguros atingiram os 1,6 milhões de Euros, mais 8,1% que em 2003, fundamentalmente devido ao aumento do prémio do seguro de responsabilidade civil e do ajustamento dos capitais do seguro multi-riscos.

Fundo de Pensões

A 31 de Dezembro de 2004, o valor da carteira do Fundo de Pensões EPAL ascendia a 36,7 milhões de Euros, registando um acréscimo de 7,9% relativamente ao período homólogo do ano anterior.



Durante o ano de 2004 o valor dos complementos de reforma pagos pelo Fundo de Pensões totalizou 1,7 milhões de Euros e as

contribuições efectuadas pela EPAL totalizaram 2,3 milhões de Euros (o que representa um acréscimo de 12% face ao valor do ano transacto).

Nos últimos dois anos assistiu-se a um forte aumento do nível de financiamento das responsabilidades, fruto essencialmente do aumento das contribuições anuais por parte da empresa, tendo o nível de financiamento, com base nos pressupostos do Fundo Mínimo do Instituto de Seguros de Portugal (Norma 21/96-R), atingido em 2004, a melhor taxa de cobertura desde 2000, com 96,7%.

A rentabilidade do Fundo de Pensões atingiu em 2004 os 6,38%, contra 9,2% registados em 2003, tendo estes dois últimos anos permitido recuperar as perdas a que se tinha assistido em 2001 e 2002 e consolidar a estrutura económica e financeira do Fundo. De facto, à semelhança do ano anterior, a rentabilidade do Fundo de Pensões atingiu níveis superiores à própria mediana do mercado, fruto, essencialmente, da estratégia delineada pela entidade gestora para o fundo.

Empresas Participadas

A EPAL manteve, em 2004, as suas participações financeiras em quatro sociedades, conforme quadro seguinte:

EMPRESAS	CAPITAL	PART. EPAL Valor	MOEDA %
Clube de Golfe das Amoreiras, SA	350.000	350.000	100,0 EUR
Ambelis, SA	1.000.000	9.976	1,0 EUR
Shore, Lda	420.000	31.500	7,5 EUR
Prolagos, SA (Brasil)	109.694.498	8.227.087	7,5 Reais

A participação financeira mais relevante é na Prolagos (Brasil), onde detém 7,5% do capital social da sociedade, no valor de 8,2 milhões de reais, sendo a operadora técnica da concessão detida pela sociedade para o abastecimento de água e saneamento básico das áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como o fornecimento de água ao Município de Arraial do Cabo. A Águas de Portugal, SGPS, detém directa e indirectamente, através da EBAL - Águas do Brasil, SA, a restante participação financeira da Prolagos (92,5%). O valor da participação financeira da EPAL na Prolagos é de 4,5 milhões de Euros (8,2 milhões de Reais), encontrando-se totalmente provisionada nas contas da EPAL.

A participação financeira na SHORE, Lda é de 31 500 Euros (7,5%), sendo a parte restante (92,5%) detida indirectamente pela Águas de Portugal, SGPS, através da EBAL - Águas do Brasil, SA. A sede social da Shore situa-se na Zona Franca da Ilha da Madeira. O valor desta participação financeira também se encontra totalmente provisionado nas contas da EPAL. Esta sociedade esteve inactiva e tem em curso o processo para a sua dissolução e liquidação.

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e fun-

cionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório.

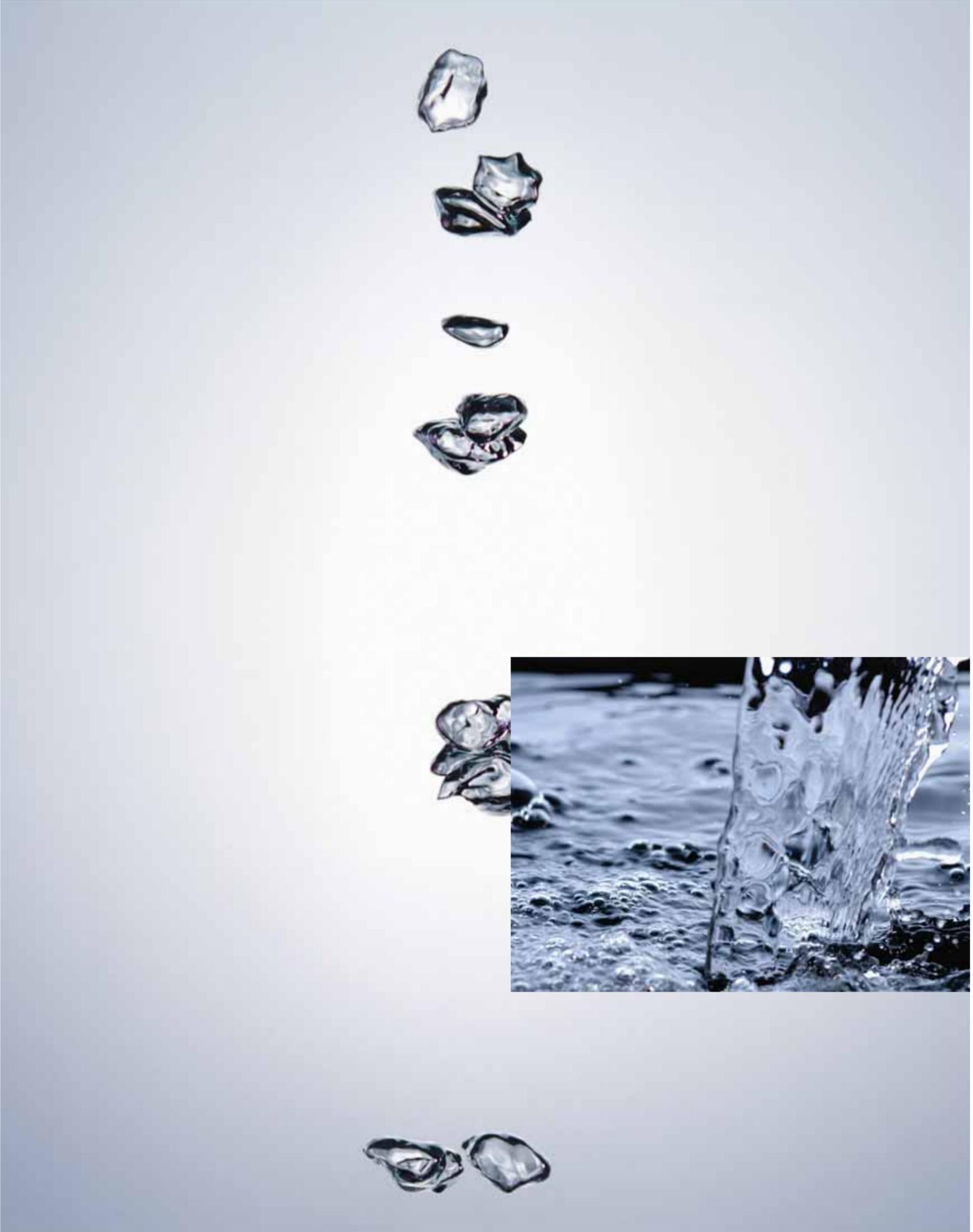
O estabelecimento para o treino e ensino de golfe não foi ainda concluído, faltando a instalação da rede circundante ao recinto, que não obteve o parecer favorável do IPPAR, nem o respectivo licenciamento pela Câmara Municipal de Lisboa.

Na sequência da acção interposta pela Supergolf Amoreiras – Academia de Golfe, S.A., contra a EPAL e Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., foi constituído um Tribunal Arbitral, em 30 de Outubro de 2002, para determinar se assiste ou não àquela

sociedade o direito à resolução do contrato celebrado em Dezembro de 1993, respectivas adendas e aditamentos posteriores. O Tribunal Arbitral, no final de 2004, julgou aquela acção procedente.

O Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., não teve qualquer actividade no exercício de 2004.

Finalmente, a participação financeira da EPAL na Ambelis é de 9 976 Euros, correspondente a 1% do capital social da sociedade, que foi constituída em 1994, tendo por objectivo a modernização da base económica da cidade de Lisboa e assumindo-se como polo gerador de investimento, através da dinamização e gestão de diversos projectos e actividades.



Qualidade

São vários os sistemas de gestão da Qualidade implementados na EPAL. Com efeito, dispõe de um Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela APCER, com referência à norma NP EN ISO 14001:1999, um Sistema de Gestão da Qualidade, definido para a Área de Clientes Directos, igualmente certificado pela APCER, com referência à norma NP EN ISO 9001:2000 e de três laboratórios acreditados, com referência à norma NP EN ISO / IEC 17025, a saber, o Laboratório de Contadores, o Laboratório da Asseiceira e o Laboratório Central da EPAL.

Em Dezembro de 2004, foi tomada a deliberação de desenvolver um projecto tendente à certificação da empresa, no seu todo, com referência à NP EN ISO 9001:2000.

Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água é assegurado em função do Programa de Monitorização no Sistema de Abastecimento da Empresa (PMQA) e dos Planos de Controlo Operacional da Asseiceira e de Vale da Pedra. O programa e os planos referidos são anualmente revistos, sendo que a parte relativa ao controlo a realizar nas torneiras dos consumidores, bem como nos pontos de entrega aos municípios, é submetida à aprovação do IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos.

A execução do PMQA cabe ao Laboratório Central da EPAL (LAB) e dos Planos Operacionais cabe aos laboratórios da Asseiceira e de



Vale da Pedra, respectivamente. Todos os referidos laboratórios cumpriram integralmente os seus programa e planos de controlo.

No âmbito do PMQA, LAB efectuou a colheita de 7 298 amostras de água em 211 pontos fixos de amostragem, envolvendo captações, estações de tratamento, adutores, pontos de entrega a municípios e entidades gestoras e rede de distribuição da cidade de

Lisboa, e 610 pontos de amostragem em torneiras de consumidores da cidade, nas quais se realizaram um total de 179 494 determinações de substâncias/espécies da qualidade da água.

Foram, ainda, colhidas 1 448 amostras relativas a programas complementares de controlo, decorrentes de solicitações pontuais internas, nomeadamente para tratamento de incumprimentos de valores paramétricos e de alerta, infiltrações, reclamações da qualidade da água, lavagens de reservatórios e condutas, paragem do Subsistema de Castelo do Bode, projecto de solvabilidade do chumbo, etc., nas quais se realizaram um total de 16 066 determinações de substâncias/espécies da qualidade da água.

O número total de parâmetros/espécies individualizadas pesquisadas, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 243/2001, foi de 94 parâmetros/162 espécies, com a seguinte distribuição: 17 parâmetros microbiológicos (18 espécies), 2 parâmetros organolépticos, 3 parâmetros biológicos, 32 parâmetros físico-químicos, 22 parâmetros relativos a metais, 14 parâmetros relativos a substâncias orgânicas (97 espécies) e 4 parâmetros radiológicos. Dos parâmetros e espécies pesquisados 5,6% são subcontratados a laboratórios externos acreditados para o efeito.

A distribuição do número de determinações efectuadas por área do sistema de abastecimento é apresentada no quadro seguinte:

PMQA	
Captações Subterrâneas	8 623
Captações Superficiais	4 642
Adutores	20 602
ETA	2 728
Municípios/Entidades Gestoras	49 015
Rede da Cidade de Lisboa (Controlo operacional)	69 124
Rede da Cidade de Lisboa (Torneira do consumidor)	24 760
Sub-Total	179 494
Programas e Solicitações Pontuais EPAL	
Paragem do Subsistema de Castelo Bode	313
Rede de Lisboa – Projecto Solvabilidade do Chumbo	1 863
Tratamento de PIVP	5 106
Reclamações da Qualidade da Água	5 186
Outros (infiltrações, etc.)	3 598
Sub-Total	16 066
Total	195 560



Qualidade da Água nas Origens

Rio Zêzere - Albufeira de Castelo de Bode

Os resultados obtidos na monitorização da água da Albufeira de Castelo de Bode (no ponto de captação da EPAL), não registaram valores superiores aos VMA estabelecidos para qualquer das classes A1/A2/A3. Houve, no entanto, parâmetros que apresentaram, em menos de 10% das amostras colhidas, valores superiores ao VMR, estabelecido para a classe A1 no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto (coliformes totais, coliformes fecais, arsénio, flúor e sólidos suspensos totais).

A ocorrência de valores superiores ao VMR e/ou VMA, não tem carácter sistemático, e o sistema de tratamento assegurado na ETA da Asseiceira permite a produção de água para consumo humano de elevada qualidade. Apesar disto, é indispensável garantir a protecção da albufeira, especialmente na zona da captação, para impedir a sua degradação, uma vez que é cada vez maior a dependência do abastecimento da EPAL da água do Castelo do Bode.

Rio Tejo - Valada Tejo

A água captada no Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, integra-se na Classe A3, como resultado dos valores obtidos para os parâmetros coliformes totais e coliformes fecais. No entanto, apenas o parâmetro temperatura registou valores superiores aos VMA estabelecidos.

A ocorrência de valores superiores ao VMR e/ou VMA da Classe A3, não tem carácter sistemático, sendo os parâmetros facilmente corrigidos através do esquema de tratamento garantido pela estação de Tratamento de Vale da Pedra. A confirmá-lo estão os resultados da monitorização da qualidade da água tratada à saída da ETA, onde nunca se registaram valores não conformes com as normas da qualidade definidas no Decreto-Lei n.º 243/2001.

Rio Alviela – Nascente dos Olhos de Água

A água captada na nascente do Rio Alviela (Olhos de Água) caracterizou-se por ser uma água mineralizada e dura, não se tendo registado, ao longo do ano 2004, qualquer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

À saída da unidade de ultravioletas instalada na nascente dos Olhos de Água, apenas foram registadas uma ocorrência de coliformes totais, uma de enterococos fecais, uma de turvação e duas de Clostridium perfringens não conformes com as normas da qualidade definidas no Decreto-Lei n.º 243/2001.

Captações Subterrâneas

A monitorização da água das captações subterrâneas da OTA e Alenquer, localizadas nos aquíferos calcários das respectivas regiões, revelou tratar-se de água bastante mineralizada, dura e fracamente cloretada e sulfatada, não se tendo registado, ao longo do ano de 2004, qualquer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 pelo Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

Nas captações subterrâneas das Lezírias, situadas no aquífero da bacia do Tejo do Miocénio, a água revelou-se bastante mineralizada e mediamente dura, cloretada e sulfatada. As águas das captações subterrâneas situadas nos aluviões (Poços de Valada) revelaram-se excessivamente mineralizadas. Em ambos os aquíferos os valores dos parâmetros temperatura e bário excederam o VMA da Classe A1.

Qualidade da Água para Consumo Humano

Das determinações efectuadas no controlo operacional da rede de distribuição de Lisboa, correspondente a amostras colhidas em pontos fixos instalados, em número de 69 124, foi possível concluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, representando 0,05% do total de determinações, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa e comunitária.

Relativamente ao controlo feito na torneira do consumidor abastecido pela rede de distribuição de Lisboa, realizaram-se 24 760 determinações, envolvendo clientes particulares e públicos, como hospitais, escolas, centros de saúde e outros. Os resultados analíticos obtidos revelaram 47 valores não conformes, o que corresponde a 0,19% do total de determinações e, não sendo situações repetidas, permite, igualmente, concluir que a água distribuída cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa aplicável.

Conclusão semelhante foi obtida a partir das 49 015 determinações feitas para monitorização da qualidade da água fornecida "em alta" a Municípios e Entidades gestoras, onde foram registados valores não conformes em 41 determinações, o que corresponde a 0,08 % do total de determinações realizadas.

Nos quadros seguintes evidenciam-se os parâmetros da qualidade cujas determinações registaram valores superiores aos VP (Valores Paramétricos), durante o ano 2004, na água fornecida "em alta" a Municípios e Entidades gestoras e "em baixa" no município de Lisboa.



CONTROLO OPERACIONAL DE ÁGUA DISTRIBUÍDA NA CIDADE DE LISBOA (PARÂMETROS EM QUE SE REGISTRARAM INCUMPRIMENTOS DE VALORES PARAMÉTRICOS)

Parâmetros	Nº Total Determinações	Incumprimento de VP
Coliformes Totais	2 907	8
Estreptococos Fecais	2 906	5
Clostridium perfringens	2 907	14
E. coli	2 907	1
Cheiro	2 131	1
Sabor	2 131	1
Ferro	529	1
Dose indicativa total	22	1
Turvação	2908	4
Total	19 348	36

CONTROLO DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NA TORNEIRA DO CONSUMIDOR (PARÂMETROS EM QUE SE REGISTRARAM INCUMPRIMENTOS DE VALORES PARAMÉTRICOS)

Parâmetros	Nº Total Determinações	Incumprimento de VP
Coliformes Totais	1 436	24
Clostridium perfringens	852	1
E. coli	1 436	2
Ferro	851	15
Manganês	851	1
Alumínio	851	2
Turvação	852	2
	7 129	47

CONTROLO DA ÁGUA ABASTECIDA "EM ALTA" A MUNICÍPIOS/ENTIDADES GESTORAS (PARÂMETROS EM QUE SE REGISTRARAM INCUMPRIMENTOS DE VALORES PARAMÉTRICOS)

Parâmetros	Nº Total Determinações	Incumprimento de VP
Coliformes Totais	1 526	9
Estreptococos Fecais	1 335	2
Clostridium perfringens	1 335	5
Pest. Total	133	1
Pest. Individual	5 985	1
Ferro	676	7
Manganês	676	4
Alumínio	676	1
Actividade alfa total	120	1
Dose indicativa total	120	3
Turvação	1 335	7
	13 917	41

Todos os incumprimentos de valores paramétricos deram origem a processos de averiguação das causas possíveis, de que foi dado conhecimento à Autoridade de Saúde de Lisboa ou às entidades gestoras em baixa.

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, a EPAL publicitou trimestralmente, por meio de publicação na imprensa e de divulgação no seu site da Internet, os resultados obtidos nas análises de demonstração de conformidade da qualidade da água fornecida através da rede de distribuição de Lisboa. Também foram divulgados, no site da Internet, os resultados da verificação da conformidade da água fornecida aos Municípios e Entidades Gestoras, a quem foram, ainda remetidos mapas estatísticos trimestrais, respeitantes às análises efectuadas nos respectivos pontos de fornecimento. Paralelamente, e tal como tem sido prática corrente nos últimos anos, estes mapas também foram enviados às entidades gestoras dos sistemas de distribuição da água nos diferentes Municípios abastecidos pela EPAL.

No âmbito dos Planos Operacionais de Controlo da Qualidade das Águas ao longo dos processos de produção, os laboratórios da Asseiceira e de Vale da Pedra realizaram, em 2004, cerca de 334 mil determinações.

Qualidade da Medição

O Plano Anual de Manutenção de Contadores foi integralmente cumprido, tendo sido levantados da rede de distribuição 22 857 unidades de vários calibres, 45 % das quais correspondentes à componente preventiva.

Realizaram-se 22 822 reparações e foram abatidos, como irreparáveis, 4 626 contadores. Em resultado das referidas acções, constata-se que a taxa de avarias dos contadores continua a baixar, situando-se em 1,4 % do total de unidades instaladas.

Procedeu-se à adequação dos meios de medição instalados em 43 grandes Clientes, cujos contadores foram redimensionados.

Foi dada continuação ao estudo da periodicidade óptima de substituição dos contadores de 15 mm a 40 mm de diâmetro, tendo sido submetidos a ensaios, para a determinação de erros a diferentes caudais, cerca de 1 100 contadores.

Efectuaram-se auditorias à macro medição instalada nos pontos de separação das duas áreas de negócio da empresa e montaram-se equipamentos de reforço da qualidade de medição nas diferentes zonas e áreas de abastecimento.

Procedeu-se à instalação de novos medidores de caudal nos diferentes Subsistemas de Produção, Tratamento e Transporte, numa acção que será continuada em 2005 e que tem como objectivo assegurar as melhores condições da medição dos grandes volumes de água circulados.

Qualidade dos Serviços

Em Fevereiro de 2004 a Área de Clientes Directos renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade com referência à NP EN ISO 9001:2000.

Ao longo do ano, o Sistema manteve a sua dinâmica de melhoria dos processos e dos serviços prestados aos Clientes, tendo sido implementadas inovações entre as quais se destacam a nova Conta da Água, o serviço interactivo Epalnet e a entrada em vigor do Sistema de Débitos Directos.

O balanço do ano, em termos de realização dos objectivos e metas definidos, foi positivo, tendo sido alcançados bons resultados, apesar de, alguns deles, inferiores aos desejados. Como mais positivos, apontam-se o decréscimo de reclamações sobre serviços domiciliários e do tempo de resposta a reclamações escritas sobre facturação.

A actividade de realização das leituras conheceu, igualmente, um acréscimo quantitativo, assim como o controlo dos locais com possível consumo fraudulento.

As conclusões do inquérito anual à satisfação dos Clientes evidenciaram um crescimento do índice global de satisfação, traduzindo a participação e o compromisso dos colaboradores com a melhoria do Sistema e com a satisfação das necessidades e expectativas dos Clientes.

Qualidade Ambiental

Dos dez objectivos definidos para 2004, no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, nove tiveram realização total ou parcial. O único objectivo não trabalhado transitou para 2005 e prende-se com o estudo e reforço das condições de segurança dos reservatórios da empresa face a sismos.

O alcance das metas traçadas pode considerar-se bastante satisfatório, na medida em que das 15 estabelecidas, apenas seis não foram plenamente atingidas. A realização das metas fixadas para 2004 apresenta-se no quadro seguinte:

Indicadores	Metas	Realização
Perdas totais face à água captada	16,9%	16,7%
Substituição/reabilitação da rede	85 km	56 km
Redução de perdas a partir das ZMC's	5 000 m3/dia	6 992 m3/dia
Roturas na rede reparadas em 24 horas	80%	86,6%
Roturas em ramais reparadas em 24 horas	75%	72,4%
Perdas em APT	< 15 milhões m3/ano	14 610 297 m3/ano
Actualização de traçados	5 recintos	Sem execução
Incumprimentos de Valores Paramétricos	0,2% determinações	0,08% determinações
Estabilização consumo específico de energia	8 instalações	5 instalações
Determinação da incomodidade do ruído	Em 6 instalações	Em 6 instalações
Solução de situações irregulares de ruído	2	2
Receitas obtidas da valorização de resíduos	20 000 €	11 613 €
Valorização dos resíduos produzidos	35%	20,47%
Acessibilidade a fossas	15	15
Resolução situações problemáticas fossas	4	8

O Programa de Gestão Ambiental integrava 44 acções, distribuídas pelos dez objectivos do sistema. Dessas acções, foram realizadas e concluídas 18, enquanto 22 se encontravam em curso de realização à data de 31 de Dezembro, prevendo-se a sua conclusão em 2005. As quatro acções não realizadas transitaram para o programa de gestão ambiental de 2005.

Foram cumpridos os planos anuais de formação e auditorias e foi concluído o processo de revisão do sistema.

Laboratórios Acreditados

O Laboratório Central da EPAL, responsável pela monitorização e controlo da qualidade da água em todo o sistema de abastecimento da empresa, viu a sua acreditação renovada e estendida, pelo Instituto Português da Qualidade, para novos métodos de ensaios/parâmetros. Assim, em 2004, passou a estar acreditado para 63 métodos de ensaio, para determinação de 77 parâmetros, correspondendo a 169 espécies, analisados em águas naturais e de consumo humano, sendo que alguns parâmetros/espécies passam a estar acreditados para mais de um método de ensaio.

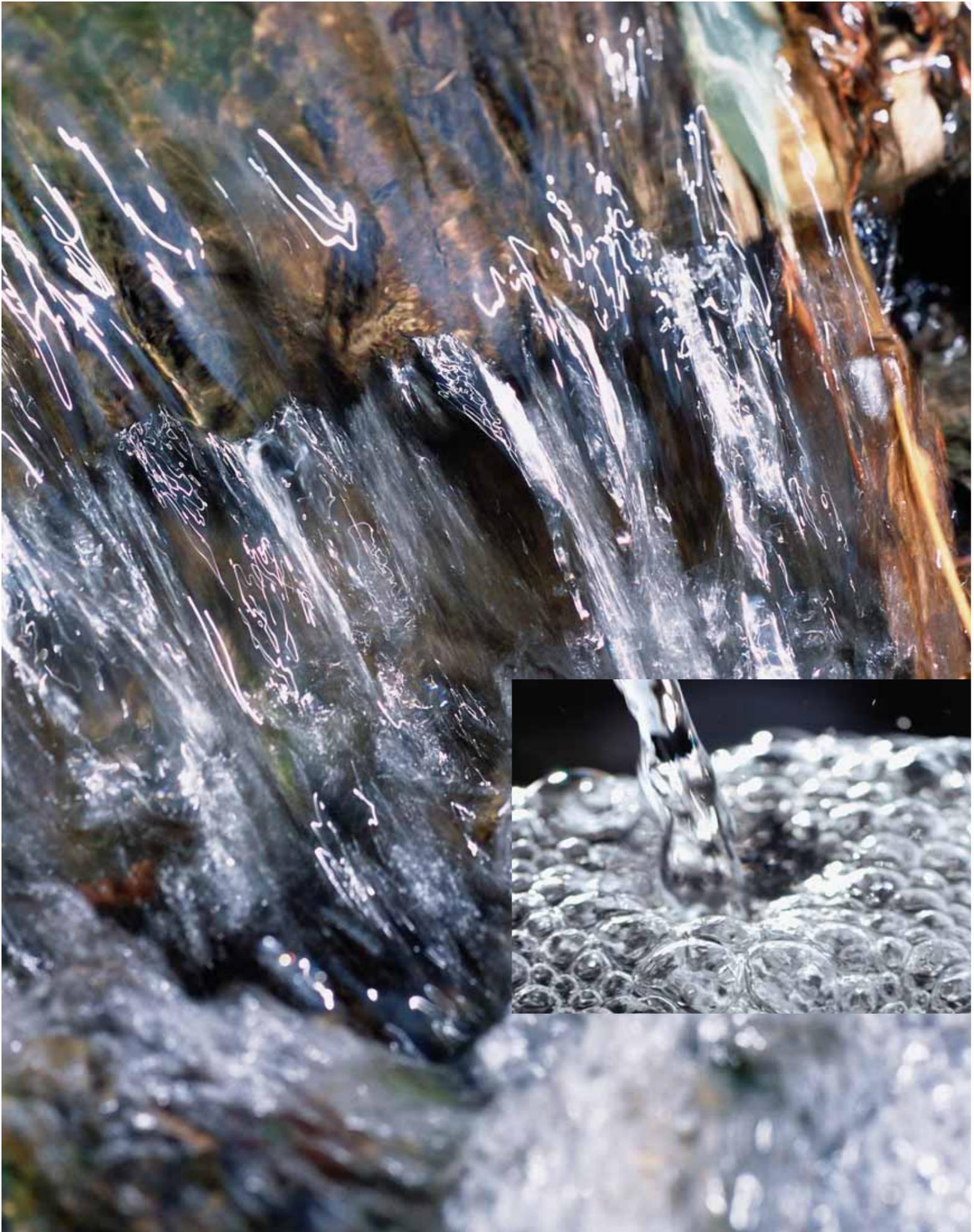
No âmbito de protocolos estabelecidos com as Faculdades de Farmácia e de Ciências da Universidade de Lisboa, o Laboratório

Central da EPAL realizou actividades de inovação, desenvolvimento e validação de métodos de ensaio para análise de pesticidas e compostos orgânicos.

Realizada auditoria de acompanhamento e extensão ao Laboratório da Asseiceira, a quem cabe a execução do plano operacional do respectivo sistema, foi mantida a acreditação para os ensaios/parâmetros anteriormente acreditados e obteve-se a extensão da acreditação para mais três.

O Certificado de Acreditação do Controlo Laboratorial de PMA tem o N° 96/L.200, para o âmbito das Águas e Produto Águas Naturais e de Consumo, num total de 32 ensaios a que correspondem 38 parâmetros, sendo 24 ensaios físico-químicos, num total de 27 parâmetros e 8 ensaios microbiológicos, num total de 11 parâmetros.

O Laboratório de contadores de água, após a auditoria de acompanhamento realizada em 10 de Março, manteve a qualificação como Organismo de Verificação Metrológica, que detém desde 1994. A EPAL continua, também, a manter a qualificação de Reparador e Instalador de contadores de água potável fria.



Imagem, Comunicação e Cultura

Os valores da Imagem, da Comunicação e da Cultura mereceram, por parte da EPAL, ao longo do ano de 2004, uma especial atenção, já tradicional na postura da empresa.

Registaram-se 885 referências à EPAL nos vários órgãos de comunicação social, tendo-se respondido a 470 solicitações de informação.

Por ocasião do 136º aniversário da Empresa e no âmbito da comemoração do X Aniversário do Ano Internacional da Família, realizou-se a 2ª edição da Maratona Fotográfica da Água, organização conjunta com a Casa do Pessoal, subordinada ao tema "Água e Família". A maratona contou com a participação de 156 concorrentes internos e externos, tendo a entrega dos prémios e a exposição dos 72 melhores trabalhos a concurso acontecido em Junho, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente.

No dia Mundial da Água, em parceria com a AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA., promoveu-se a reunião, no Pavilhão do Conhecimento, de cerca de 400 alunos de várias escolas dos 2º e 3º ciclos da área da grande Lisboa, a fim de participarem em diversas actividades lúdico-pedagógicas com o elemento água.



Foram concebidas e realizadas duas campanhas, uma delas dirigida aos clientes da empresa no sentido de os sensibilizar para uma nova modalidade de pagamento, e outra ao público, em geral, e à população escolar, em particular, alertando para a necessidade de se preservar a água, enquanto bem essencial e escasso. Estas campa-

nhas foram escolhidas para figurar no Mercator XXI, obra de referência no mundo do Marketing.

Com o objectivo de proporcionar o conhecimento "in loco" do trabalho desenvolvido no âmbito da captação, produção, transporte, distribuição e controlo da qualidade da água, foram organizadas visitas do IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos, e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, ao Subsistema de Castelo do Bode, ao Laboratório Central e ao Centro de Operações de Distribuição.

No âmbito do mecenato social a empresa patrocinou o projecto "Mãos à Obra" voltado para a recuperação e reabilitação dos recreios dos Jardins de Infância e das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública da Câmara Municipal de Lisboa, e a campanha "Diga não à violência doméstica".

Nos últimos dias do ano foi lançada a nova imagem dos estaleiros das obras de Renovação da Rede, compreendendo, na primeira fase, 11 painéis de grandes dimensões, integralmente desenvolvidos pelos especialistas do Gabinete de Imagem e Comunicação da empresa, os quais realizaram, ainda, ao longo do ano, cerca de 300 trabalhos de maquetização, paginação, ilustração, digitalização, tratamento de imagem e impressão digital, a pedido dos vários serviços e do Grupo Águas de Portugal.

No âmbito da Comunicação Interna editaram-se 8 números do "Jornal Águas Livres", suporte dirigido aos trabalhadores no activo, pré-reformados e reformados, de que foram distribuídos 13 850 exemplares.

Realizou-se, ainda, pelo 14º ano consecutivo, o jantar de homenagem aos trabalhadores que completaram 25 e 35 anos de serviço e aos que passaram à situação de reforma, iniciativa que envolveu mais de 130 participantes.

No Museu da Água realizaram-se 31 exposições, 25 individuais e 6 colectivas, compreendendo as áreas de pintura, gravura, fotografia, cerâmica, jóias, artes plásticas e luz. Entre os artistas expostos contaram-se portugueses, italianos, espanhóis, finlandeses, brasileiros, angolanos, franceses, chilenos, chineses e israelitas.

Nos quatro núcleos do Museu - Estação Elevatória dos Barbadinhos, Mãe d'Água das Amoreiras, Reservatório da Patriarcal e travessia de Alcântara do Aqueduto das Águas Livres, foram registados 16 083 visitantes, 13 956 dos quais, jovens e crianças. Entre os diversos visitantes destacam-se Sua Alteza a Rainha Fabíola da Bélgica e a ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal.

Promoveram-se 55 passeios culturais com temáticas diversas, nomeadamente "A Rainha refresca-se", "Geo-Aqueduto", "Caminhos da Água", "Caminhos da Luz", "Do Aqueduto ao Palácio Marquês da Fronteira" e "Da Patriarcal ao Chafariz do Vinho".

A EPAL foi distinguida com o prémio "International Quality Crown Award", na categoria Ouro, atribuído pelo Comité Internacional de Selecção da B.I.D. - Business Initiative Directions. Este prémio foi concedido pelo trabalho desenvolvido pela empresa na preservação e divulgação do Aqueduto das Águas Livres.

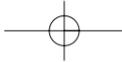


Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2004, no montante de 26 024 376,30 € (vinte e seis milhões, vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis Euros e trinta cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 2 602 437,63 € (dois milhões, seiscentos e dois mil, quatrocentos e trinta e sete Euros e sessenta e três cêntimos) para Reserva Legal;
- 19 518 282,22 € (dezanove milhões, quinhentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e dois Euros e vinte e dois cêntimos) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- 1 456 189,77 € (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e oitenta e nove Euros e setenta e sete cêntimos) para participação nos Resultados dos membros do Conselho de Administração e Trabalhadores;
- 2 447 466,68 € (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis Euros e sessenta e oito cêntimos) para Resultados Transitados.





Perspectivas para o Futuro

Perspectivam-se para 2005, três linhas de acção que se crê capazes de consolidar e melhorar significativamente os níveis de qualidade já atingidos pela EPAL e merecedoras da adesão e entusiasmo de todos quantos, no seu dia-a-dia, asseguram o funcionamento, a eficiência e o desenvolvimento da empresa.

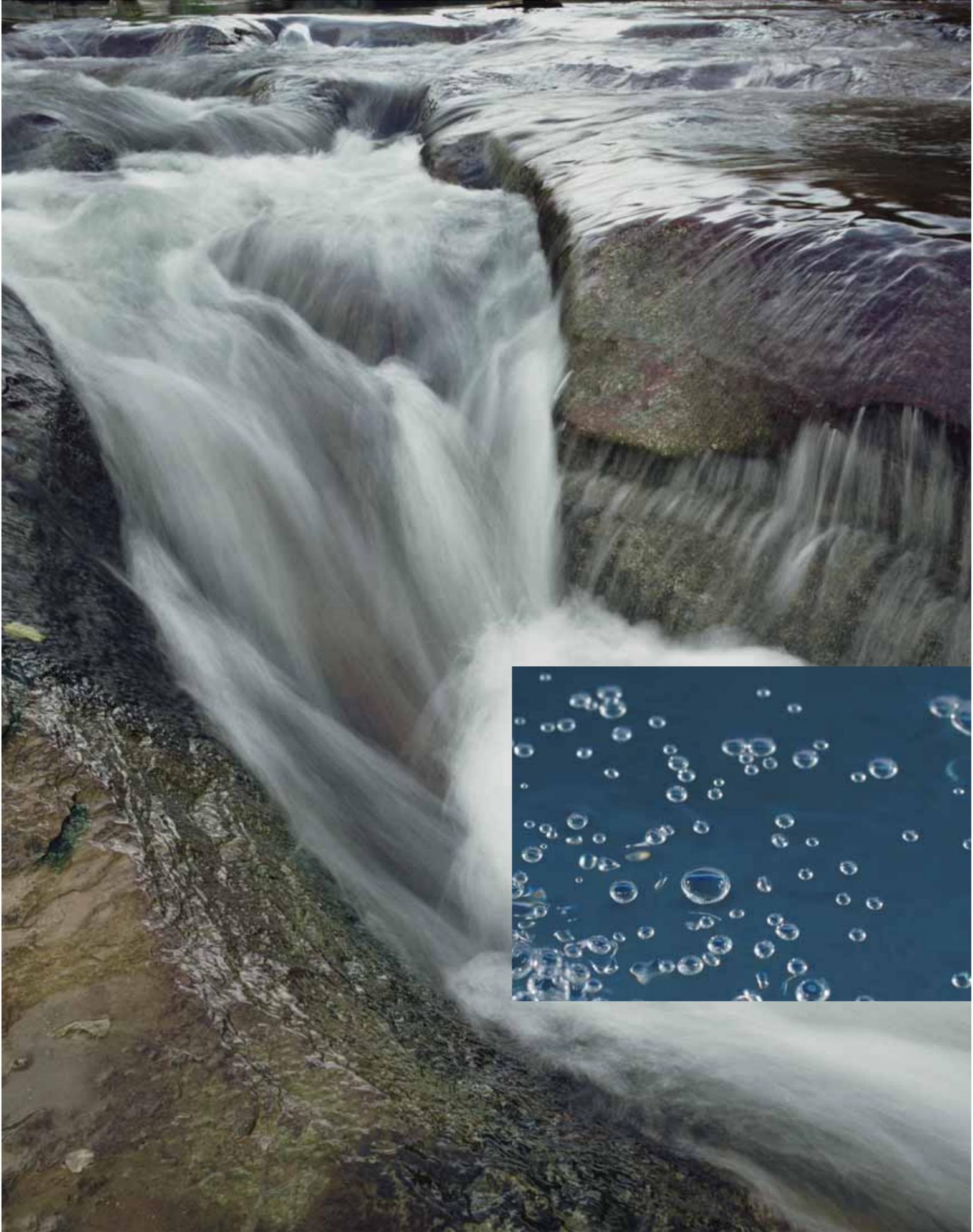
Desde logo, estão criadas as condições para o arranque do projecto de certificação da EPAL, no seu todo, com referência à NP EN ISO 9001/2000. A liderança, a participação alargada das pessoas na identificação e caracterização dos processos chave da empresa, a construção da matriz do sistema de gestão da Qualidade são factores altamente potenciadores de aperfeiçoamentos, de melhorias, de eliminação de redundâncias e desperdícios, de simplificação de processos que, em muito, poderão contribuir para o melhor desempenho da EPAL no futuro.

A segunda linha de acção respeita ao objectivo definido como prioritário de conhecimento, tão concreto e real quanto possível, das perdas de água, tanto físicas como económicas, nas duas áreas de negócio da empresa – Produção e Transporte e Distribuição, de modo a poder-se actuar, prontamente e com eficácia, na sua redução significativa.

A terceira linha de acção resulta do volume de investimentos aprovados para 2005, o mais elevado dos últimos cinco anos, compreendendo obras de ampliação, beneficiação e modernização do sistema de abastecimento da empresa, das quais se espera um aumento significativo da sua fiabilidade. A dimensão, diversidade e multiplicidade das obras previstas constituem um verdadeiro desafio à capacidade de realização dos responsáveis envolvidos.

É neste contexto de desafio, de transversalidade na procura da eficácia e da eficiência e de abertura à melhoria contínua da Qualidade que se perspectivam as acções a desenvolver pela empresa, no exercício de 2005, rumo ao futuro.





Considerações Finais

As realizações conseguidas, em 2004, foram, sobretudo, fruto do empenho e do trabalho do conjunto de pessoas que constituem a expressão humana da EPAL. É, pois, de inteira justiça expressar uma palavra de apreço e reconhecimento pela dedicação dos trabalhadores da empresa na realização e concretização dos seus objectivos.

De igual modo, importa realçar o interesse, a abertura ao diálogo e o espírito de colaboração evidenciados nas suas actividades de acompanhamento da gestão da empresa pelo Accionista e pelos titulares dos Órgãos Sociais, nomeadamente pelo Fiscal Único.

Aos fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços é devido um agradecimento pela forma como corresponderam à confiança e aos desafios colocados pela EPAL.

As actividades desenvolvidas pela EPAL compreendem-se, contudo, num quadro mais amplo de referências e interdependências com a Sociedade em que estamos inseridos.

Nesse sentido, ao concluir a apresentação do Relatório e Contas de 2004, o Conselho de Administração entende dever registar, com elevado apreço, a orientação e o acompanhamento interessados do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o bom atendimento e tratamento dispensados pelos diferentes organismos da Administração Pública e pelas entidades bancárias e seguradoras com quem a empresa se relacionou.

Finalmente, uma mensagem especial para os Clientes da EPAL, quer os municipais, quer os domésticos, do comércio e indústria, públicos e privados, para lhes reafirmar que estarão sempre na primeira linha das preocupações da empresa, para lhes garantir que a satisfação das suas necessidades continuará a constituir o desafio mais motivador do dia-a-dia da empresa.

Joaquim Manuel Veloso Poças Martins
Presidente

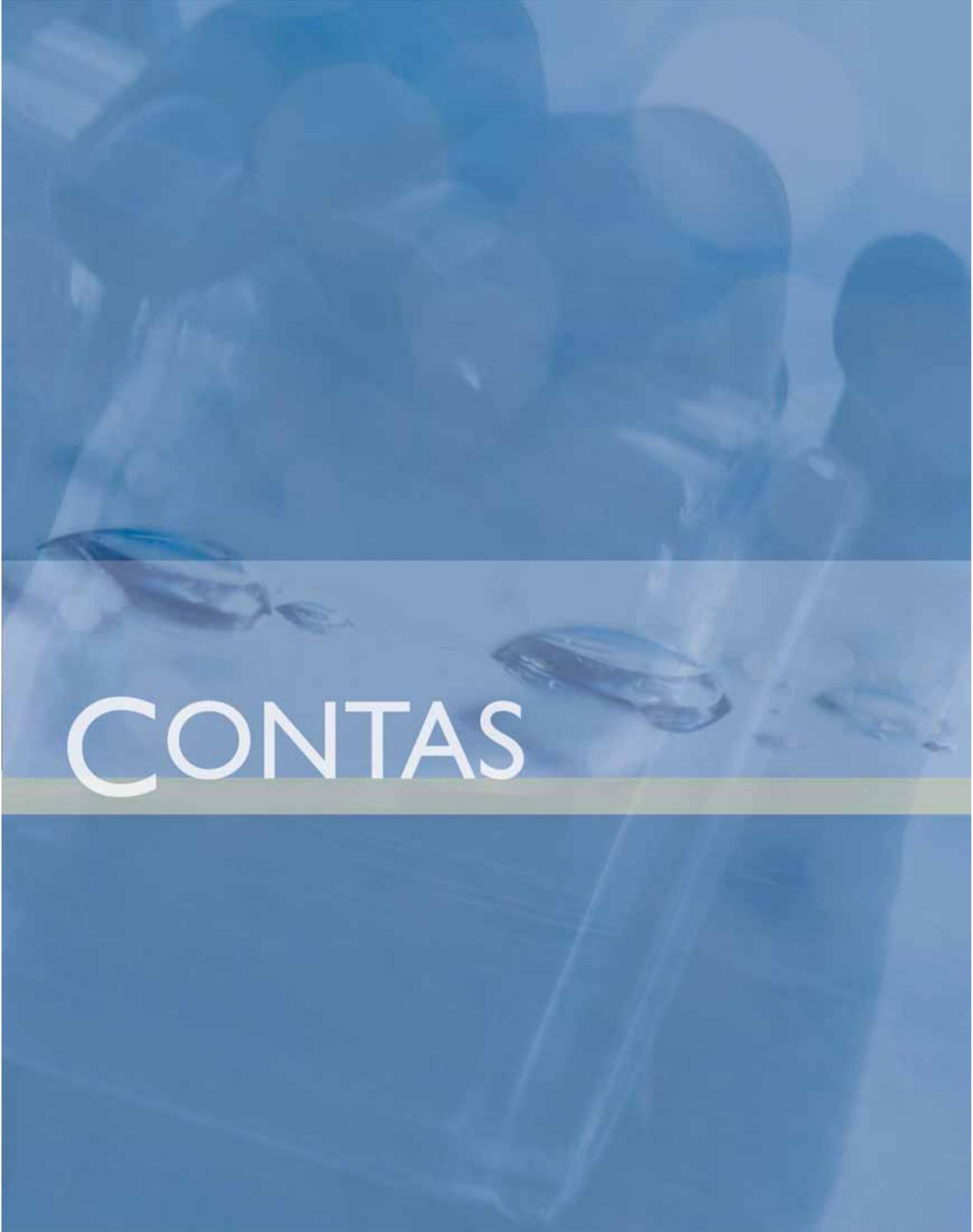
Armindo Carlos Cortez de Azevedo
Vogal

Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro
Vogal

Valdemiro Falcão Líbano Monteiro
Vogal

João Frederico Ludovice Lança Tamm
Vogal





CONTAS



BALANÇO

Unidade: Euros

CONTAS POC	ACTIVO	Notas	ACTIVO BRUTO	2004 AMORT / PROV	ACTIVO LÍQUIDO	2003 ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO:						
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
433	Propriedade industrial e outros direitos	10	21,300.28	-	21,300.28	21,300.28
			21,300.28	-	21,300.28	21,300.28
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
421	Terenos e recursos naturais.	10	49,250,225.31	-	49,250,225.31	49,250,225.31
422	Edifícios e outras construções	10	95,234,929.80	64,864,992.16	30,369,937.64	33,089,392.35
423	Equipamento básico.	10	824,267,671.14	364,746,226.36	459,521,444.78	458,494,760.41
424	Equipamento de transporte	10	2,165,826.47	2,148,121.12	17,705.35	52,754.28
425	Ferramentas e utensílios	10	9,769,338.81	7,594,921.59	2,174,417.22	2,500,233.70
426	Equipamento administrativo	10	16,497,185.02	15,135,629.61	1,361,555.41	1,798,425.57
427	Taras e vasilhame	10	7,194.40	6,122.14	1,072.26	1,509.67
429	Outras imobilizações corpóreas	10	9,915,807.57	6,487,195.74	3,428,611.83	3,714,726.33
441/6	Imobilizações em curso	10	51,198,763.97	-	51,198,763.97	16,062,837.94
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.	10	1,884,240.81	-	1,884,240.81	-
			1,060,191,183.30	460,983,208.72	599,207,974.58	564,964,865.56
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
4112	Partes de capital em empresas associadas.	10, 16	41,859.91	-	41,859.91	96,293.41
4113	Partes de capital em empresas participadas.	10, 16, 34	4,573,632.74	4,563,656.78	9,975.96	-
4114+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	10, 16, 32	114,536.00	-	114,536.00	133,020.70
			4,730,028.65	4,563,656.78	166,371.87	229,314.11
CIRCULANTE:						
EXISTÊNCIAS:						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.	41	1,136,921.88	-	1,136,921.88	1,250,351.52
			1,136,921.88	-	1,136,921.88	1,250,351.52
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Médio e longo prazo:						
217	Clientes c/c		-	-	-	807,050.25
			-	-	-	807,050.25
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo:						
211	Clientes, c/c		19,549,264.45	-	19,549,264.45	19,752,894.27
218	Clientes de cobrança duvidosa	23, 34	1,947,229.11	1,510,012.28	437,216.83	394,719.25
253	Empresas associadas		1,558,245.78	-	1,558,245.78	1,558,245.78
24	Estado e outros entes públicos	48	8,054,973.83	-	8,054,973.83	3,071,541.29
262+266/8+221	Outros devedores	23, 34, 49	1,826,333.55	585,980.55	1,240,353.00	1,711,294.35
			32,936,046.72	2,095,992.83	30,840,053.89	26,488,694.94
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:						
18	Outras aplicações de tesouraria	53	21,000,000.00	-	21,000,000.00	34,100,000.00
			21,000,000.00	-	21,000,000.00	34,100,000.00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:						
12+13+14	Depósitos bancários	53	3,600,868.90	-	3,600,868.90	4,763,412.31
11	Caixa	53	24,197.76	-	24,197.76	35,648.85
			3,625,066.66	-	3,625,066.66	4,799,061.16
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						
271	Acréscimos de proveitos	50	10,016,405.78	-	10,016,405.78	9,304,242.73
272	Custos diferido	50	1,054,994.62	-	1,054,994.62	585,578.07
2752	Impostos diferidos activos	6	8,299,733.40	-	8,299,733.40	8,029,221.76
			19,371,133.80	-	19,371,133.80	17,919,042.56
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			460,983,208.72		
	TOTAL DE PROVISÕES			6,659,649.61		
	TOTAL DO ACTIVO		1,143,011,681.29	467,642,858.33	675,368,822.96	650,579,680.38

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Joaquim Manuel Veloso Poças Martins (Presidente)

Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal

Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal

Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal

João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

O Director Administrativo e Financeiro

Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Técnico Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

BALANÇO

Unidade: Euros

CONTAS POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2004	2003
CAPITAL PRÓPRIO:				
51	Capital	36, 37, 40	150.000.000,00	150.000.000,00
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(4.063,81)	(4.063,81)
56	Reservas de reavaliação	40	101.339.875,63	104.110.230,97
Reservas:				
571	Reservas legais	40	20.611.045,26	18.567.493,71
574	Outras reservas	40	22.171.377,45	21.259.125,91
59	Resultados transitados	40	22.950.492,79	20.180.137,45
	Subtotal	-	317.068.727,32	314.112.924,23
88	Resultado líquido do exercício	40	26.024.376,30	20.435.515,47
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		343.093.103,62	334.548.439,70
PASSIVO:				
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:				
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	34	13.207.010,09	6.953.941,31
			13.207.010,09	6.953.941,31
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:				
231	Empréstimos bancários	29, 51	143.604.884,50	143.379.880,83
			143.604.884,50	143.379.880,83
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:				
231+12	Dívidas a instituições de crédito.....	51	29.775.009,68	29.076.956,03
221	Fornecedores, c/c	-	17.323.996,84	18.018.741,48
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-	250.853,69	218.241,66
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	-	24.538.950,35	6.077.491,99
24	Estado e outros entes públicos	48	2.642.014,57	7.229.509,08
262/5+267/8+211	Outros credores	52	12.182.436,93	14.427.539,48
			86.713.262,06	75.048.479,72
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
273	Acréscimos de custos	50	25.387.562,08	23.525.558,11
274	Proveitos diferidos	50	52.223.254,35	55.393.975,43
2751	Impostos diferidos passivos	6	11.139.746,26	11.729.405,28
			88.750.562,69	90.648.938,82
TOTAL DO PASSIVO			332.275.719,34	316.031.240,68
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			675.368.822,96	650.579.680,38

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Joaquim Manuel Veloso Poças Martins (Presidente)

Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal

Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal

Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal

João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

O Director Administrativo e Financeiro

Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Técnico Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Unidade: Euros

CONTAS POC	CUSTOS E PERDAS	Notas	2004	2003
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:			
	Matérias	41	2.773.867,76	2.773.867,76
62	Fornecimentos e serviços externos		34.514.133,83	2.825.122,22
64	Custos com o pessoal:			36.095.874,39
641+642	Remunerações		19.154.593,80	18.034.529,09
	Encargos sociais:			
643+644	Pensões		2.295.933,80	2.046.965,43
645/8	Outros		10.625.524,51	12.235.221,16
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	26.960.919,50	27.221.039,52
67	Provisões	34	8.582.868,89	5.066.475,83
63	Impostos		804.365,24	639.074,22
65	Outros custos e perdas operacionais		13.953,68	585.864,88
	(A)		105.726.161,01	104.750.166,74
68	Juros e custos similares	45	5.376.243,88	5.075.061,31
69	Custos e perdas extraordinários	(C)	111.102.404,89	109.825.228,05
			572.893,06	409.958,22
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	(E)	111.675.297,95	110.235.186,27
			10.640.410,89	9.093.238,18
88	Resultado líquido do exercício	(G)	122.315.708,84	119.328.424,45
			26.024.376,30	20.435.515,47
			148.340.085,14	139.763.939,92
	PROVEITOS E GANHOS			
71	Vendas:			
	Produtos	44	136.463.854,87	131.145.732,17
72	Prestações de serviços	44	3.091.780,71	2.917.350,77
75	Trabalhos para a própria empresa		95.719,70	207.781,45
73	Proveitos suplementares		2.410.805,07	1.863.694,61
74	Subsídios à exploração		-	5.416,08
	(B)		2.506.524,77	2.076.892,14
			142.062.160,35	136.139.975,08
78	Juros e proveitos similares	45	450.107,34	292.919,86
	(D)		142.512.267,69	136.432.894,94
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	5.827.817,45	3.331.044,98
	(F)		148.340.085,14	139.763.939,92
	RESUMO:		2004	2003
	Resultados operacionais :	(B) - (A) =	36.335.999,34	31.389.808,34
	Resultados financeiros :	(D) - (C) =	(4.926.136,54)	(4.782.141,45)
	Resultados correntes :	(D) - (C) =	31.409.862,80	26.607.666,89
	Resultados antes de impostos :	(F) - (E) =	36.664.787,19	29.528.753,65
	Resultado líquido do exercício :	(F) - (G) =	26.024.376,30	20.435.515,47

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Joaquim Manuel Veloso Poças Martins (Presidente)

Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal

Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal

Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal

João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

O Director Administrativo e Financeiro

Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Técnico Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: Euros

RUBRICAS	NOTAS	2004		2003	
		VALOR	%	VALOR	%
Vendas e prestações de serviços	44	139.555.635,58	100	134.063.082,94	100
Custo das vendas e prestações de serviços	54	(32.457.337,29)	-23,26	(35.262.705,25)	-26,30
Resultados brutos		107.098.298,29	76,74	98.800.377,69	73,70
Outros proveitos e ganhos operacionais	54	5.559.068,74	3,98	5.407.937,12	4,03
Custos de distribuição	54	(29.900.764,34)	-21,43	(31.920.899,04)	-23,81
Custos administrativos	54	(28.278.136,31)	-20,26	(34.251.525,64)	-25,55
Outros custos e perdas operacionais	54	(12.567.956,22)	-9,01	(3.724.995,03)	-2,78
Resultados operacionais		41.910.510,16	30,03	34.310.895,10	25,59
Custo líquido de financiamento		(4.855.038,76)	-3,48	(4.911.905,33)	-3,66
Ganhos (perdas) em filiais associadas	10 e 45	(44.457,54)	-0,03	(56.100,69)	-0,04
Ganhos (perdas) em outros investimentos	10, 36 e 34	(433.672,51)	-0,31	185.864,57	0,14
Resultados correntes		36.577.341,35	26,21	29.528.753,65	22,03
Impostos sobre os resultados correntes	6, 54	(10.552.965,05)	-7,56	(9.093.238,18)	-6,78
Resultados correntes após impostos		26.024.376,30	18,65	20.435.515,47	15,24
Resultados líquidos		26.024.376,30	18,65	20.435.515,47	15,24
Resultados por acção		0,87		0,68	

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Joaquim Manuel Veloso Poças Martins (Presidente)
 Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal
 Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal
 Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal
 João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

O Director Administrativo e Financeiro

Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Técnico Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: Euros

RÚBRICA	NOTAS	2004	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		166.828.646,49	161.119.561,47
Pagamentos a fornecedores		(38.180.755,49)	(34.730.323,43)
Pagamentos ao Pessoal		(31.624.310,54)	(30.853.620,27)
Fluxo gerado pelas operações		97.023.580,46	95.535.617,77
(Pagamento) recebimento de imposto sobre o rendimento		(16.039.235,28)	(9.493.259,21)
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional		(32.338.899,84)	(24.418.139,59)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(48.378.135,12)	(33.911.398,80)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		332.849,62	88.962,94
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(346.122,36)	(265.729,12)
		(13.272,74)	(176.766,18)
Fluxos das actividades operacionais		48.632.172,60	61.447.452,79
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		19.232,64	-
Imobilizações corpóreas		149.146,55	110.774,12
Juros e proveitos similares		345.536,05	280.746,70
		513.915,24	391.520,82
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10	(433.672,51)	(11.428,49)
Imobilizações corpóreas		(42.653.020,35)	(45.396.145,98)
		(43.086.692,86)	(45.407.574,47)
Fluxo das actividades de investimento		(42.572.777,62)	(45.016.053,65)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	51	30.000.000,00	35.000.000,00
		30.000.000,00	35.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	51	(29.076.942,68)	(3.378.902,51)
Juros e custos similares		(4.908.034,42)	(5.086.034,88)
Dividendos	40	(16.348.412,38)	(7.500.000,00)
Fluxo das actividades de financiamento		(50.333.389,48)	(15.964.937,39)
		(20.333.389,48)	19.035.062,61
Variações de caixa e seus equivalentes		(14.273.994,50)	35.466.461,75
Caixa e seus equivalentes no início do período	53	38.899.061,16	3.432.599,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	53	24.625.066,66	38.899.061,16

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Joaquim Manuel Veloso Poças Martins (Presidente)

Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal

Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal

Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal

João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

O Director Administrativo e Financeiro

Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Técnico Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos





Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados 31 de Dezembro de 2004

(Montantes expressos em EUROS)

Nota Introdutória

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. ("EPAL" ou "Empresa").

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

A EPAL efectua a distribuição domiciliária, em regime de exclusivo, no Município de Lisboa e procede ainda ao abastecimento de outros municípios que, por sua vez, fazem a respectiva distribuição domiciliária.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral da Empresa. O tarifário de 2004 foi aprovado pela Convenção celebrada a 18 de Junho de 2004, tendo entrado em vigor em 1 de Julho de 2004.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra omitida neste Anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

3

Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pelas diversas reavaliações efectuadas), no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado de acordo com as disposições legais (Notas 12 e 13).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se de um modo geral as taxas máximas fiscalmente permitidas, de forma a reintegrarem os imobilizados no período estimado da sua vida útil. As taxas utilizadas são:

Intervalos de taxas de amortização	
Edifícios e outras construções	2 % - 10 %
Equipamento básico	2 % - 25 %
Equipamento de transporte	6,2 % - 25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	10 % - 25 %
Taras e vasilhame	14,28 %
Outras imobilizações corpóreas	6,66 % - 12,5 %

Os adutores, contabilisticamente relevados na rubrica "Equipamento Básico", são amortizados à taxa de 2%, uma vez que se estima em 50 anos o período de vida útil desses bens. Adicionalmente, a utilização da referida taxa de amortização foi expressamente autorizada pela DGCI, para efeitos fiscais.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente registadas pelo custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do exercício, e por outras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos (Notas 10, 16 e 45).

Os restantes investimentos e participações financeiras, encontram-se registados ao preço de aquisição, deduzido de provisão para perdas estimadas na sua realização (Notas 10, 16, 34 e 45).

c) Existências

A rubrica de "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" refere-se a existências que se destinam ao processo produtivo da EPAL e inclui essencialmente (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil (Nota 41).

Essas existências encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição e quando o seu valor de mercado é inferior ao respectivo valor de balanço, são constituídas provisões pela diferença.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros encontram-se registadas ao valor nominal.

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é calculada com base na avaliação económica específica das perdas, totais ou parciais, estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores e tendo em consideração a existência de garantias reais ou de outra natureza (Nota 34).

e) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são valorizados ao mais baixo entre custo de aquisição ou valor de mercado (Nota 53).

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

g) Subsídios recebidos para investimento

Os subsídios recebidos destinados a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos são, no momento da sua atribuição, registados na rubrica "Proveitos diferidos" (Nota 50).

Anualmente, à medida e na mesma proporção que os bens subsidiados são amortizados, é reconhecida na rubrica "Resultados extraordinários" a parcela do proveito a reconhecer no exercício (Nota 46).

h) Imposto sobre o rendimento

A Empresa tem por política contabilística reconhecer os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, de acordo com o disposto no *International Accounting Standard* ("IAS") n.º 12 e na Directriz Contabilística ("DC") n.º 28 (Nota 6).

Em conformidade com as regras dispostas pelo referido normativo, a Empresa reconhece os impostos diferidos de acordo com o método do passivo, segundo o qual são mensurados a partir das diferenças temporárias entre as bases contabilística e fiscal, valorizados às taxas de imposto que se esperam vigorar na data da reversão dessas diferenças, actualizados em função de alterações nas leis fiscais e registados em rubricas de acréscimos e diferimentos.

De acordo com o mesmo método, o montante de imposto sobre o rendimento do exercício com impacto em resultados do ano inclui (i) o imposto corrente e (ii) os impostos diferidos. O imposto corrente correspondente à estimativa de imposto a pagar no exercício e os impostos diferidos correspondem ao efeito fiscal de (i) proveitos e custos contabilísticos do exercício com efeitos fiscais em exercícios diferentes, (ii) prejuízos fiscais reportáveis, (iii) alteração das taxas de tributação, (iv) alteração de outros aspectos de

legislação fiscal, (v) reapreciação da reversibilidade e recuperabilidade dos activos por impostos diferidos e (vi) reversão de impostos diferidos previamente reconhecidos em resultados.

Os movimentos anuais nos saldos de activos e passivos por impostos diferidos têm por contrapartida as mesmas rubricas onde as operações que lhes deram origem foram registadas.

Os activos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando existe razoável expectativa de que, na data da sua reversão, podem vir a ser absorvidos por lucros tributáveis e compensados pela reversão de passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias originadas pela aplicação do método da equivalência patrimonial apenas são registados quando é provável que a reversão das diferenças ocorra num futuro previsível.

A Empresa não efectua compensações entre activos e passivos por impostos diferidos, nem regista diferenças temporárias resultantes do reconhecimento inicial de activos ou passivos cujas transacções não afectaram inicialmente, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

i) Benefícios de reforma

A Empresa tem em vigor um sistema de complementos de pensões de reforma, bem como um plano de adesão à situação de pré-reforma. As responsabilidades emergentes foram avaliadas por profissionais independentes qualificados e os fundos, provisões ou acréscimos de custos requeridos, ajustados em conformidade com o IAS 19 (Notas 31 e 50).

j) Reservas de reavaliação

Os montantes incluídos na rubrica "Reservas de Reavaliação" são inicialmente registados pelo acréscimo líquido de imobilizado decorrente das reavaliações efectuadas de acordo com a legislação aplicável (Nota 12) e anualmente transferidos para a rubrica "Resultados transitados", na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos (Notas 39 e 40).

Estas reservas não são passíveis de distribuição, mas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou incorporadas no capital.

k) Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões para riscos e encargos sempre que à data do Balanço existam obrigações, conhecidas ou prováveis, decorrentes de acontecimentos passados, relativamente às quais (i) seja provável que a sua liquidação só ocorra mediante o exfluxo de recursos e (ii) seja possível estimar com fiabilidade o valor dos mesmos exfluxos (Nota 34).

Quando para tais obrigações seja possível, mas não provável, a necessidade de exfluxo de recursos para a sua liquidação ou não seja possível obter uma estimativa fiável dos exfluxos necessários, a

Empresa não constitui provisões, mas releva tais obrigações como passivos contingentes nas notas do anexo.

l) Vendas

Ao longo do exercício, os proveitos relativos a venda de água são reconhecidos quando facturados, com base nas leituras dos contadores. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização

dos exercícios, o valor estimado dos consumos por ler e facturar é reconhecido em proveitos do exercício, por contrapartida da rubrica "Acréscimos de proveitos" (Nota 50).

A facturação à Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a ser emitida com base num protocolo celebrado entre esta entidade e a EPAL que prevê um montante mínimo de facturação mensal.

6 Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada até ao máximo de 10% pela Derrama, conduzindo a uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Tendo as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios económicos de 2000 a 2002 já sido objecto de revisão e correcção, poderão ser ainda sujeitas a inspecção as declarações de 2003 e 2004. O Conselho de Administração da Empresa considera que eventuais correcções

resultantes de inspecções àquelas declarações por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos ajustados em conformidade com a legislação fiscal (imposto corrente). São igualmente reconhecidos os efeitos das diferenças temporais entre bases contabilística e fiscal subjacentes aos activos e passivos relevantes no balanço (imposto diferido).

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos das rubricas de activos e passivos por impostos diferidos, e respectivas contrapartidas, têm a seguinte composição:

	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		CAPITAIS PRÓPRIOS		
	Activos	Passivos	Resultado do exercício	Resultados transitados	Reservas de reavaliação
Activos por impostos diferidos:					
Provisões não aceites e acima dos limites fiscais	7,712,636.64		293,616.60	7,419,020.04	-
Reposição de proveitos tributados	587,096.76		(23,104.96)	610,201.72	-
(1)	<u>8,299,733.40</u>		<u>270,511.64</u>	<u>8,029,221.76</u>	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de activos imobilizados		11,082,363.34	(584,527.09)	584,527.09	11,082,363.34
Valor líquido das mais valias reinvestidas		57,382.92	(5,131.93)	62,514.85	-
(2)		<u>11,139,746.26</u>	<u>(589,659.02)</u>	<u>647,041.94</u>	<u>11,082,363.34</u>
Saldo no final do ano	(1)+(2)	8,299,733.40	860,170.66	7,382,179.82	(11,082,363.34)

Para a mensuração dos saldos finais de activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2004, foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2005, aprovado em Conselho de Ministros em 6 de Dezembro de 2004, e que corres-

ponde a uma taxa de IRC de 25% incrementada em 10% pela Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. O movimento ocorrido nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos durante o exercício de 2004, foi como segue:

	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final	Resultado do exercício
Activos por impostos diferidos:					
Provisões não aceites e acima dos limites fiscais	7,419,020.04	1,585,207.40	(1,291,590.80)	7,712,636.64	293,616.60
Reposição de proveitos tributados	610,201.72	-	(23,104.96)	587,096.76	(23,104.96)
(1)	<u>8,029,221.76</u>	<u>1,585,207.40</u>	<u>(1,314,695.76)</u>	<u>8,299,733.40</u>	<u>270,511.64</u>
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de activos imobilizados	11,666,890.43	-	(584,527.09)	11,082,363.34	(584,527.09)
Valor líquido das mais valias reinvestidas	62,514.85	-	(5,131.93)	57,382.92	(5,131.93)
(2)	<u>11,729,405.28</u>	-	<u>(589,659.02)</u>	<u>11,139,746.26</u>	<u>(589,659.02)</u>
Saldo no final do ano	(1)+(2)	1,585,207.40	(725,036.74)	(2,840,012.86)	860,170.66



O imposto total do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 totaliza 10.640.410,89 Euros e tem a seguinte composição:

	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Imposto corrente	(11.459.234,75)
Imposto diferido	860.170,66
Provisão para impostos	(41.346,80)
Imposto do exercício (Nota 54)	(10.640.410,89)

A reconciliação da taxa nominal de imposto com a taxa efectiva do exercício de 2004, é como segue:

		RESULTADO DO EXERCÍCIO
1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos		36.623.440,39
2. Taxa nominal de imposto		27,50%
3. Imposto esperado para o exercício [(-) custo (+) proveito]	3 = 1 x 2	(10.071.446,11)
4. Efeito fiscal das diferenças permanentes		(407.641,95)
5. Tributação autónomas		(119.976,03)
6. Provisão para impostos		(41.346,80)
7. Imposto do exercício[(-) custo (+) proveito]		(10.640.410,89)
8. Taxa efectiva de imposto	8 = 7 / 1	29,05%

7

Número Médio de Trabalhadores

No ano de 2004, o número de trabalhadores em 31 de Dezembro e o número médio são como se segue:

	2004	2003
Órgãos Sociais	4	4
Trabalhadores Efectivos	804	848
Trabalhadores Eventuais	2	2
Total	810	854
Média	843	871

10

Movimentos ocorridos nas Rubricas do Activo Imobilizado e Respectivas Amortizações

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:



ACTIVO BRUTO	Saldo inicial	Adições	Alienações	Abates	Transferências	Equivalência patrimonial	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	419,795.29	-	-	(419,795.29)	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	21,300.28	-	-	-	-	-	21,300.28
	<u>441,095.57</u>	-	-	<u>(419,795.29)</u>	-	-	<u>21,300.28</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	49,250,225.31	-	-	-	-	-	49,250,225.31
Edifícios e outras construções	95,140,973.40	2,615.00	(91,743.50)	-	183,084.90	-	95,234,929.80
Equipamento básico	801,941,297.71	277,346.11	-	(487,049.97)	22,536,077.29	-	824,267,671.14
Equipamento de transporte	2,335,559.35	2,985.00	(172,717.88)	-	-	-	2,165,826.47
Ferramentas e utensílios	9,466,750.76	343,207.33	(15,003.84)	(25,615.44)	-	-	9,769,338.81
Equipamento administrativo	16,097,588.08	86,396.18	-	(10,046.84)	323,247.60	-	16,497,185.02
Taras e vasilhame	7,194.40	-	-	-	-	-	7,194.40
Outras imobilizações corpóreas	9,480,735.41	169,293.00	-	-	265,779.16	-	9,915,807.57
Imobilizações em curso	16,062,837.94	52,911,611.61	-	-	(17,775,685.58)	-	51,198,763.97
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	7,416,744.18	-	-	(5,532,503.37)	-	1,884,240.81
	<u>999,783,162.36</u>	<u>61,210,198.41</u>	<u>(279,465.22)</u>	<u>(522,712.25)</u>	-	-	<u>1,060,191,183.30</u>
Investimentos financeiros (Nota 16):							
Partes capital em empresas associadas	4,226,277.68	-	-	-	(4,139,960.23)	(44,457.54)	41,859.91
Partes capital em empresas participadas	-	433,672.51	-	-	4,139,960.23	-	4,573,632.74
Títulos e outras aplicações financeiras	133,020.70	-	(18,484.70)	-	-	-	114,536.00
	<u>4,359,298.38</u>	<u>433,672.51</u>	<u>(18,484.70)</u>	-	-	<u>(44,457.54)</u>	<u>4,730,028.65</u>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PROVISÕES							
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	419,795.29	-	-	(419,795.29)	-	-	-
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	62,051,581.05	2,899,650.00	(86,238.89)	-	-	-	64,864,992.16
Equipamento básico	343,446,537.30	21,786,345.82	-	(486,656.76)	-	-	364,746,226.36
Equipamento de transporte	2,282,805.07	37,784.48	(172,468.43)	-	-	-	2,148,121.12
Ferramentas e utensílios	6,966,517.06	669,023.81	(15,003.84)	(25,615.44)	-	-	7,594,921.59
Equipamento administrativo	14,299,162.51	846,491.32	-	(10,024.22)	-	-	15,135,629.61
Taras e vasilhame	5,684.73	437.41	-	-	-	-	6,122.14
Outras imobilizações corpóreas	5,766,009.08	721,186.66	-	-	-	-	6,487,195.74
	<u>434,818,296.80</u>	<u>26,960,919.50</u>	<u>(273,711.16)</u>	<u>(522,296.42)</u>	-	-	<u>460,983,208.72</u>
Investimentos financeiros (Nota 16 e 34):							
Partes capital em empresas associadas	4,129,984.27	-	-	-	(4,129,984.27)	-	-
Partes capital em empresas participadas	-	433,672.51	-	-	4,129,984.27	-	4,563,656.78
	<u>4,129,984.27</u>	<u>433,672.51</u>	-	-	-	-	<u>4,563,656.78</u>
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO							
Imobilizações incorpóreas	21,300.28	-	-	-	-	-	21,300.28
Imobilizações corpóreas	564,964,865.56	34,249,278.91	(5,754.06)	(415.83)	-	-	599,207,974.58
Investimentos financeiros	229,314.11	-	(18,484.70)	-	-	(44,457.54)	166,371.87
	<u>565,215,479.95</u>	<u>34,249,278.91</u>	<u>(24,238.76)</u>	<u>(415.83)</u>	-	<u>(44,457.54)</u>	<u>599,395,646.73</u>

A rubrica de Imobilizações Incorpóreas respeita a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL. Por se tratar de um direito sobre uma parcela de um terreno, o mesmo não é sujeito a amortização.

No que respeita ao equipamento básico, este inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, obras hidráulicas e contadores (Nota 14).

As imobilizações em curso dizem respeito, na sua maioria, à Ampliação do Sistema de Castelo de Bode.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de investimentos financeiros referem-se a:

a) Reclassificação dos valores referentes a empresas participadas em menos de 20% da rubrica "Partes de capital em empresas associadas" para a rubrica "Partes de capital em empresas participadas", no montante de 4.129.984,27 Euros;

b) Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre a participação no Clube Golf das Amoreiras, SA., no valor de 44.457,54 Euros (Nota 45).

c) Subscrição e realização de parte do aumento de capital na participada Prolagos, no valor de 433.672,51, que foi integralmente provisionado durante o exercício (Notas 34 e 45).

12 Reavaliações de Imobilizações Corpóreas (Legislação)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

13 Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2004, líquidos de amortizações acumuladas, é o que segue:

	Custos históricos a)	Reavaliações a) b)	Valores Reavaliados a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	12.575.982,09	33.104.907,94	45.680.890,03
Edifícios e outras construções	10.427.333,13	6.638.800,26	17.066.133,39
Equipamento básico	122.399.253,1	94.109.573,36	216.508.826,97
Outras imobilizações corpóreas	24.669,48	383,91	25.053,39
	145.427.238,31	133.853.665,47	279.280.903,78

a) Líquidos de amortizações
b) Englobam as sucessivas reavaliações

14 Imobilizações em Poder de Terceiros e Outras

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica "Equipamento básico" incluía imobilizações em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição, no montante 9.946.038,17 Euros (Nota 10).

Todo o imobilizado da EPAL está afecto à sua única actividade, o abastecimento de água (produção e distribuição).

16 Participações em Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas do grupo, associadas e participadas eram como segue:

Firma e sede	Resultado Líquido 2004	Capitais Próprios 2004	Percentagem de participação	Valor balanço (Nota 10)	Provisões (Notas 10 e 34)	Valor líquido (Nota 10)
Partes de capital em empresas associadas:						
<u>Clube Golf das Amoreiras, S.A.</u> Av. da Liberdade, 24 1250-144 LISBOA	(44.340,79)	41.859,91	100%	41.859,91	-	41.859,91
Partes de capital em empresas participadas:						
<u>PROLAGOS</u> Rua Teixeira e Souza, N.º501-Cobertura Cabo Frio, Rio de Janeiro			7,5%	4.532,156,77	4.532,156,77	-
<u>SHORE</u> Madeira			7,5%	31.500,01	31.500,01	-
<u>AMBELIS</u> Av. Fontes Pereira de Melo, 51 A - 5.º E 1050-120 Lisboa			1%	9.975,96		9.975,96
				<u>4.573.632,74</u>	<u>4.563.656,78</u>	<u>9.975,96</u>
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 32)				<u>114.536,00</u>	-	<u>114.536,00</u>
				4.730.028,65	4.563.656,78	166.371,87

23 Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2004, existiam dívidas de clientes e outros devedores classificadas de cobrança duvidosa nos montantes de, respectivamente, 1.947.229,11 e 585.980,55 Euros, como se evidencia a seguir:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Cientes de cobrança duvidosa:				
Áreas	1.518.929,94	349.211,75	(237.553,43)	1.630.588,26
Grandes Clientes	268.807,53	70.584,73	(22.751,41)	316.640,85
	1.787.737,47	419.796,48	(260.304,84)	1.947.229,11
Outros devedores de cobrança duvidosa (Notas 34 e 49)	575.611,29	11.571,26	(1.202,00)	585.980,55

Relativamente ao saldo de clientes de cobrança duvidosa, no valor de 1.947.229,11 Euros, é composto por 1.510.012,28 Euros, cujo risco de incobabilidade pertence à Empresa e se encontra integral-

mente provisionado (Nota 34) e por 437.216,83 Euros referentes a tarifa de saneamento e adicional, cujo risco é da responsabilidade de terceiros.

25 Dívidas Activas e Passivas Respeitantes ao Pessoal da Empresa

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com pessoal da Empresa eram como segue:

	Saldo devedor	Saldo credor
Adiantamentos ao pessoal	27.023,18	-
Outras operações com pessoal	25.823,82	4.554,19
(Notas 49 e 52)	52.847,00	4.554,19

29 Dívidas a Terceiros a mais de cinco anos

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas a terceiros exigíveis a mais de cinco anos diziam inteiramente respeito a empréstimos bancários concedidos pelo Banco Europeu de Investimento ("BEI") e ascendiam a 109.177.869,40 Euros, como se demonstra a seguir:

Empréstimo	Taxa de juro	Dívida em 31-12-2004	Vencimento até 1 ano	Vencimento entre 1 a 2 anos	Vencimento entre 2 a 5 anos	Vencimento mais de 5 anos	Total médio e longo prazo
7317	2.15%	1,662,659.59	1,108,439.70	554,219.89	-	-	554,219.89
7317	2.15%	831,329.87	554,219.93	277,109.94	-	-	277,109.94
9279	3.94%	2,881,943.41	720,485.86	720,485.85	1,440,971.70	-	2,161,457.55
9815	2.15%	6,669,640.48	513,049.41	513,049.26	2,052,197.04	3,591,344.77	6,156,591.07
9815	4.58%	6,275,199.36	482,707.68	482,707.64	1,930,830.56	3,378,953.48	5,792,491.68
9815	4.63%	15,000,000.00	-	652,173.91	5,217,391.28	9,130,434.81	15,000,000.00
9815	2.15%	18,419,459.10	-	800,846.05	6,406,768.40	11,211,844.65	18,419,459.10
20303	2.15%	12,500,000.00	-	-	2,272,727.28	10,227,272.72	12,500,000.00
20566	5.05%	20,000,000.00	-	-	1,000,000.00	19,000,000.00	20,000,000.00
20566	2.15%	12,500,000.00	-	-	625,000.00	11,875,000.00	12,500,000.00
20566	5.39%	12,109,375.00	781,250.00	781,250.00	3,125,000.00	7,421,875.00	11,328,125.00
20566	2.15%	9,530,287.37	614,857.10	614,857.26	2,459,429.04	5,841,143.97	8,915,430.27
20010112	2.15%	10,000,000.00	-	-	833,333.33	9,166,666.67	10,000,000.00
20010112	2.15%	5,000,000.00	-	-	416,666.67	4,583,333.33	5,000,000.00
20010112	2.15%	10,000,000.00	-	-	833,333.33	9,166,666.67	10,000,000.00
20010112	2.15%	5,000,000.00	-	-	416,666.67	4,583,333.33	5,000,000.00
(Nota 51)		148,379,894.18	4,775,009.68	5,396,699.80	29,030,315.30	109,177,869.40	143,604,884.50

Estes empréstimos e respectivos juros, estão cobertos por garantias bancárias, no valor de 27.857.499,96 Euros.

Durante o exercício de 2004, o endividamento de médio e longo prazo da EPAL junto do BEI verificou um acréscimo de 5.000.000

Euros, em resultado da contratação, em Julho, de um empréstimo com juros à taxa variável (Nota 51).

31

Compromissos financeiros que não figuram no Balanço

a) Benefícios de reforma

A EPAL tem em vigor um plano de benefícios de reforma atribuído aos seus trabalhadores, o qual tem implícito o compromisso de pagamento de um complemento à pensão atribuída pela

Segurança Social. Adicionalmente, dispõe também de um plano de adesão à situação de pré-reforma. Para fazer face às responsabilidades emergentes, constituiu o Fundo de Pensões EPAL em Novembro de 1990, o qual é gerido autonomamente pela BPI Pensões.

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e nos respectivos activos de cobertura:

	2004	2003
Varição nas Responsabilidades		
Responsabilidades do início do período	85.635.000,00	87.644.249,90
Custo do serviço	1.895.280,71	1.986.000,00
Custo do juro	4.307.973,23	4.416.000,00
(Ganhos) / Perdas actuariais	3.416.118,41	(3.096.599,75)
Benefícios pagos	(5.502.114,35)	(5.314.650,15)
Responsabilidades no fim do período	89.752.258,00	85.635.000,00
Varição nos activos do Fundo		
Justo valor dos activos no início do período	34.000.254,00	30.882.362,00
Retorno efectivo dos activos	2.076.729,00	2.717.892,00
Contribuição da EPAL	2.295.933,80	2.047.006,06
Benefícios pagos	(1.695.933,80)	(1.647.006,06)
Justo valor dos activos no fim do período	36.676.983,00	34.000.254,00
Excesso (Insuficiência) de cobertura do Fundo	(53.075.275,00)	(51.634.746,00)
(Ganhos) / Perdas actuariais não reconhecidas	33.917.275,00	33.383.746,00
Acréscimos de custos (Nota 50)	(19.158.000,00)	(18.251.000,00)

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades:

	2004	2003
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa anual de desconto	5,20%	5,20%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,25%	1,25%
Taxa anual de rendimento do Fundo	5,20%	5,20%

A 31 de Dezembro de 2004, o valor de perdas actuariais não reconhecidas situava-se em 33,9 Milhões de Euros, dos quais:

- a) 13,4 Milhões de Euros relativos ao Prior Service Cost, amortizável no tempo de serviço médio futuro;
- b) 20,5 Milhões de Euros de perdas actuariais, conforme IAS 19, dos quais:
 - i. 9,0 Milhões de Euros se encontram compreendidos no limite previsto; e
 - ii. 11,5 Milhões de Euros se encontram em excesso face ao corredor e são amortizáveis no tempo de serviço médio futuro esperado da população.

b) Investimento contratado

Investimentos contratados	Valor total contratado	Facturado em 2004	A facturar em 2005 e seguintes
Construção civil	89.683.193,44	48.812.101,38	40.871.092,06
Equipamento	15.389.336,50	5.995.668,45	9.393.668,05
Instalações eléctricas	1.891.941,17	1.179.926,44	712.014,73
Fiscalização	796.577,00	506.508,86	290.068,14
Terrenos	86.774,16	86.774,16	-
Estudos e projectos	1.763.933,96	999.762,13	764.171,83
Investimentos diversos	1.443.747,19	916.290,53	527.456,66
Contadores	141.190,00	141.190,00	-
Bens móveis	903.386,61	881.842,62	21.543,99
	112.100.080,03	59.520.064,57	52.580.015,46

c) Contratos de aluguer de viaturas

Existem contratos de aluguer de viaturas em regime de ALD, no montante de 231.002,44 Euros, e em regime de aluguer operacional, no montante de 3.933.581,83 Euros.

32 Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

Garantias bancárias a favor de:

Banco Europeu de Investimento	27.857.499,96
Tribunais	6.065.338,89
Câmaras Municipais	3.042.903,90
Serviços Municipalizados	3.527,25
	36.969.270,00

Existem ainda as seguintes garantias prestadas, registadas na rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" (Notas 10 e 16):

Valores à ordem dos tribunais	89.415,13
OT'S	23.792,45
FIP'S	1.328,42
	114.536,00

As obrigações FIP estão afectas à prestação de garantias para indemnizações por acidentes de trabalho.

34 Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisão para investimentos financeiros (Notas 10, 16 e 45)	4.129.984,27	433.672,51	-	4.563.656,78
Provisão para cobranças duvidosas:				
Para clientes (Nota 23)	1.393.018,22	319.541,62	(202.547,56)	1.510.012,28
Para outr. devedores (Nota 23 e 49)	575.611,29	11.571,26	(1.202,00)	585.980,55
	1.968.629,51	331.112,88	(203.749,56)	2.095.992,83
Provisão para riscos e encargos:				
Para processos judiciais em curso	3.650.452,20	4.384.256,01	(1.220.280,07)	6.814.428,14
Para outros riscos e encargos	2.933.483,41	3.867.500,00	(725.237,63)	6.075.745,78
Para acid. de trab. e doenças profiss	370.005,70	-	(53.169,53)	316.836,17
	6.953.941,31	8.251.756,01	(1.998.687,23)	13.207.010,09
	13.052.555,09	9.016.541,40	(2.202.436,79)	19.866.659,70

O montante reflectido na coluna "Aumentos", no total de 9.016.541,40 Euros inclui 433.672,51 Euros registados na rubrica "Custos financeiros" (Nota 45) e 8.582.868,89 Euros registados na rubrica "Provisões do exercício".

Os aumentos verificados nas diversas rubricas de provisões resultam do que segue:

- Na rubrica "provisão para investimentos financeiros", o aumento verificado no exercício deveu-se à subscrição e realização de parte do aumento de capital efectuado na participada Prolagos, valor esse que foi integralmente provisionado (Nota 10).
- Na rubrica "provisão para cobranças duvidosas", o reforço verificado no exercício decorre de uma avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade das contas a receber de clientes e outros devedores.
- Na rubrica "provisão para outros riscos e encargos", os aumentos verificados resultam (i) do surgimento durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 de riscos com prováveis obrigações, com e sem acção judicial, e (ii) da evolução negativa de riscos conhecidos e provisionados em anos anteriores.

O valor total da coluna "Reduções", de 2.202.436,79 Euros, engloba 2.149.267,26 Euros registados na rubrica "Proveitos Extraordinários" (Notas 46 e 54) e 53.169,53 Euros registados na rubrica "Custos com Pessoal".

As reduções ocorridas nas provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 decorrem do seguinte:

- Na rubrica "provisão para cobranças duvidosas", a redução resulta essencialmente da recuperação de créditos anteriormente provisionados.
- Na rubrica "provisão para outros riscos e encargos", a diminuição verificada decorre sobretudo da efectivação da obrigação prevista em exercícios anteriores e sua consequente liquidação.

36

Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da empresa, no valor de 150.000.000,00 Euros, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 30.000.000 acções com o valor nominal de 5,00 Euros cada.

37

Identificação de Pessoas Colectivas com mais de 20% do capital

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

39

Variação das Reservas de Reavaliação no Exercício

A variação ocorrida na rubrica "Reservas de reavaliação" durante o exercício de 2004 foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções Notas 3.j) e 40	Saldo final
<i>Reservas de reavaliação (Nota 13):</i>				
Decreto-Lei nº 264/92	41.888.352,68	-	(2.770.355,34)	39.117.997,34
Decreto Lei nº 31/98	62.221.878,29	-	-	62.221.878,29
	104.110.230,97	-	(2.770.355,34)	101.339.875,63

40

Movimentos ocorridos nas Rubricas do Capital Próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital social	150.000.000,00	-	-	-	150.000.000,00
Ajust. partes capital filiais e associadas	(4.063,81)	-	-	-	(4.063,81)
Reservas de reavaliação (Notas 3.j) e 39)	104.110.230,97	-	-	(2.770.355,34)	101.339.875,63
Reservas legais	18.567.493,71	2.043.551,55	-	-	20.611.045,26
Reservas livres	21.259.125,91	912.251,54	-	-	22.171.377,45
Resultados transitados	20.180.137,45	-	-	2.770.355,34	22.950.492,79
Resultado do exercício	20.435.515,47	(20.435.515,47)	26.024.376,30	-	26.024.376,30
	334.548.439,70	(17.479.712,38)	26.024.376,30	-	343.093.103,62

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporar no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em 25 de Março de 2004, a Empresa aplicou o resultado líquido positivo apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, no montante de 20.435.515,47 Euros, da seguinte forma:

Transferência:	
Para reservas legais	2.043.551,55
Para reservas livres	912.251,54
	2.955.803,09
Distribuição:	
De dividendos à holding	16.348.412,38
De lucros ao pessoal	1.131.300,00
	17.479.712,38
	20.435.515,47

Transferências: Os montantes inscritos na coluna "Transferências" dizem respeito à transferência para a rubrica "Resultados transitados" da parcela das reservas de reavaliação realizada durante o exercício de 2004 (Notas 3,j) e 39).

41 Demonstração do custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas para o exercício de 2004 é como segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
1. Existências iniciais	1.250.351,52
2. Compras	2.773.715,88
3. Regularização de existências (Nota 46)	(113.277,76)
4. Existências Finais	1.136.921,88
Custo das matérias consumidas (1 + 2 + 3 - 4)	2.773.867,76

Esta rubrica inclui essencialmente (i) reagentes, tais como cloro, sulfato de alumínio e outros produtos usados no tratamento da água e (ii) material hidráulico para construção civil.

43 Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais nos exercícios de 2004 e 2003 foram as seguintes:

	2004	2003
Conselho de Administração	517.564,98	430.056,99
Fiscal Único	17.911,88	17.911,88
Total	535.476,86	447.968,87

44 Discriminação das Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços foram integralmente realizadas no mercado nacional e respeitam à única actividade da Empresa, designadamente, o abastecimento de água (produção e distribuição). A sua repartição é a seguinte:

Vendas de água	136.463.854,87
Prestações de serviços	3.091.780,71
Total	139.555.635,58

As prestações de serviços respeitam essencialmente à colocação e reparação de contadores e ramais, no valor de 1.923.153,51 Euros e processos de abastecimento, no valor de 512.870,50 Euros.

45 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 são compostos como segue:

	2004	2003
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	4.763.595,58	4.916.044,07
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	44.457,54	56.100,69
Provisões para aplicações financeiras (Notas 10 e 34)	433.672,51	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	51,77	224,08
Outros custos e perdas financeiros	134.466,48	102.692,47
	5.376.243,88	5.075.061,31
Resultados financeiros	(4.926.136,54)	(4.782.141,45)
	450.107,34	292.919,86
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	348.510,22	280.746,70
Diferenças de câmbio favoráveis	51,51	451,64
Descontos de pronto pagamento obtidos	101.545,61	11.721,52
	450.107,34	292.919,86

Juros suportados: Nesta rubrica estão incluídos os juros suportados com os empréstimos bancários do BEI (Notas 29 e 51), no valor de 4.728.124,16 Euros e os juros do Papel Comercial (Nota 51), no valor de 9.904,38 Euros.

Outros custos e perdas financeiros: Esta rubrica contempla essencialmente as despesas com garantias e serviços bancários, nos montantes de 119.984,39 Euros e 14.474,91 Euros, respectivamente.

Juros obtidos: Compreende essencialmente juros de aplicações de tesouraria de curtíssimo prazo, decorrentes de excedentes pontuais de tesouraria, no valor de 224.529,36 Euros, e de depósitos bancários, no montante de 96.253,48 Euros.

46

Demonstração dos Resultados Extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 é como segue:

	2004	2003
Custos e perdas extraordinários:		
Donativos	128.463,86	15.466,85
Perdas em existências (Nota 41) (a)	115.248,73	17.989,65
Perdas em imobilizações (Nota 10)	634,28	23.202,70
Multas e penalidades	1.870,46	800,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	11.190,90	131.315,78
Outros custos e perdas extraordinários (b)	315.484,83	221.183,24
	572.893,06	409.958,22
Resultados extraordinários	5.254.924,39	2.921.086,76
	5.827.817,45	3.331.044,98

	2004	2003
Proveitos e ganhos extraordinários:		
Ganhos em existências (Nota 41) (a)	1.970,97	257,16
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	123.293,92	84.029,00
Benefícios e penalidades contratuais	2.761,67	637,11
Reduções de amortizações e provisões (Nota 34 e 54)	2.149.267,26	121.987,40
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.083,36	34.976,56
Outros proveitos e ganhos extraordinários (c)	3.547.440,27	3.089.157,75
	5.827.817,45	3.331.044,98

(a) O valor líquido de perdas em existências ascende a 113.277,76 Euros (Nota 41)

(b) Na rubrica "Outros custos e perdas extraordinárias" estão incluídas 113.027,33 Euros referentes à liquidação adicional de IRC do ano de 2000 (Nota 54)

(c) A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

	2004	2003
Subsídios para investimento (Notas 3.g), 50 e 54)	3.021.933,48	3.036.065,40
Excesso de estimativa para imposto (Nota 54)	200.473,17	-
Regularização de subsídios para investimento (Nota 50)	148.787,60	-
Outros	176.246,02	53.092,35
	3.547.440,27	3.089.157,75

48

Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Saldos devedores:		
IVA	8.054.973,83	3.070.443,87
Outros	-	1.097,42
	8.054.973,83	3.071.541,29

	2004	2003
Saldos credores:		
IRC		
Estimativa de IRC (Nota 6)	11.459.234,75	12.718.032,19
Pagamentos por conta	(9.556.155,87)	(6.168.330,00)
Retenções na fonte	(83.360,56)	(62.537,50)
Provisão para liquidação adicional de IRC (Nota 6)	41.346,80	-
Subtotal IRC	1.861.065,12	6.487.164,69
IRS	272.618,83	257.155,02
Contribuições para a Segurança Social	495.675,62	473.614,37
Imposto de Selo	12.655,00	11.575,00
	2.642.014,57	7.229.509,08

49

Outros Devedores

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica era composta pelo que segue:

	2004	2003
Outros devedores	1.773.486,55	2.231.350,19
Pessoal (Nota 25)	52.847,00	55.555,45
Subtotal	1.826.333,55	2.286.905,64
Provisão para dívidas de terceiros (Nota 34)	(585.980,55)	(575.611,29)
Valor líquido de balanço	1.240.353,00	1.711.294,35

50

Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Acréscimo de proveitos (Nota 3.f):		
Estimativa de consumos de água por facturar (Nota 3.I))	8.083.860,90	7.546.026,08
Estimativa de quota de serviço por facturar (Nota 3.I))	1.788.399,15	1.616.289,71
Juros a receber	2.974,17	31.151,10
Outros acréscimos de proveitos	141.171,56	110.775,84
	10.016.405,78	9.304.242,73

	2004	2003
Custos diferidos (Nota 3.f):		
Seguros liquidados	707.260,79	344.916,81
Outros custos diferidos	347.733,83	240.661,26
	1.054.994,62	585.578,07

	2004	2003
Acréscimo de custos (Nota 3.f):		
Seguros a liquidar	1.17.008,48	34.531,97
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	3.546.246,10	3.212.969,98
Juros vencidos e não liquidados	871.753,64	881.726,49
Benefícios de reforma a liquidar (Notas 3.i) e 31)	19.158.000,00	18.251.000,00
Outros acréscimos de custos	1.694.553,86	1.145.329,67
	25.387.562,08	23.525.558,11

	2004	2003
Proveitos diferidos (Notas 3.f) e 3.g):		
Subsídios ao investimento	52.223.254,35	55.393.975,43

Outros acréscimos de custos: Esta rubrica inclui a especialização de custos com electricidade, no valor de 746.034,14 Euros, e com o Imposto Municipal sobre Imóveis, no valor de 231.600,00 Euros.

Subsídios ao investimento: O movimento ocorrido nesta rubrica durante o ano de 2004 foi como segue:

	Saldo inicial	Amortizações	Regularizações	Saldo final
Subsídios recebidos	87.947.646,19	-	(148.787,60)	87.798.858,59
Proveitos reconhecidos	(32.553.670,76)	(3.021.933,48)		(35.575.604,24)
(Notas 46 e 54)	55.393.975,43	(3.021.933,48)	(148.787,60)	52.223.254,3

51 Dívidas a Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Médio e longo prazo		
Empréstimos do BEI (Nota 29)	143.604.884,50	143.379.880,83
Curto prazo		
Empréstimos do BEI (Nota 29)	4.775.009,68	4.076.956,03
Papel comercial	25.000.000,00	25.000.000,00
	29.775.009,68	29.076.956,03
	173.379.894,18	172.456.836,86

A variação entre os dois exercícios (923.057,32 Euros) decorreu do seguinte:

- Utilização do programa de papel comercial, no valor de 25.000.000,00 Euros;
- Contratação de uma nova tranche de um empréstimo do BEI, no montante de 5.000.000,00 Euros (Nota 29);
- Reembolsos de empréstimos concedidos pelo BEI, no valor de 4.076.942,68 €
- Reembolso de papel comercial, no valor de 25.000.000,00 Euros

52 Outros Credores

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica era composto pelo seguinte:

	2004	2003
Câmara Municipal de Lisboa:		
Tarifa de saneamento (Portaria 399/85)	11.010.393,80	10.270.450,56
Tarifa adicional (Portaria 309/84)	1.062.524,18	993.290,94
Consultores e assessores	9.250,71	6.179,08
Pessoal (Nota 25)	4.554,19	4.553,16
Outros	95.714,05	3.153.065,74
	12.182.436,93	14.427.539,48

53 Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 é como segue:

	2004	2003
Caixa	24.197,76	35.648,85
Depósitos bancários	3.600.868,90	4.763.412,31
Outras aplicações de tesouraria	21.000.000,00	34.100.000,00
	24.625.066,66	38.899.061,16

54 Nota à Demonstração dos Resultados por Funções

Em 31 de Dezembro de 2004, as principais rubricas da demonstração de resultados por funções eram como se segue:

- Custo das Vendas e Prestação de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía 35.093.750,97 Euros referentes aos custos operacionais da Área de Negócio de Produção, deduzidos de 2.636.413,68 Euros de proveitos relativos à parcela de amortização anual de subsídios ao investimento, correspondente aos bens do imobilizado afectos à Área de Produção.

A distribuição do montante total do reconhecimento anual do proveito com subsídios ao investimento, no valor de 3.021.933,48 Euros (Notas 46 e 50), pelas diversas rubricas da demonstração de resultados por funções em 2004 e 2003 é como se segue:

	2004	2003
Custo das vendas e prestação de serviços	2.636.413,68	-
Outros proveitos e ganhos operacionais	-	3.036.065,40
Custos de distribuição	381.778,80	-
Outros custos e perdas operacionais	3.741,00	-
(Notas 46 e 50)	3.021.933,48	3.036.065,40

b) Outros proveitos e ganhos operacionais

No exercício de 2004 a rubrica inclui 2.149.267,26 Euros relativos à redução de provisões (Notas 34 e 46). Por outro lado, já não inclui o proveito relativo ao subsídio para investimento conforme alínea a).

c) Outros custos e perdas operacionais / custos administrativos

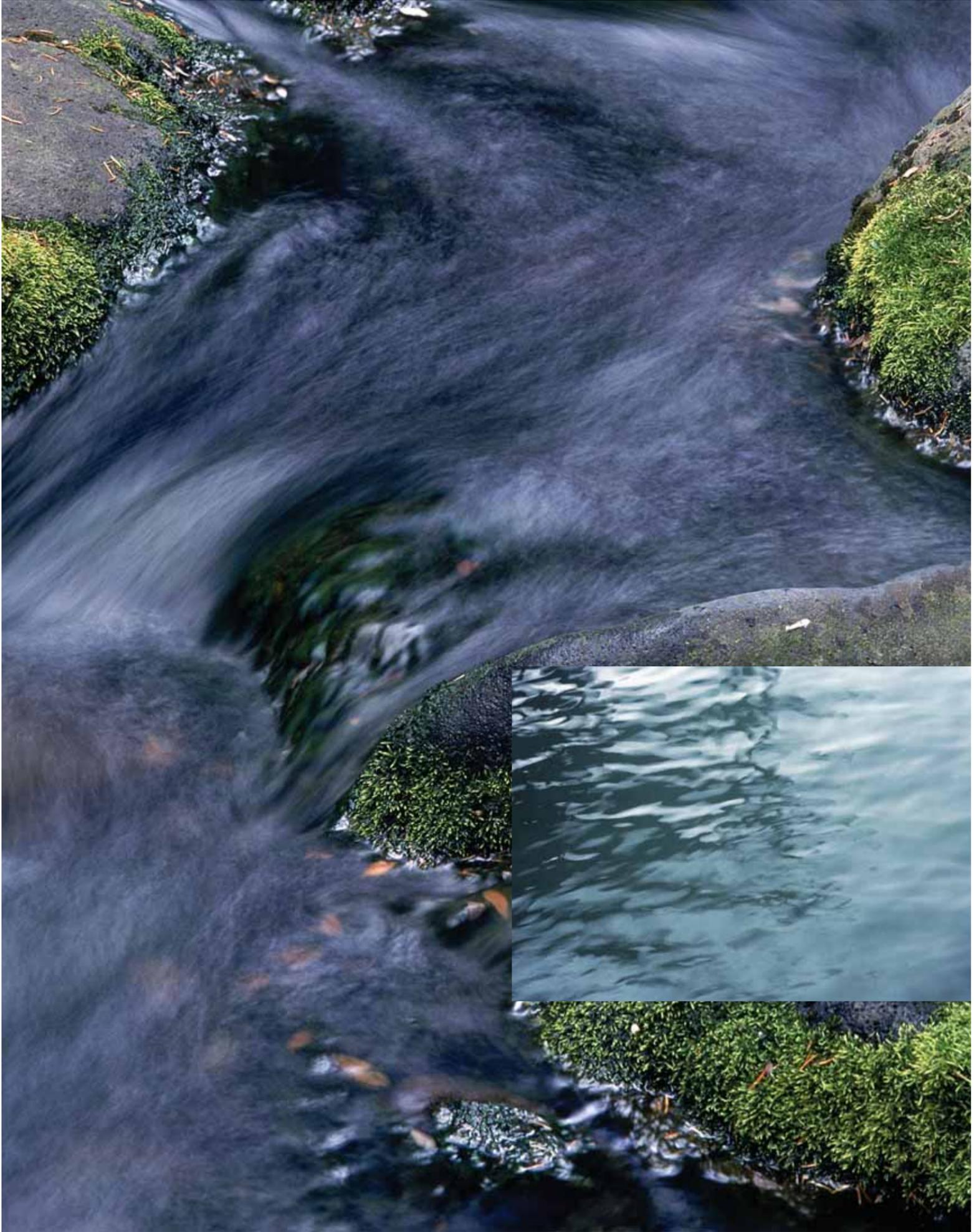
Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica incluía 8.251.756,01 Euros relativos à constituição de provisões para riscos e encargos (Nota 46). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, estes reforços de provisões, no valor de 4.072.297,83 Euros, tinham sido incluídos na função administrativa.

d) Imposto sobre os resultados correntes

A reconciliação entre o montante de imposto na demonstração de resultados por naturezas e na demonstração de resultados por funções é como segue:

	2004
Imposto total do exercício (Nota 6)	10.640.410,89
Excesso de estimativa de imposto (Nota 46)	(200.473,17)
Liquidação e adicional de imposto (Nota 46)	113.027,33
	<hr/> 10.552.965,05





Relatório e Parecer do Fiscal Único

Em conformidade com o estabelecido na lei e nos estatutos, o fiscal único da EPAL apresenta o seu Relatório de actividade, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas do exercício de 2004.

A. Relatório

No âmbito das suas competências acompanhou a actividade da Empresa com base no exame periódico das demonstrações financeiras, documentos de suporte e dos elementos de informação da gestão preparados pelos Serviços. No decurso do exercício elaborou relatórios trimestrais sobre a análise e controlo da gestão, os quais foram oportunamente apresentados ao Conselho de Administração e Accionista.

As tarefas realizadas pelo órgão de fiscalização consistiram, basicamente, no seguinte:

1. Apreciação da gestão através do exame dos dados contabilísticos mensais e outros indicadores da actividade, em especial os respeitantes às áreas da exploração, execução dos orçamentos, água produzida e respectivos consumos e perdas, contas de terceiros e operações de financiamento.
2. Confirmação da titularidade, pela empresa, dos bens e valores afectos à sua exploração. Neste campo foi possível verificar que as imobilizações corpóreas estão expressas no balanço ao custo de aquisição ou ao valor de reavaliação e que as amortizações do exercício, num total de 26,961 milhões de EUR, foram apuradas de acordo com o período estimado da vida útil dos bens e em conformidade com as taxas máximas fiscalmente permitidas.
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os documentos e registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
4. Controlo da execução dos orçamentos de exploração e da realização financeira do plano de investimentos, podendo inferir-se que os objectivos atingidos são satisfatórios, tanto na área dos orçamentos, pelos bons índices registados na realização das previsões, como no domínio dos investimentos, atentos aos bons níveis verificados na realização financeira do plano anual.
5. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgados no Anexo de forma a expressar, em condições adequadas, a situação financeira da empresa e o resultado das operações realizadas no exercício.
6. Verificadas as perdas de água em 2004, que atingiram 44,8 milhões de metros cúbicos, conclui-se que as mesmas representam

cerca de 16,7% da água produzida. O índice das perdas anuais de água tem vindo a baixar nos últimos anos, tendo sido mantido a um nível geralmente abaixo dos 17%, em termos de valor médio anual.

O controlo e progressiva redução das perdas de água tem sido preocupação do órgão de gestão, nos últimos anos, traduzida em medidas tendentes a minimizar os prejuízos com a água desperdiçada, que se reflectem em sub-facturações e consumos clandestinos. Tais medidas têm-se consubstanciado em investimentos de beneficiação e/ou substituição da rede de distribuição mais envelhecida, bem como na redução dos desperdícios de água por meios de controlo mais modernos e eficazes.

7. Analisada a Carteira do Fundo de Pensões, com os valores actualizados a 31.Dez.2004, apontam-se, como mais relevantes, as variações ocorridas nos activos de Fundo e na cobertura das responsabilidades:

. O acréscimo do justo valor dos activos, de 7,9%, face ao ano anterior, o qual, em termos percentuais, se apresenta ligeiramente superior ao aumento das responsabilidades, que atinge apenas 4,8%, no mesmo período. Contudo, em valor nominal a variação positiva dos activos é de 2,68 milhões de EUR, enquanto o volume de responsabilidades sobe 4,1 milhões de EUR. A insuficiência de cobertura das responsabilidades aumentou, assim, cerca de 1,42 milhões de EUR (2,8%), tendo atingido cerca de 53 milhões de EUR no final de 2004.

. As perdas actuariais não reconhecidas, num total de 33,9 milhões de EUR, representam cerca de 64% do valor estimado como insuficiência de cobertura do Fundo, sendo previsível que 40% daquelas perdas seja amortizado no tempo de serviço médio futuro, e que a parte restante, de 20,5 milhões de EUR, fixada de acordo com as normas do IAS 19, venha a ser regularizada, na altura própria, com base em critérios de prudência financeira, a adoptar pela empresa, nas circunstâncias.

. O contributo financeiro da EPAL para a redução das responsabilidades atingiu 2,3 milhões de EUR em 2004, valor que, contudo, não obteve que a insuficiência de cobertura aumentasse. Tal facto tem origem, em boa medida, no menor retorno efectivo dos activos, que regista uma redução de 640.000 EUR em 2004, face ao ano anterior: É oportuno assinalar que, em consequência das elevadas contribuições da empresa, nos últimos anos, foi possível atingir um índice de cobertura das responsabilidades confortável (96,7%), tendo por base os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP (Norma 21/96-R).

. Anota-se que a parte respeitante à insuficiência de cobertura do Fundo, não suprida por perdas actuais não reconhecidas, se encontra adequadamente expressa no Balanço, na rubrica "Acréscimos de Custos Benefícios de reforma a liquidar", com um total de 19,158 milhões de EUR.

8. A Empresa prosseguiu em 2004 com a realização dos objectivos programados, de médio e longo prazo, que visam, no essencial, a melhoria da qualidade do serviço que presta e uma melhor adequação da oferta do produto que vende às exigências da procura. Com o novo modelo organizacional, já na fase de concretiza-

ção, a EPAL procura levar a bom termo o projecto de renovação e modernização dos sistemas de informação, cujos resultados são já bem visíveis em termos da qualidade do serviço prestado aos clientes.

9. A situação económica da empresa foi reforçada em 2004, fruto dos bons índices de realização atingidos pelos proveitos e custos do exercício.

Os resultados apurados atingem os maiores valores dos últimos anos, com destaque para os operacionais e resultado líquido, cujo crescimento homólogo foi de 15,8% e 27,3%, respectivamente.

A rentabilidade operacional também foi substancialmente melhorada neste exercício, em consequência de um aumento dos proveitos de 4,4% conjugado com uma forte contenção dos custos, cujo acréscimo, de apenas 0,9%, é muito inferior ao índice de inflação do período.

Em resultado da evolução favorável das principais variáveis da exploração, os indicadores económicos registam melhorias significativas, com realce para as rendibilidades do activo, capital próprio e das vendas e serviços prestados. O cashflow gerado, de 60,689 milhões de euros, evidencia o valor mais expressivo dos últimos anos, podendo, nesta medida, considerar-se como um meio de auto-financiamento relevante para a empresa e assim servir de suporte ao seu crescimento sustentado.

10. A situação financeira registou uma evolução desfavorável neste exercício, sem no entanto afectar, de uma forma muito relevante, o equilíbrio da estrutura financeira da empresa.

São de apontar as reduções verificadas nos índices de liquidez, bem como a expressão negativa atingida pelo fundo de maneo, num total de 30,11 milhões de EUR. Esta situação advém, de acordo com o balanço da empresa, de um expressivo aumento do passivo de curto prazo (15,5%), sem contrapartida num acréscimo, da mesma ordem de grandeza, do activo circulante, que entretanto registou uma redução de 16,1% no mesmo período.

11. O capital próprio da EPAL, num total de 343,1 milhões de euros, é constituído, no essencial, pelo capital social (44%) e pelas reservas de reavaliação (30%). As outras reservas, que incluem as legais e outras, têm assumido fraca expressão no balanço, em boa medida por força das reduzidas retenções dos resultados, na empresa, os quais têm sido distribuídos ao Accionista, a título de dividendos, em percentagens que geralmente excedem os 70% do R.L. disponível.

Considerando as expectativas da empresa no que se refere ao vasto programa de investimentos, nos próximos anos, parecer-nos-ia prudente, numa óptica de gestão, que uma retenção de lucros mais expressiva, não seria inoportuna, por poder contribuir não só para o reforço da estrutura financeira, como também para poder vir a atenuar os níveis de endividamento externo, a contrair no futuro, por força do elevado investimento que a empresa projecta levar a cabo.

12. Somos de opinião que a proposta de aplicação dos resultados, nas condições apresentadas pelo Conselho de Administração, está de acordo com a lei e os estatutos, designadamente o estipulado no C.S.C. quanto a esta matéria.

B. Parecer

O fiscal único emite o parecer de que estão em condições de ser aprovados pela Assembleia Geral:

- . O Relatório e Contas do exercício de 2004
- . A Proposta de Aplicação dos Resultados,

nas condições apresentados pelo Conselho de Administração.

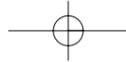
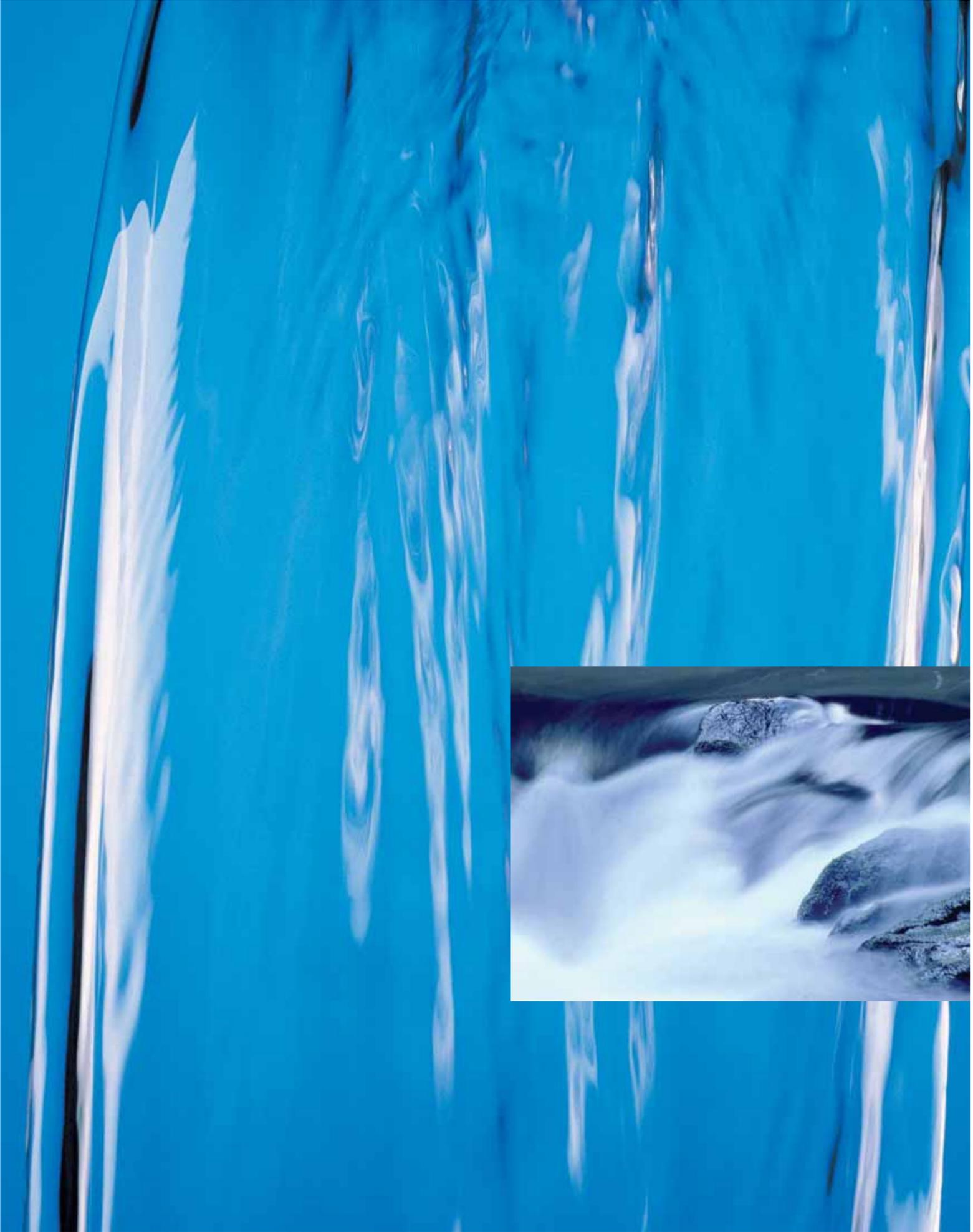
Lisboa, 27 de Janeiro de 2005.

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)





Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um Activo Líquido de 675.368.823 euros e um total de Capital Próprio de 343.093.104 euros, incluindo um Resultado Líquido positivo de 26.024.376 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, bem como o respectivo Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de uma forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo

seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para a expressão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

Opinião

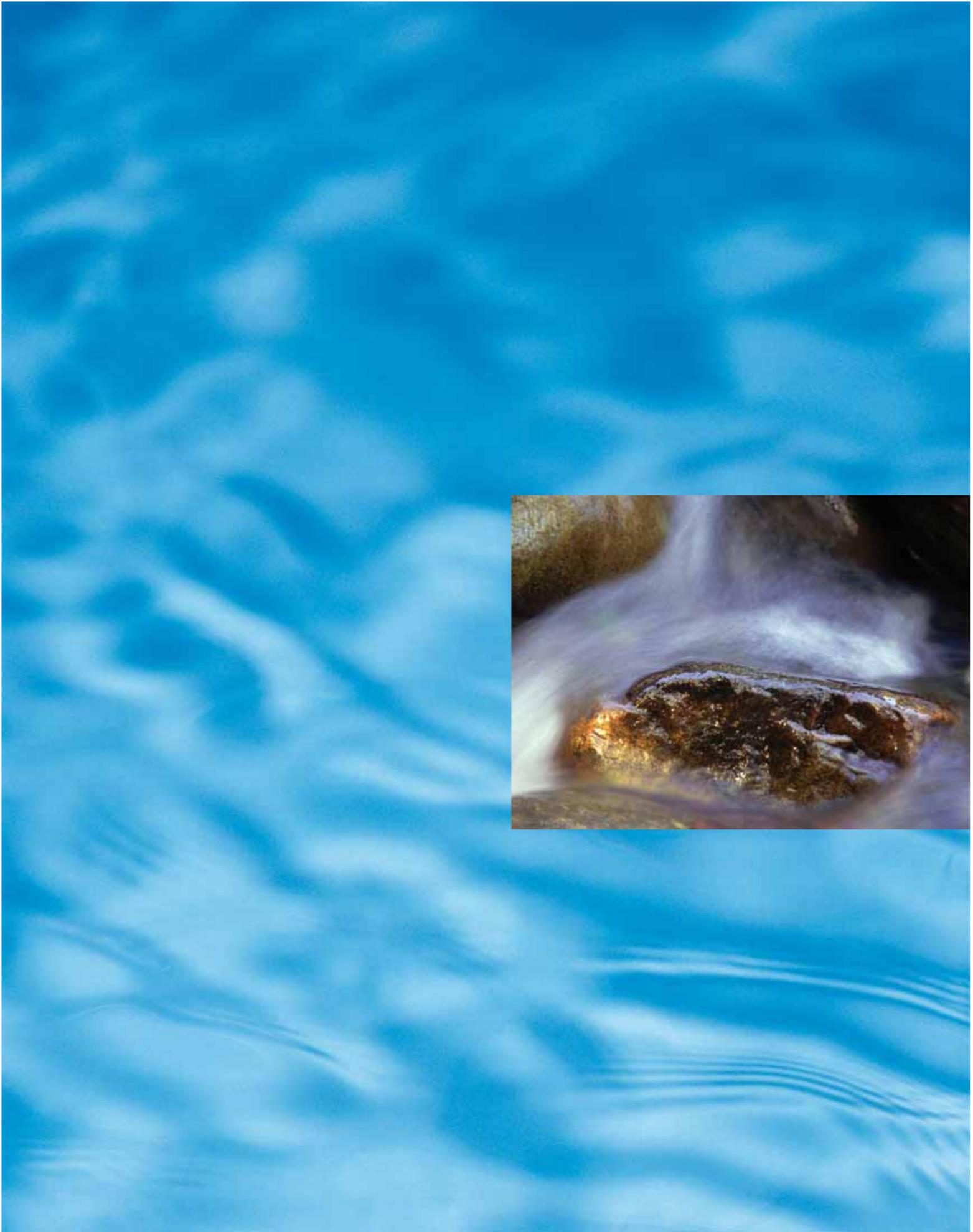
6. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a sua situação financeira em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado das operações realizadas e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 27 de Janeiro de 2005.

O Revisor Oficial de Contas,



(António Dias Nabais)



Relatório do Revisor Oficial de Contas

Exmo. Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

1. Nos termos do disposto no art.º 451.º do C.S.C. e no art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, efectuámos a revisão legal das Contas da EPAL, S.A. respeitantes ao exercício findo em 31.Dez.2004.

O nosso trabalho foi desenvolvido de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo as análises sido planeadas e executadas com o aprofundamento julgado adequado nas circunstâncias.

Em face das conclusões obtidas foi emitida a Certificação Legal das Contas, com data de 27.Jan.2005, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

2. As nossas tarefas de revisão/auditoria tiveram por base, no essencial, os seguintes procedimentos:

- a) Controlo e avaliação da gestão através do exame periódico das demonstrações financeiras e correspondentes elementos de suporte, sendo as conclusões apresentadas em relatórios trimestrais para apreciação do órgão de gestão e da Tutela.
- b) Reunião com os responsáveis dos Serviços e Administração, com vista a obter os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das nossas tarefas.
- c) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa, as quais se encontram descritas no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.
- d) Apreciação do sistema de controlo interno, tendo em vista o planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria. As verificações incidiram, fundamentalmente, nas áreas de: compras e vendas, contas de terceiros e custos com pessoal, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- e) Realização de testes substantivos julgados adequados, face à materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:
 - A verificação da reconciliação das contas bancárias efectuada pela Empresa.
 - A confirmação directa e por escrito, junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros), dos saldos das contas de balanço, responsabilidades e garantias prestadas, bem como a análise e teste às reconciliações subsequentes realizadas pelos serviços. Nas situações em que não foi obtida resposta, efec-

tuámos a comprovação dos saldos através dos procedimentos alternativos considerados adequados.

- Pedidos de confirmação aos advogados das situações existentes sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes, bem como de eventuais reclamações ou impugnações fiscais.
 - Observação e controlo das operações de inventariação física das existências, com inclusão de testes às contagens feitas pelos serviços e sua valorização.
 - A comprovação de suportes documentais das contas de custos e proveitos operacionais com as variações mais expressivas no exercício, bem como dos resultados financeiros e extraordinários com influência relevante no resultado líquido, sendo dada especial atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - A análise das situações justificativas da criação de provisões para redução de activos, constituição de passivos e/ou responsabilidades contingentes, bem como para outros riscos e encargos.
 - O exame da situação fiscal e para-fiscal da Empresa e da adequada contabilização do imposto sobre os lucros, bem como do efeito dos impostos diferidos no resultado do exercício.
 - A apreciação da política dos seguros, designadamente com pessoal e immobilizações, incluindo a actualização dos capitais seguros durante o exercício.
3. Em face do trabalho realizado e para além dos aspectos referidos na Certificação Legal das Contas, consideramos ainda de anotar que:
- a) Apreciamos a conformidade do Relatório de Gestão com as Contas do exercício, documentos que se apresentam de acordo com os requisitos legais, designadamente o prescrito nos arts.º 65º e 66º do C.S.C..
 - b) Verificámos que os compromissos financeiros não constantes do balanço se encontram referenciados no Anexo às Contas, com especial menção para as garantias prestadas, encargos com os benefícios de reforma do pessoal e investimento contratado. Confirmámos que as garantias bancárias respeitam, no essencial, aos financiamentos do BEI e que as concedidas aos Tribunais têm relação com as acções litigiosas em curso, decorrentes das expropriações relacionadas com as obras de investimento da empresa.
 - c) Nos relatórios trimestrais que foram apresentados à administração e tutela, analisámos a execução dos orçamentos e do plano de investimento; dívidas dos clientes; volumes de produção, consumos e perdas de água; custos com pessoal e os gastos com os fornecimentos e serviços externos.

Embora com as limitações próprias, na circunstância, foi também feita naqueles relatórios uma breve análise à situação económica e financeira da empresa e sua evolução no último triénio.

O exame do Relatório de Gestão e das Contas finais do exercício, permitiu-nos concluir que:

- A execução financeira dos orçamentos foi bem conseguida, tendo em conta os desvios favoráveis obtidos e as variações homólogas registadas nas principais rubricas dos custos e proveitos operacionais, cujo efeito positivo nos bons resultados do exercício foi preponderante.
 - O plano anual de investimento registou um índice de realização financeira de 87% com base na facturação emitida, tendo o valor dos compromissos assumidos atingido cerca de 90% da dotação anual. Atendendo aos objectivos da empresa neste domínio, a execução financeira deste plano pode ter ficado aquém do nível desejável pelo órgão de gestão.
 - As perdas de água do exercício, com um índice global de 16,7% do volume de água produzida, mantiveram o sentido de decrescimento já registado nos anos anteriores, facto que se coaduna com as pretensões dos gestores nesta área. Nesta perspectiva, a empresa tem vindo a efectuar investimentos relevantes na renovação e melhoria da rede de distribuição e procurado reduzir os desperdícios e consumos clandestinos por meios de controlo mais eficazes.
- d) A situação económica da empresa foi reforçada em 2004, fruto da boa performance atingida na realização dos proveitos e custos do exercício.

Os resultados melhoraram face ao ano anterior, com realce para os operacionais e resultado líquido, cujo crescimento homólogo atingiu 15,8% e 27,3%, respectivamente. A rentabilidade operacional melhorou por força do aumento de 4,4% registado nos proveitos e da forte contenção dos custos operacionais, que em termos globais registaram um acréscimo de apenas 0,9% face a 2003, logo muito abaixo do índice de inflação no período. Como consequência, os indicadores económicos apresentam uma evolução muito positiva, tendo atingido em 2004 os valores mais elevados dos últimos anos, especialmente no que se refere às rendibilidades do activo, capital próprio e das vendas e serviços prestados. O cashflow, ao

atingir 60,689 milhões de euros, apresenta um dos valores mais elevados de sempre, a par de um crescimento também muito positivo no último triénio.

- e) A situação financeira não evoluiu, contudo, no mesmo sentido, ou de forma positiva como a situação económica, atendendo ao valor registado pelos respectivos indicadores no final do exercício. São de assinalar as reduções verificadas nos índices da liquidez, bem como o valor negativo atingido pelo fundo de maneiio, de 30,11 milhões de EUR, em resultado de um aumento expressivo do passivo de curto prazo (15,5%) não compensado por um incremento, no mesmo sentido, do activo circulante, que entretanto registou uma variação negativa de 16,1% face ao ano anterior. Consideramos, no entanto, que a estrutura financeira da empresa ainda mantém os pontos de equilíbrio mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento.
- f) O capital próprio da empresa, num total de 343,1 milhões de EUR, embora mais que duplique o valor do capital social, tem vindo a registar incrementos reduzidos, nos últimos anos, fruto de uma fraca retenção de resultados na empresa, os quais são distribuídos ao Accionista, a título de dividendos, numa percentagem que geralmente excede os 70% do RL disponível.

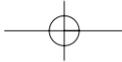
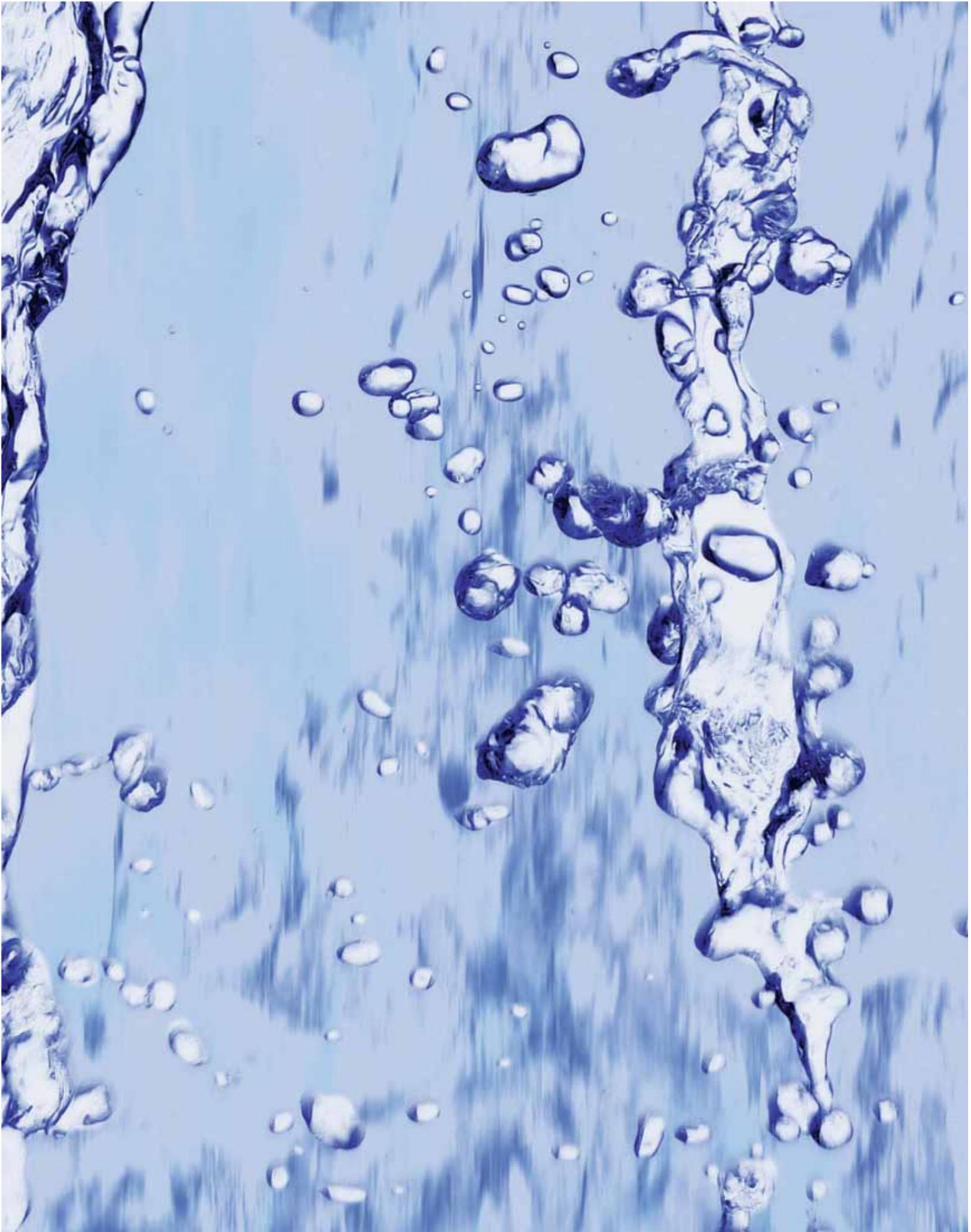
Considerando as expectativas da empresa no que se refere ao vasto programa de investimentos nos próximos anos, julgamos que uma retenção de resultados com maior expressão, nos anos que decorrem, não se nos afiguraria inoportuna, nas actuais circunstâncias, por poder contribuir para um maior reforço da estrutura financeira e, quiçá, poder em alguma medida atenuar os níveis do endividamento externo, a contrair no futuro por força do avultado investimento que a empresa projecta realizar.

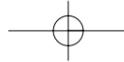
- g) Foi solicitada à Administração a "Declaração do Órgão de Gestão", a qual nos foi prontamente fornecida.

Lisboa, 27 de Janeiro de 2005.

O Revisor Oficial de Contas,


(António Dias Nabais)





Relatório de Auditoria Externo

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3.^o
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Aos
Accionistas da
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

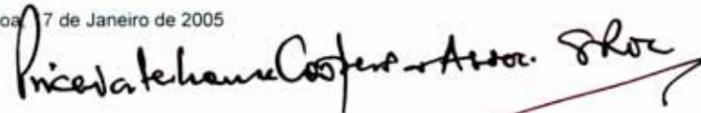
Relatório de Auditoria

1 Efectuámos a auditoria ao Balanço da **EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.**, à data de 31 de Dezembro de 2004, bem como às Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo e à Demonstração dos Fluxos de Caixa. Estas Demonstrações Financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações Financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da **EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.**, a 31 de Dezembro de 2004, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 7 de Janeiro de 2005



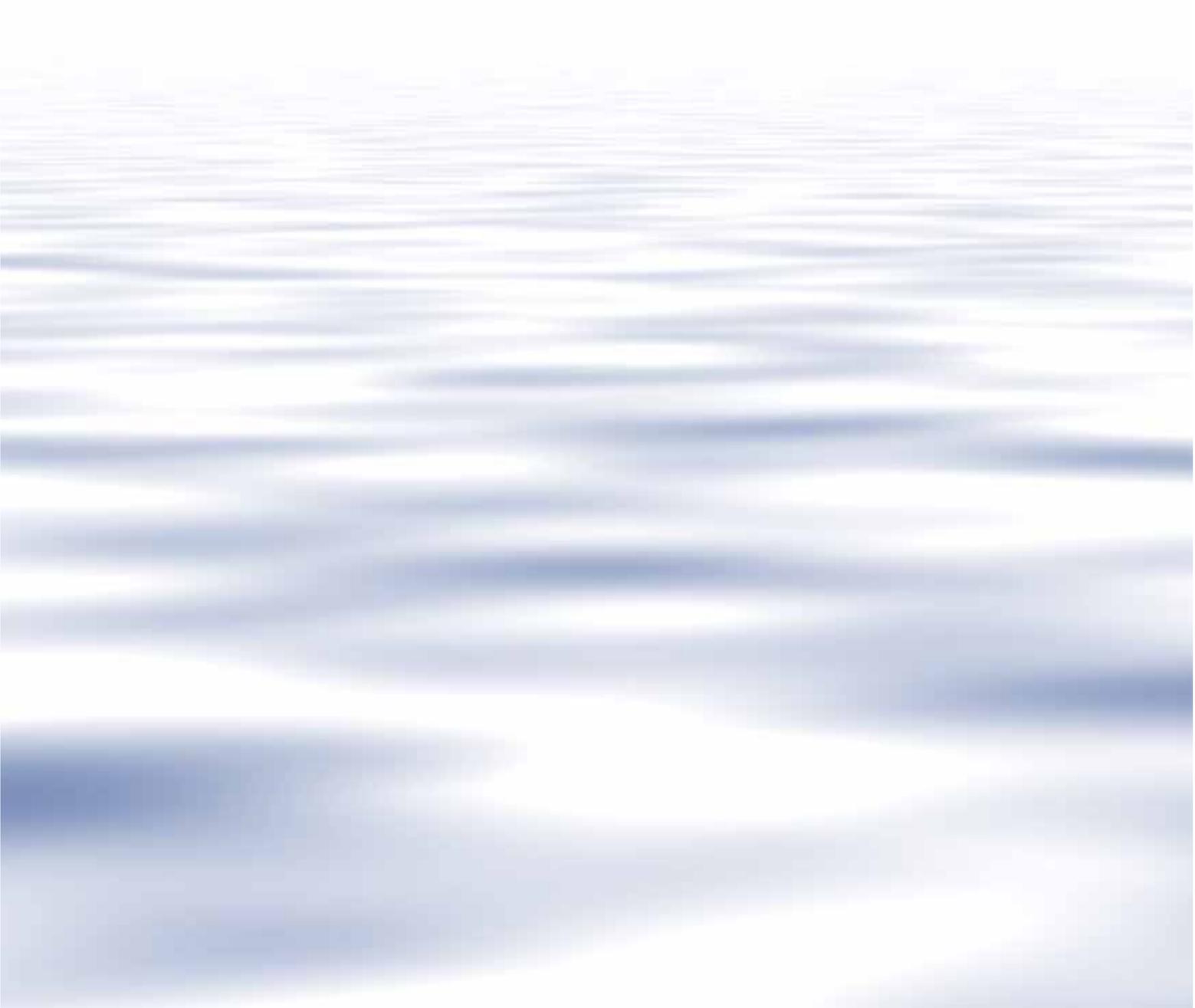
Representado por

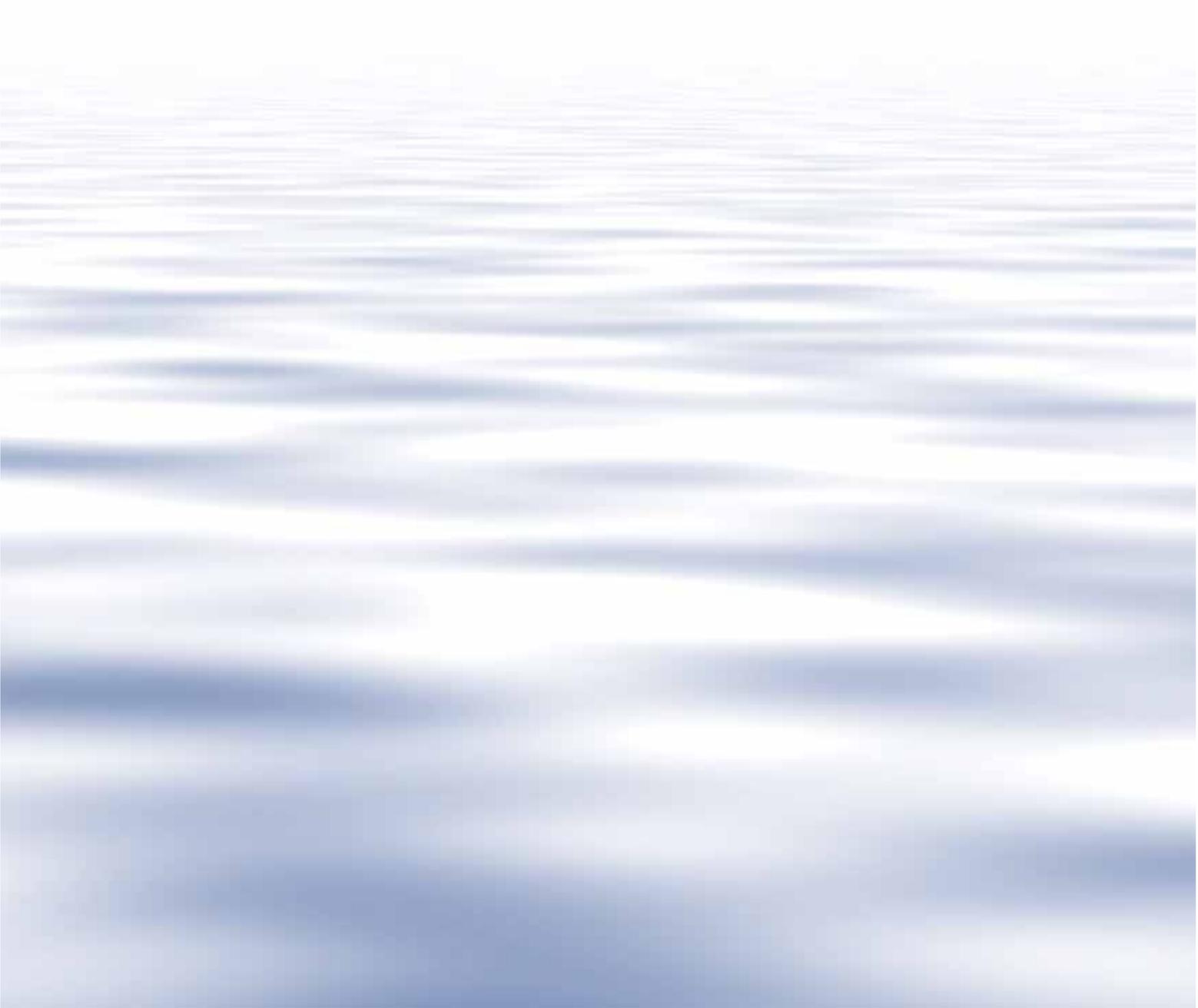

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

98

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.^o, 1050 - 217 Lisboa
NIPC 50628752 Capital Social Euro 137.000

Matriculada no Conservatório do Registo Comercial sob o nº 11912
Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 163
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077







EPAL RELATÓRIO E CONTAS 2004

edição EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
maquetização e paginação GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL
impressão e acabamento ????





